

Superintendência Regional de São Paulo



Relatório Gestão SUREG-SP



Maio de 2012

Agricultura e Abastecimento em boa Companhia

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

JORGE ALBERTO PORTANOVA MENDES RIBEIRO FILHO

Ministro

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ CARLOS VAZ

Presidente

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS

CARLOS CARBONI

JOSÉ GERARDO FONTELES

EDILSON GUIMARÃES

Membros

CONSELHO FISCAL - COFINS

FRANCISCO WAYNE MOREIRA

Presidente

RENATA LIMA DE CARVALHO

GUSTAVO PEREIRA DA SILVA FILHO

Membros

DIRETORIA COLEGIADA

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS

Presidente

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

Diretor Administrativo

JOAO CARLOS BONA GARCIA

Diretor Financeiro

MARCELO DE ARAUJO MELO

Diretor de Operações e Abastecimento

SILVIO ISOPO PORTO

Diretor de Política Agrícola e Informações

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SÃO PAULO

ALFREDO LUIZ BRIENZA COLI

Superintendente

CLÁUDIO LOBO DE ÁVILA

Assistente

**CLÁUDIO ROBERTO DE SOUZA
PENTEADO**

Gerente Financeiro e Administrativo

NIVALDO APARECIDO MAIA

Gerente de Operações

LUIZ ALBERTO MARTINS
Gerente de Desenvolvimento e Suporte Técnico

RENATA DE MORAES VICENTE
Procuradora

FILOMENA PIRAGINO DELLA ROVERE
Gerente da Unidade Armazenadora de Bauru

EUCLIDES FRANCISCO
Gerente da Unidade Armazenadora de
Carapicuíba

MANOEL MEDEIROS
Gerente da Unidade Armazenadora de Garça

VALDINEI DE OLIVEIRA
Gerente da Unidade Armazenadora de
Bernardino de Campos

Superintendência Regional de São Paulo

Alameda Campinas nº 433 – Jardim Paulista

São Paulo/SP – CEP 01404-901

Fone:(11)3264.4800–Fax☐11)3833.9638

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CONAB EM SÃO PAULO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n.º 63/2010, da DN 108/2010, da Portaria TCU n.º 123/2011 e das orientações da Controladoria - Geral da União contidas na NE n.º 03/2010, aprovadas pela Portaria CGU n.º 2.546/2010.

São Paulo, maio de 2012

Sumário

• Relação de siglas	5
Relação de Quadros	8
Relação de Figuras	10
Apresentação	11
1 – Informações Básicas	15
1.1 - Informações Gerais sobre a UJ	15
1.1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada	15
1.1.2 - Estrutura Organizacional	16
1.1.3 - Principais Responsáveis	17
1.2 – <i>Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos</i>	17
1.2.1 – Planejamento Estratégico	17
1.2.2 – Breve Análise dos Principais Macroprocessos	20
a) Macroprocesso de Sustentação da Renda	20
b) Macroprocesso de Promoção do Abastecimento	21
c) Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento	22
d) Macroprocesso de Atendimento a Parceiros	23
e) Macroprocesso de Prestação de Serviços	24
f) Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos	25
g) Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos	26
1.2.3 - Principais Resultados Estratégicos Previstos	27
2 – Análise Geral do Ambiente de Negócios e de Gestão	28
2.1 – Análise sobre o Ambiente de Gestão	28
2.2 – Análise sobre o Ambiente de Negócios	28
3 – Sustentação de Renda	31
3.1 – Conjuntura dos Principais Produtos Amparados pela PGPM	31
3.2 – Intervenções Governamentais	33
3.2.1) Intervenções Realizadas em 2011	33
a) Feijão	33
c) Trigo	34
3.2.2 – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	35
3.2.3 – Aquisições do Governo Federal-AGF	37
3.2.3 – Concessão de Prêmios para Escoamento da Produção	38
3.2.3.1 – Prêmio para o Escoamento do Produto – PEP	38
3.2.3.2 – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor – PEPRO	38
3.3 – Principais indicadores de desempenho	39
4 – Promoção do Abastecimento	43
4.1 - Vendas dos Estoques Públicos	44
4.2 - Vendas em Leilões Públicos	44
4.3 - Principais Indicadores de Desempenho	46
5- Articulação e Organização do Abastecimento	50
6 – Prestação de Serviços	51
6.1 – Serviços de Armazenagem de Produtos de Terceiros	51
6.2 – Demonstrativo do Resultado da Armazenagem	52
6.3 – Indicador de Desempenho	52
7 – Administração de Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação	53
7.1 – Armazenagem	53
7.1.1 – Rede Armazenadora Própria	53
7.1.2 - Posição dos Estoques	55
7.1.3 - Rede Armazenadora Contratada	56
7.1.4 – Oferta Nacional de Armazenagem	57
7.2 - <i>Fiscalização dos Estoques Públicos</i>	63
7.2.1 – Fiscalização dos Estoques Públicos	63
7.2.2– Avaliação Geral do Armazéns	64
7.3 - <i>Remoção de Produtos</i>	65
7.4 – Principais indicadores de desempenho	66

8-Gestão Tecnológica.....	70
9- Gestão Estratégica.....	70
10 – Geração e Difusão de Informações	70
10.1 – Levantamento de Safras.....	70
10.1.1 - Levantamento da Safra de Grãos.....	70
10.1.2 - Levantamento da Safra de Cana-de-Açúcar	72
10.1.3 - Levantamento da Safra de Café	73
10.1.4 - Levantamento da Safra de Laranja	73
10.2 – Levantamento de Custos de Produção e Insumos.....	73
11 – Gestão de Pessoas.....	74
11.1 - Distribuição de Empregados	74
11.2 - Sistema de Comunicação	74
11.3 - Melhoria do Clima Organizacional	75
11.4 – Ações de Capacitação	76
11.5 – Composição e Custos de Pessoal.....	76
11.5.1 – Composição do Quadro de Pessoal.....	76
11.5.2 – Perspectivas de Aposentadoria	79
11.5.3 – Quadro de Estagiários	79
11.5.4 – Mão-de-Obra Terceirizada.....	80
11.5.5 - Principais Indicadores Gerenciais	80
11.6 – Previdência Complementar - Cibrius	83
12 – Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil.....	83
12.1 – Execução Orçamentária.....	83
12.1.1 – Créditos Recebidos por Movimentação	83
12.1.2 – Execução da Despesa por Grupo e Elemento de Despesa.....	85
12.1.3 – Despesas por Modalidade de Contratação.....	87
12.1.5 – Execução das Ações Orçamentárias	88
a) (2004)Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	88
b) - (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos	90
c) - (2212) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	91
d) - (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	94
e) - (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras.....	96
f) - (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação ...	98
g) - (0022) Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista	100
h) - (2137) Fiscalização dos Estoques e da Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares	102
i) - (21301) Formação dos Estoques Públicos	103
j) - (2272) Gestão e Administração do Programa.....	105
k) - (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar	108
l) - Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras.....	109
m) - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	110
12.2 – Análise das Inscrições em Restos a Pagar	111
12.2.1 - Restos a Pagar Processados	111
12.2.2 - Restos a Pagar Não Processados	111
12.2.3 – Pagamento e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores	111
12.2.4 – Análise Crítica.....	112
12.3 - Transferências Recebidas e Realizadas no Período.....	112
12.4 - Transferências mediante convênios	112
12.5 – Demonstrações Contábeis Prevista na Lei nº 6.404.76	112
12.5.1 Balanço Patrimonial	112
12.5.2 – Demonstração do Fluxo de Caixa	114
12.5.3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	116
12.5.4 – Demonstração do Valor Adicionado.....	117
12.5.5 – Composição do Capital Social.....	118
12.5.6 – Notas Explicativas.....	119
12.6 – Composição dos Investimentos da Empresa	132
12.7 – Informação sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	134
12.8 – Auditoria Independente	141

13 – Governança e Controles	143
13.1 – Informações sobre o Controle Interno.....	143
13.2 - Providências Adotadas para Atendimento das Deliberações dos Órgãos de Controle Interno e Externo	145
13.2.1 - Demandas do TCU.....	145
13.2.2 - Demandas do Órgão de Controle interno - CGU.....	145...
13.3 – Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna	145...

• Relação de siglas

AF – Agricultura Familiar
AGF - Aquisição do Governo Federal
AP - Abaixo do Padrão
ATR – Autorização de Transporte
BB - Banco do Brasil S.A.
BM&F - Bolsa de Mercadorias & Futuros
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAEAF - Compra Especial da Agricultura Familiar
CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CDA – Cadastro de Armazém
CDAF – Compra Direta da Agricultura Familiar
CEASA - Centrais de Abastecimento
CEAGESP – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CFP – Companhia de Financiamento da Produção
CGU - Controladoria-Geral da União
CIBRAZEM – Companhia Brasileira de Armazenamento
CIBRIUS - Instituto Conab de Seguridade Social
CIEE – Centro de Integração Empresa Escola
CMN - Conselho Monetário Nacional
CNAGA – Companhia Nacional de Armazéns Gerais
COACAVO – Cooperativa do Agronegócio e Armazenagem de Votuporanga
COBAL – Companhia Brasileira de Alimentos
COBRAC – Cooperativa do Brasil Central
CODAR – Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos
COF - Coordenação de Orçamentos e Finanças
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
COV – Com Opção de Venda
CPL – Comissão Permanente de Licitação
CPR – Cédula de Produto Rural
DAP – Declaração de Aptidão

DERAL – Departamento de Economia Rural
DEST - Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais
DIPAI – Diretoria de Política Agrícola e Informações
DIRAB – Diretoria de Operações e Abastecimento
DIRAD - Diretoria de Administração
DOU - Diário Oficial da União
DRT - Delegacia Regional do Trabalho
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
EDR – Escritório de Desenvolvimento Rural
EGF - Empréstimo do Governo Federal
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNCAFE - Fundo de Defesa da Economia Cafeteira
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
GEARE – Gerência de Avaliação de Resultados
GEASA – Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras
GEBEM – Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho
GECAD - Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns
GECAP – Gerência de capacitação e Desenvolvimento
GEDES – Gerência de Desenvolvimento e Suporte Técnico
GEFAD – Gerência Financeira e Administrativa
GEFIS – Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais
GEFOP - Gerência de Folha de Pagamento
GEHOR - Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
GEOPE – Gerência de Operações
GEPOR - Gerência de Planejamento e Programação Orçamentária
GEMOV - Gerência de Movimentação de

Estoques

GEPRO – Gerência de Programação Financeira

GESAS – Gerência de Serviço de Assistência à Saúde

GEVEP – Gerência de Avaliação e Vistorias dos Estoques Privados

HOLAMBRA – Cooperativa Agro-Industrial Holambra

IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INMET - Instituto Nacional de Meteorologia

IBC – Instituto Brasileiro do Café

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei Orçamentária Anual

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MF – Ministério da Fazenda

MOC. - Manual de Operações da Conab

MP - Ministério de Planejamento

NOC - Normas da Organização –

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAANET – Aplicativo da Conab para preenchimento das Propostas do PAA.

PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador

PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PDV Programa de Demissão Voluntária

PDVI - Programa de Demissão Voluntária

Incentivada

PEB - Prêmio para Escoamento da Borracha

PEP – Prêmio para o Escoamento de Produto

PEPRO - Prêmio Equalizador Pago ao Produtor

PESOJA - Prêmio para Equalização do Valor de Referência da Soja

PGPAF – Preços de Referência para a Agricultura Familiar

PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos

PROGE – Procuradoria Geral

PROHORT – Programa Brasileiro de modernização do Mercado Hortigranjeiro

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROP - Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda

PRORE – Procuradoria Regional

PTRES – Programa de Trabalho Resumido

REFAP – Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de produtos Básicos

SAAGRA - Sistema de Administração Quantitativa de Armazenagem de Grãos

SAS - Serviço de Assistência à Saúde

SEAP - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência

SEC- Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab

SECOF – Setor Contábil e Financeiro

SECOM – Setor de Operações Comerciais

SEDEC – Secretaria Nacional de Defesa Civil

SEDEM – Setor de Desenvolvimento Empresarial

SEGEO – Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta

SEOPE – Setor de Operações

SEPAB – Setor de Programas Institucionais, Sociais e de Abastecimento

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SEREH – Setor de Recursos Humanos

SESAN - Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SFA - Superintendência Federal da Agricultura de SP

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAGRO - Sistema de Informações Agropecuárias e do Abastecimento

SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICAF - Sistema Integrado de Cadastro de Fornecedores

SICARM - Sistema de Cadastro de Armazéns

SICONJV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SINTEG - Sistema de Controles Integrados

SPA - Secretaria de Política Agrícola

SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SPC - Secretaria de Previdência Complementar

SPU - Secretaria de Patrimônio da União

SOF - Secretaria de Orçamento e Finanças

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

SUREG - Superintendência Regional

SUARM - Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques

SUCON - Superintendência de Contabilidade

SUFIN - Superintendência Financeira

SUFIS - Superintendência de Fiscalização de Estoques

SUGOF - Superintendência de Gestão da Oferta

SUINF - Superintendência de Informação do Agronegócio

SUMAJ - Subprocuradoria de Matéria Judicial

SUMOC - Superintendência de Modernização e Capacitação

SUOPE - Superintendência de Operações

SUPAB - Superintendência de Abastecimento Social

SUPOR - Superintendência de Orçamento e Avaliação

SUREG - Superintendência Regional

SUREH - Superintendência de Recursos Humanos

SUTIN - Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

TCU - Tribunal de Contas da União

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UA - Unidade Armazenadora

UC - Unidade de Comercialização

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UG - Unidade Gestora

UJ - Unidade Jurisdicionada

VEP - Valor de Escoamento de Produto

xFAC - Sistema de Faturamento e Controle dos Estoques Público

Relação de Quadros

Nº do Quadro	Denominação	
I	Evolução da Execução do PAA	
II	Demonstrativo das Aquisições de Produtos	
III	Demonstrativo de Comercialização pelo PEP	
IV	Demonstrativo de Comercialização pelo PEPRO	
V	Demonstrativo das Vendas em Leilão	
VI	Demonstrativo dos Estoques de São Paulo	
VII	Estoques de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias	
VIII	Demonstrativo da Capacidade Estática da SUREG/SP	
IX	Certificação das Unidades Armazenadas Próprias – Previsão 2015	
X	Investimentos Realizados na Rede Armazenadora Própria	
XI	Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias-Produtos Agropecuários	
XII	Estoques Públicos Depositados em Unidade Próprias-Outros Produtos	
XIII	Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades de Terceiros-Produtos Alimentícios	
XIV	Demonstrativo da Capacidade Estática de Armazenagem	
XV	Demonstrativo da Capacidade Estática, quanto à Localização	
XVI	Demonstrativo da Capacidade Estática, quanto à Entidade	
XVII	Demonstrativo de Fiscalização dos Estoques	
XVIII	Demonstrativo das Irregularidades Constatadas	
XIX	Levantamento de Safras em São Paulo	
XX	Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safra 2009/10 e 2010/11	
XXI	Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safra 2010/11 e 2011/12	
XXII	Distribuição de Empregados	
XXIII	Quadro de Pessoal Ativo	
XXIV	Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual	
XXV	Demonstrativo por Nível de Enquadramento	
XXVI	Demonstrativo por Nível de Escolaridade	
XXVII	Quantidade de Servidores da UJ por faixa etária	
XXVIII	Demonstrativo dos Estagiários	
XXIX	Demonstrativo da Mão-de-Obra terceirizada na SUREG/SP	
XXX	Créditos Recebidos por Movimentação	
XXXI	Demonstrativo da Execução da Despesa por Grupo e Modalidade de Contratação	
XXXII	Demonstrativo da Execução da Despesa por Modalidade de Contratação	
XXXIII	Demonstrativo da Execução das Ações Orçamentárias	
XXXIV	Evolução do Pagamento de Sentenças Judiciais	
XXXV	Demonstrativo das Despesas com Formação e Manutenção dos Estoques	

	Públicos	
XXXVI	Demonstrativo de Execução da Despesa – GAP	
XXXVII	Restos a Pagar	
XXXVIII	Composição Acionária da UJ como Investidora	
XXXIX	Estrutura de Controles Internos da UJ	

Relação de Figuras

Nº da Figura	Denominação	
I	Mapa Estratégico Corporativo	
II	Macroprocesso de Sustentação de Renda	
III	Macroprocesso de Promoção do Abastecimento	
IV	Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento	
V	Macroprocesso de Atendimento a Parceiros	
VI	Macroprocesso de Prestação de Serviços	
VII	Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos	
VIII	Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento	
IX	Evolução dos preços recebidos pelos produtores x preços mínimos	
X	Vendas em Leilões Públicos	
XI	Evolução das Quantidades Vendidas	
XII	Evolução dos Estoques Armazenados, por propriedade	
XIII	Indicador de Desempenho	
XIV	Distribuição da Rede Armazenadora Instalada	
XV	Capacidade Estática da Rede Armazenadora Instalada	
XVI	Evolução do Número de Empregados	
XVII	Nº de Pessoas Beneficiadas	
XVIII	Evolução do Número de Beneficiários e do Valor Líquido do Auxílio-Alimentação	
XIX	Evolução do Auxílio-Transporte	

Apresentação

O Relatório de Gestão que integra a prestação de contas da Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento-Conab no Estado de São Paulo (Sureg-SP) ao Tribunal de Contas da União-TCU, referente ao exercício fiscal de 2011, foi elaborado em conformidade com a Instrução Normativa n.º 63, de 1.º de setembro de 2010, Decisão Normativa n.º 108, de 24 de novembro de 2010, da Portaria TCU n.º 123, de 12 de maio de 2011 e das orientações da Controladoria Geral da União contidas na NE n.º 03/2010, aprovadas pela Portaria CGU n.º 2.546/2010.

Tomando-se por base a Parte D-Conteúdo Geral do Anexo II, da DN 108, ***não foram atendidos os itens 5: ações desenvolvidas somente na Matriz/Brasília; 8: responsabilidade da Matriz/Brasília; 9: a CONAB não desenvolveu a Gestão Estratégica, em 2011.***

O Plano Plurianual-PPA e a Lei de Responsabilidade Fiscal direcionam claramente o foco da gestão pública para a qualidade e transparência na utilização dos recursos públicos. Assim, apresentamos neste Relatório a atuação da Sureg-SP, segundo esses preceitos e, de acordo com as Ações executadas por esta Regional, no âmbito dos Programas do Governo Federal.

As atividades desenvolvidas estão inseridas nas diversas Ações que compõem os programas de governo inscritos no PPA, havendo atividades que foram realizadas, também, sob a forma de descentralização orçamentárias/financeiras, em atendimento a Termos de Cooperação celebrados pela Conab, com outros órgãos públicos detentores das ações orçamentárias.

As ações finalísticas, ou seja, aquelas diretamente vinculadas à missão institucional, compõem o Programa Abastecimento Agroalimentar visando, entre outros objetivos, ao aumento e diversificação da produção agrícola e a formação de estoques públicos, com vistas à regularidade do abastecimento interno e à segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

As demais ações inseridas no Programa acima mencionado, são de cunho administrativo e foram desenvolvidas de acordo com a legislação e acordos que regem a relação entre a Empresa e os empregados.

As Ações Orçamentárias: Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados e Contribuição à Previdência Privada não constam neste Relatório, pois a execução orçamentária é realizada pela Matriz (UG 135100), em Brasília, por meio da folha de pagamentos.

As atividades desenvolvidas, durante o exercício sob exame, estão inseridas nas diversas ações que compõem os Programas do Governo inscritos no PPA 2008-2011 e nos Planos Internos da Conab. Também foram executadas ações decorrentes de parcerias ou convênios firmados com diversos órgãos, estando todas as atividades condizentes com o Estatuto Social e alinhadas com o Planejamento Estratégico da Companhia, cujo desenvolvimento das Ações e os resultados alcançados estão explicitados no presente documento.

Para a execução das atividades sociais da Conab, trabalho essencial e de grande destaque no Estado de São Paulo, as quatro unidades armazenadoras jurisdicionadas estão localizadas em regiões estratégicas no interior do Estado. Elas são importantes Unidades de compras de produtos da **PGPM** (Política de Garantia de Preços Mínimos) e do **PAA** (Programa de Aquisição de Alimentos (Compra Direta) oriundos da Agricultura Familiar. Estas unidades armazenadoras também operacionalizam a distribuição de cestas de alimentos para acampados da

reforma agrária, quilombolas, indígenas e populações que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional.

A Sureg/SP, ao desenvolver ações abrangentes que fomentem a excelência da sua administração, efetivou as seguintes realizações, no exercício de 2011:

- a) realização de 12 (doze) reuniões gerenciais ordinárias de equipe-líder, com o objetivo de fortalecer a cultura participativa dos gestores da Sureg/SP.
- b) Aquisições no valor de R\$ 46.923.450,00 correspondente a 271 CPRs referente a Compra com Doação Simultânea do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, com recursos do **MDS.**, e aquisições no valor de R\$ 4.851.089,00 correspondente a 22 CPRs referente a Compra para Formação de Estoques da Agricultura Familiar, com recursos do MDA.
- c) recepção a 2 (duas) comitivas oficiais do governo da China, ocasiões em que foram debatidos assuntos relacionados a armazenagem e escoamento das safras de grãos e estruturas operacionais para execução das mesmas.
- d) Doação de 2.965.175 kg de feijão, 49.600 kg de farinha de mandioca e 294.651 kg. Entre trigo, doces e outros
- e) Doação de 77.535 cestas básicas destinadas ao Incra, Quilombolas e Comunidades Indígenas.
- f) Realização de 6 Levantamentos de Safras de Grãos e 3 Levantamentos de Safras de Cana de Açúcar pelos técnicos da Sureg/SP.
- g) Participação com apresentação de uma palestra em comemoração ao 69º aniversário do Instituto de Economia Agrícola – IEA da Secretaria de Agricultura do Estado São Paulo.
- h) Participação como convidado para fazer parte do Conselho Superior do Agronegócio (COSAG) da Federação das Indústrias do Estado São Paulo Departamento do Agronegócio, composto por lideranças ligadas ao Agronegócio.
- i) Participação na 18ª Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação -Agrishow na cidade de Ribeirão Preto, com exposição no Stand do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA.
- j) participação em diversas reuniões no GECEA/IBGE para a conciliação de dados sobre a safra de grãos.
- k) realização do trabalho de pesquisa do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar – PGPAF;
- l) Levantamento de dados para composição dos custos de produção de Aves, Suínos e Produtos da Agricultura Familiar.
- m) Participação na Câmara Setorial de milho do Estado de São Paulo, órgão ligado Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, para tratar de assuntos ligados a cultura do milho.

- n) Participação na abertura da Feira da Agricultura Familiar do Estado de São Paulo – AGRIFAM , realizado pela FETAESP, no município de Agudos, como convidado e palestrante.
- o) Participação como expositor na Feira Nacional Sucroalcooleira do Estado de São Paulo – FENASUCRO, na cidade de Sertãozinho, para divulgação dos trabalhos de Levantamento de Safras de Cana de Açúcar.
- p) Participação como convidado no Seminário “Perspectivas para o Agrobusiness em 2011 e 2012, realizado pela BM&F BOVESPA, para debater assuntos sobre o Agronegócio Brasileiro.
- q) Participação como convidado no 10º Congresso Brasileiro do Agronegócio, realizado pela Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG, sobre o tema “Mudanças e Paradigmas”.
- r) Levantamento dos Estoques Privados de Café no Estado de São Paulo, como trabalho de apoio à Matriz para divulgação.
- s) Divulgação e esclarecimentos sobre o Programa Aquisição de Alimentos-PAA com relação a implantação do fornecimento de produtos para a Alimentação Escolar através de Agricultores Familiares, nos diversos municípios do Estado de São Paulo.
- t) Realização de diversas Audiências Públicas, para “Prestação de contas” do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, em diversas localidades do Estado de São Paulo, com objetivo principal de avaliar os resultados, ajustar os métodos adotados e implantar os controles necessários, dando total transparência aos diversos projetos do programa.
- u) Aquisição e Instalação de câmeras de segurança na Unidade Armazenagem – UA de Bernardino de Campos.
- v) Participação do Grupo Gestor da Sureg, no Encontro de Superintendentes da Cia Nacional de Abastecimento-CONAB na Matriz em Brasília, para apresentação e avaliação dos resultados obtidos e planejamento dos trabalhos a serem executados para obtenção dos objetivos propostos.

As realizações apresentadas demonstram que a Sureg/SP possibilitou aprimorar o planejamento, a condução, a execução, a análise estratégica e a concepção de soluções diferenciadas, permitindo defender os interesses das políticas agrícolas e de abastecimento do País, incentivando ainda a criatividade e o processo intelectual dos seus funcionários, para que a interface deles com a Empresa, permita maior produtividade e realização pessoal.

As principais metas e objetivos da **Sureg/SP** para o exercício de 2012, consistem em:

- a) Realização de 08 Oficinas de Capacitação para o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA da Agricultura Familiar.
- b) Acompanhamento das ações do PAA em Comunidades Quilombolas no Município de Eldorado em conjunto com o Ministério Desenvolvimento Agrário-MDA, para divulgação na imprensa sobre os resultados obtidos, previsto para o mês de junho/2012.
- c) promover o pensamento e a postura estratégica da Superintendência, a fim de atuar de forma estruturada e eficaz nas ações sociais governamentais;



Companhia Nacional de Abastecimento

d) promover o desenvolvimento organizacional com ênfase na melhoria contínua e na gestão dos processos internos.

e) Incentivar uma maior participação dos empregados da Sureg-SP, em cursos e treinamentos de capacitação para aprimoramento dos mesmos em suas atividades.

Alfredo Luiz Brienza Coli

Superintendente Regional da CONAB/SP

1 – Informações Básicas

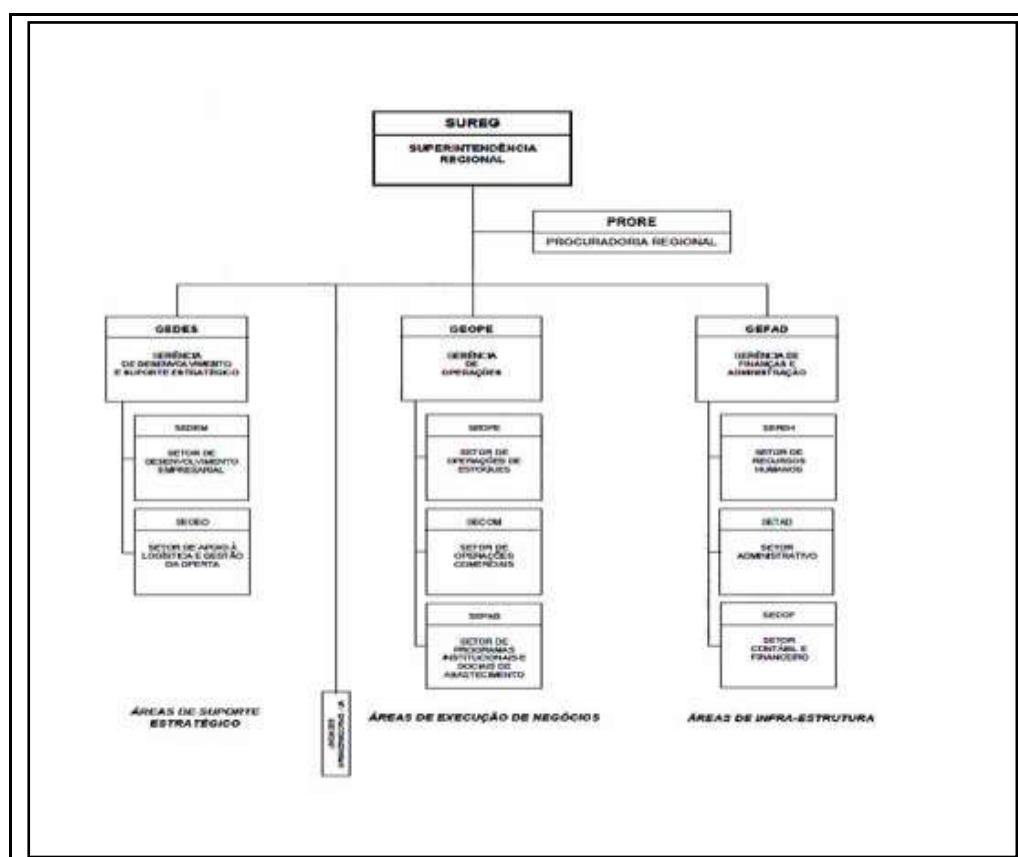
1.1 - Informações Gerais sobre a UJ

1.1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA			
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento – Superintendência Regional de São Paulo			
Denominação abreviada: CONAB-SUREG/SP			
Código SIORG: 087333		Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 135325
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Empresa Pública Federal		Código CNAE: 84.11-6-00	
Principal Atividade: Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou insumos			
Telefones/Fax de contato: PABX (11) 3264.4800		Fax (11) 3264.4833	Fax (11) 3833.9638
Endereço eletrônico: sp.sureg@conab.gov.br			
Página da Internet: www.conab.gov.br			
Endereço Postal: Alameda Campinas nº 433 – Jardim Paulista – São Paulo/SP – CEP 01404-901			
Normas relacionadas à Unidade Jurídica			
Normas de criação e alteração da Unidade Gestora			
A Conab está constituída nos termos do artigo 19, inciso II, da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990. Teve seu Estatuto Social (1ª versão) aprovado pelo Decreto 99.994, em 26/12/1990, publicado no DOU em 31/12/1990. Iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 1991. O Estatuto Social da Companhia encontra-se em sua 9ª Versão, tendo sido alterado pelos seguintes decretos: 2ª Versão – Decreto 369, de 19/12/1991, publicado no DOU em 20/12/1991; 3ª Versão – Decreto s/nº, de 03/07/1995, publicado no DOU em 04/07/1995,4ª Versão – Decreto 1.816, de 09/02/1996, publicado no DOU em 09/02/1996; 5ª Versão – Decreto s/nº, de 19/12/1996, publicado no DOU em 20/12/1996; 6ª Versão – Decreto 2.390, de 19/11/1997, publicado no DOU em 21/11/1997; 7ª Versão – Decreto 3.336, de 13/01/2000, publicado no DOU em 14/01/2000; 8ª versão – Decreto 4.514, de 13/12/2002, publicado no DOU em 16/12/2002; 9ª Versão – Decreto 6.407, de 24/03/2008, publicado no DOU em 25/03/2008.			
Outras normas legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 9.973/2000 - Lei de Armazenagem de Produtos Agrícolas ; Decreto nº 3.855/2001 - Regulamentação da Lei nº 9.973/2000 e Decreto-Lei nº 1.102/1903			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Manual de Operações da Conab – MOC e Normas da Organização – NOC			
Unidades gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
135325	Sede da Sureg		
135331	Unidade Armazenadora de Bauru		
135486	Unidade Armazenadora de Carapicuíba		
135487	Unidade Armazenadora de Garça		
135531	Unidade Armazenadora de Bernardino de Campos		
135326	Estoque Estratégico		
135327	Estoque Regulador		
135443	Mercado de Opção		
135555	PAA – Programa de Aquisição de Alimentos		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
135325		22211	
135326		22211	

135327	22211
135331	22211
135443	22211
135486	22211
135487	22211
135531	22211
135555	22211

1.1.2 - Estrutura Organizacional



1.1.3 - Principais Responsáveis

G E S T O R			PERÍODO
TITULAR		NOME DO SUBSTITUTO	
NOME	FUNÇÃO		
Alfredo Luiz Brienza Coli	SUREG	Luiz Alberto Martins	30/03/2009 a 31/12/2011
Cláudio R. de S. Penteado	GEFAD	Luiz Carlos Rodrigues Molina	21/10/2008 a 31/12/2011
Luiz Alberto Martins	GEDES	Cláudio Lobo de Ávila	21/10/2008 a 31/12/2011
Nivaldo Aparecido Maia	GEOPE	Cecília de Fátima Mateus Francisco Antonio Cavalcante	01/01/2011 a 23/11/2011 23/11/2011 a 31/12/2011
Renata de Moraes Vicente	PRORE	Flávia Luciane Frigo	21/10/2008 a 31/12/2011
Euclides Francisco	UA. Carapicuíba	Artur C. de Araújo Filho	21/10/2008 a 31/12/2011
Filomena P. Della Rovere	UA. Bauru	Antonio Cícero de Souza	09/01/2006 a 31/12/2011
Manoel Medeiros	UA. Garça	José Luiz Izidoro Sanches	21/10/2008 a 31/12/2011
Valdinei de Oliveira	UA. Bernardinópolis	Valdir Rodrigues	21/10/2008 a 31/12/2011

1.2 – Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos

1.2.1 – Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico da Conab foi concebido a partir de acordo firmado em 2003 com a Agência Brasileira de Cooperação-ABC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, tendo por objetivo a capacitação da Conab para novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, consequentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a promover o bem-estar social e o desenvolvimento do País.

Para o seu desenvolvimento foi utilizada a metodologia de Balanced Scorecard-BSC, de forma compartilhada, ou seja, envolvendo equipes de Líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes de Área e Coordenadores de áreas da Presidência) e Ampliada (10



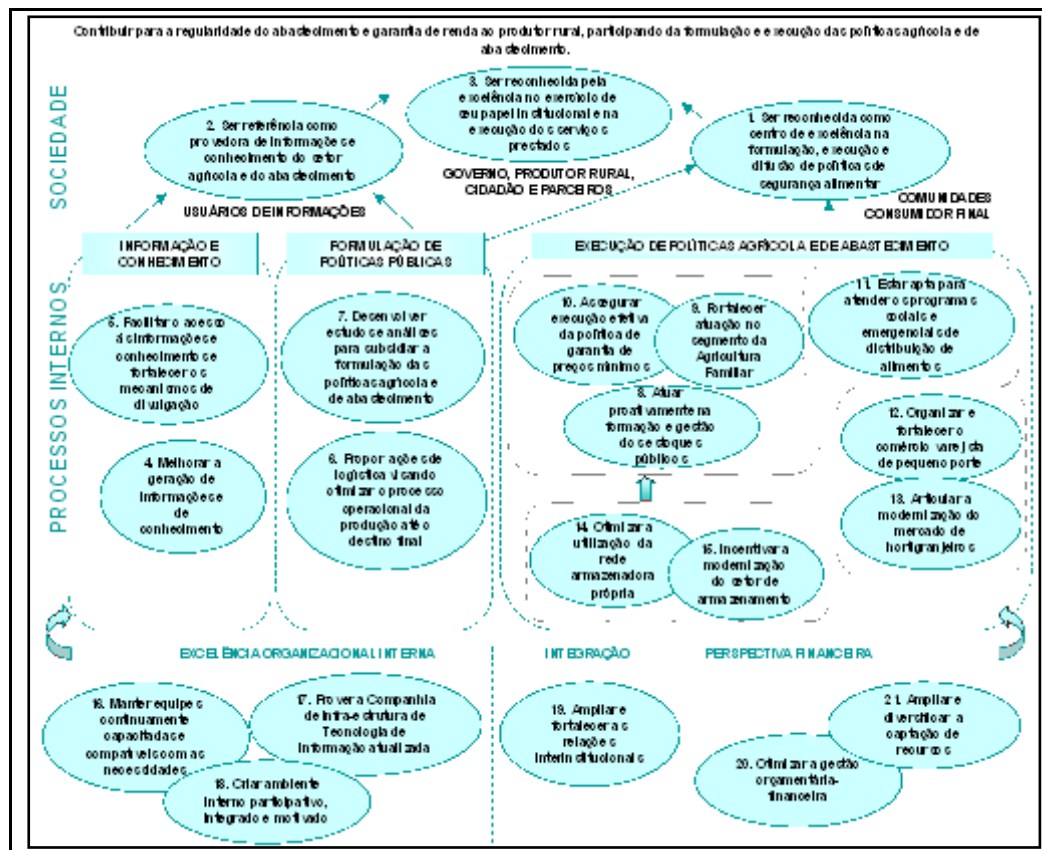
Superintendentes Regionais e alguns gerentes, assessores e técnicos da Matriz) e Equipes de Desenvolvimento e de Multiplicadores. Entre os produtos gerados, destacam-se o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração da missão, visão e proposta de valor aos diferentes públicos-alvos da Companhia.

O mapa estratégico traduz a missão, a visão e a estratégia da organização, a partir de um conjunto abrangente de objetivos que direcionam o comportamento e o desempenho institucionais. Os propósitos deste mapa são definir e comunicar a todos os níveis gerenciais e servidores, de modo claro e transparente, o foco e a estratégia de atuação escolhidos pela organização, assim como a forma pela qual as ações impactam no alcance dos resultados desejados, subsidiando a alocação de esforços e evitando a dispersão de ações e de recursos.

Na Conab, o mapa estratégico está estruturado em cinco perspectivas: excelência organizacional interna, integração, perspectiva financeira, processos internos e sociedade. Essas perspectivas representam um encadeamento lógico da estratégia de atuação da Companhia. Cada uma engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela Conab no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional.

A tradução da estratégia, por meio do mapa abaixo explicitado, criou um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores da organização.

Figura I– Mapa Estratégico Corporativo



Fonte: Conab

Aprovado em dezembro de 2004 para um horizonte de cinco anos, os períodos de 2005 a 2006 representaram um esforço para a implementação das estratégias definidas, com a designação de responsáveis por projetos, apuração de indicadores, definição de metas, monitoramento de resultados e alinhamento mediante reuniões de análises estratégicas com a liderança da Companhia. Em face da mudança na alta direção da Conab, ocorrida no 2.º semestre de 2007, foi apresentado pelo Grupo Gestor da Estratégia um balanço das atividades até então realizadas, incluindo o histórico da implantação do Planejamento Estratégico, suas premissas, metodologia, composição do Mapa Corporativo e respectivos objetivos, metas e indicadores de desempenho, assim como as iniciativas estratégicas associadas. A direção abordou a necessidade de se proceder ajustes na condução do processo, desconstituiu os grupos formados para seu desenvolvimento e acompanhamento e designou assessores para a revisão do Planejamento Estratégico.

Devido à descontinuidade do Planejamento Estratégico e por força do Acórdão da 2.ª Câmara do TCU nº 835/2011, publicado no Diário Oficial em 24 de fevereiro de 2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico em virtude dos riscos de gestão advindos da falta de utilização desse instrumento, foi criado por meio das Portarias PRESI nºs 268 e 291, de 28 de março e 5 de abril de 2011, respectivamente, um grupo de trabalho com a finalidade de retomar os trabalhos do Planejamento Estratégico. Após os trabalhos, o grupo recomendou:

- a) criar uma unidade orgânica específica para elaboração e execução do Planejamento Estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, sendo o coordenador um empregado do quadro permanente de pessoal;
- b) inserir no regimento interno as ações pertinentes à nova unidade orgânica, fazendo as devidas supressões das competências em outras áreas;
- c) manter a atual ferramenta utilizada para o planejamento estratégico, sem desprezar os trabalhos executados, tempo despendido e o investimento financeiro realizado;
- d) avaliar a necessidade do uso de outras metodologias complementares ao BSC; e
- e) contratar consultoria para auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Por meio da Portaria PRESI n.º 278, de 07 de março de 2012, foi constituído novo grupo de trabalho, objetivando a retomada do Plano Estratégico da Conab. Este grupo, conforme CI PRESI nº097, de 06/03/12, foi encarregado de validar os objetivos estratégicos, os indicadores de avaliação, as metas, e as iniciativas ou projetos que irão permitir o alinhamento da gestão estratégica ao cumprimento da missão institucional da Companhia.

1.2.2 – Breve Análise dos Principais Macrocessos

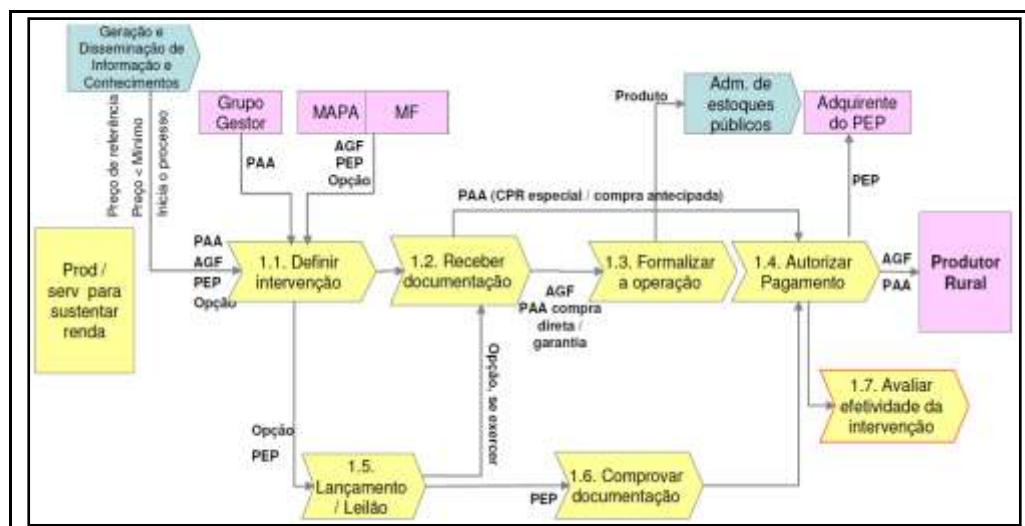
a) Macroprocesso de Sustentação da Renda

Este macroprocesso retrata o atendimento aos produtores e tem seu início demarcado pela identificação da necessidade de intervenção no mercado com o objetivo de manutenção da renda do setor. Para tanto, podem ser utilizados os instrumentos definidos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM ou do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Sua execução exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola, remetendo à necessidade de alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão, tanto internas quanto externas, envolvendo o planejamento e a decisão da intervenção.

Público-alvo: produtores rurais, cooperativa de produtores e associações e grupos formais ou informais de produtores.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos ligados à compra e à subvenção, tais como AGF, Contrato de Opção de Venda, Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação.

Figura II - Macroprocesso de Sustentação da Renda



Fonte: Conab

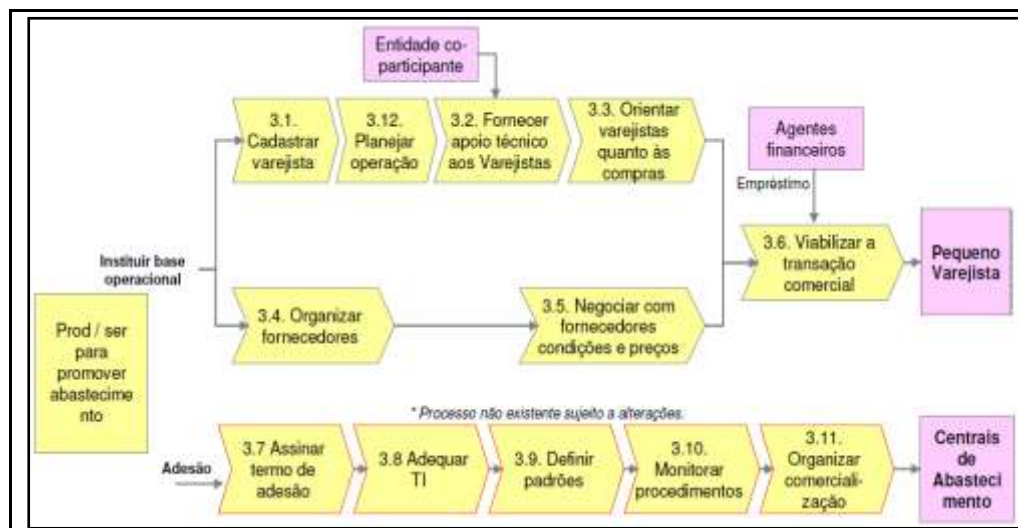
b) Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

Este macroprocesso caracteriza-se pelo atendimento aos consumidores, desde comerciantes, agroindústrias ou pequenos criadores. Assim como no macroprocesso anterior, seu início também é demarcado pela identificação da necessidade de uma intervenção por meio de vendas ou pela concessão de subvenção econômica, objetivando o escoamento de produtos das zonas de produção para áreas desabastecidas. Possui forte interface com o macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento, buscando identificar o momento e a intensidade das intervenções.

Público-alvo: consumidor/adquirente, diretamente ou indiretamente por meio atacadista, agroindústria de transformação, pequenos criadores e agroindústria de pequeno porte, cooperativas de consumo, exportadores, varejistas.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos e serviços ligados à venda e à subvenção, tais como Vendas de Produtos com ou sem subvenção, Venda Balcão, VEP, PEP.

Figura IV - Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento



Fonte: Conab

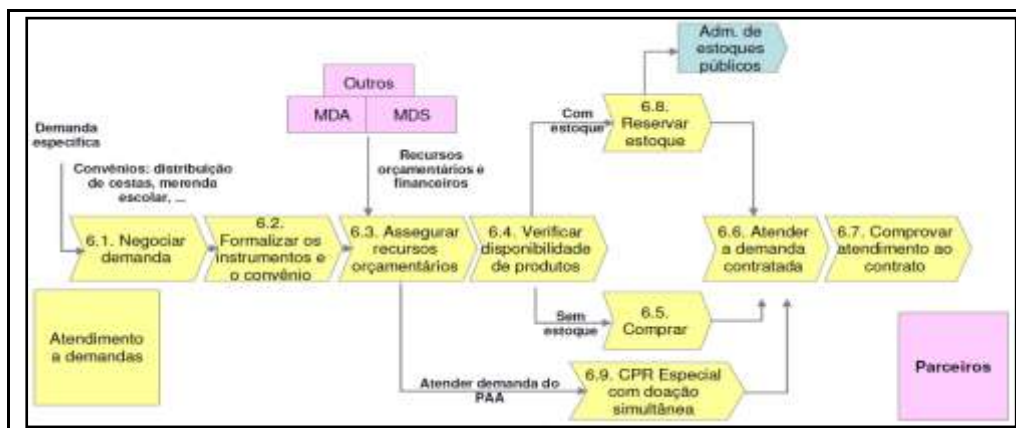
d) Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos. Tem seu início demarcado pela demanda externa específica e que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional. Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira.

Público-alvo: Parceiros caracterizados por ser do Governo e por contratar os serviços da Conab, especialmente MAPA, MDS e MDA e órgãos estaduais e municipais.

Família de Produtos e Serviços: Aquisição para programas sociais, entrega de cestas de alimentos, merenda escolar, dentre outros.

Figura V - Macroprocesso de Atendimento a Parceiros



Fonte: Conab

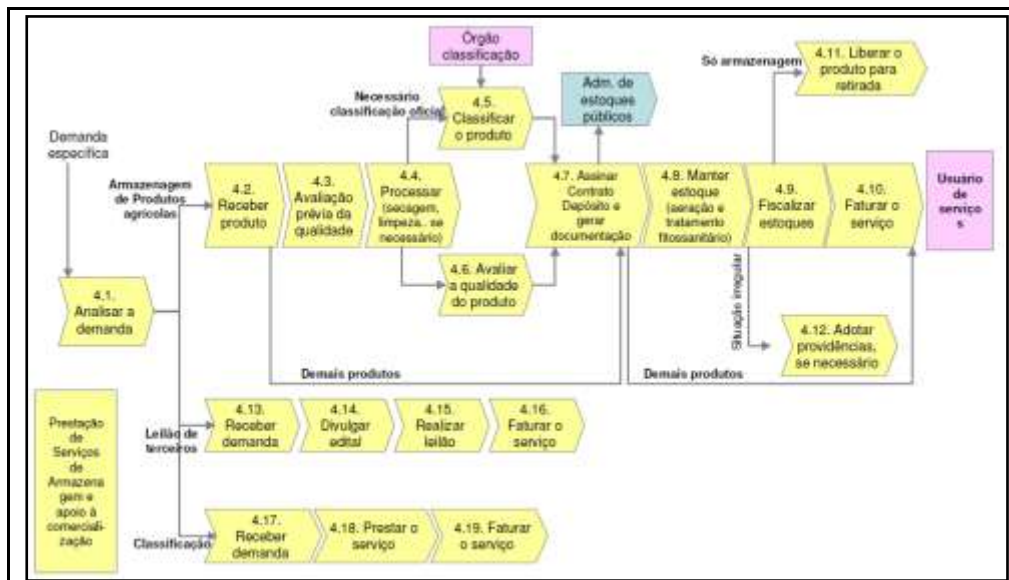
e) Macroprocesso de Prestação de Serviços

Envolve os serviços de armazenagem de produtos de terceiros, realização de leilões privados ou a classificação de produtos. Tem seu início demarcado a partir de demandas externas.

Público-alvo: União, sociedade, setor privado.

Família de Produtos e Serviços: Prestação de serviços de armazenagem (recepção, pesagem, secagem, limpeza, etc); prestação de serviços de classificação para terceiros; leilões com uso do Sistema Eletrônico de Comercialização-SEC.

Figura VI - Macroprocesso de Prestação de Serviços

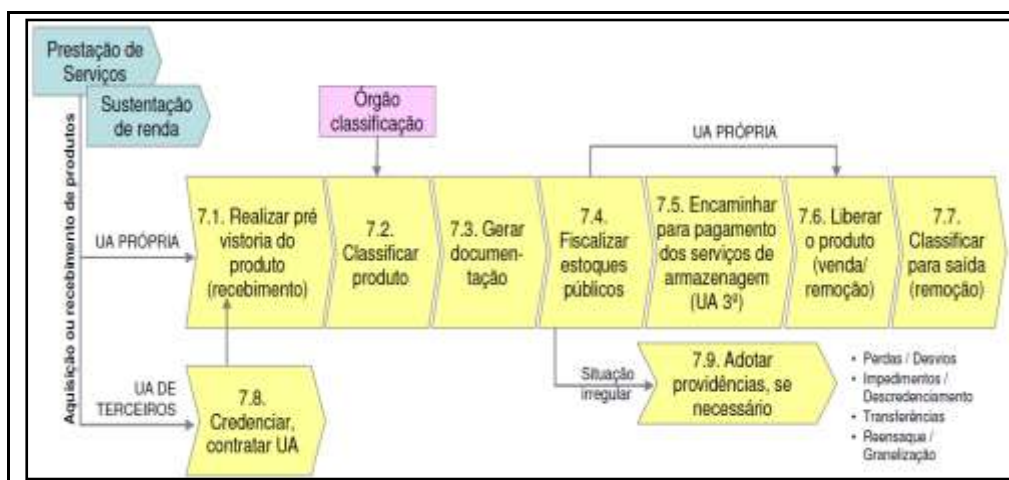


Fonte: Conab

f) Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

É um macroprocesso de suporte à atividade de armazenagem dos estoques públicos ou de terceiros e que tem seu início demarcado pelo recebimento de produtos nas unidades operacionais da Conab. Para a operacionalização dos instrumentos da PGPM, a Conab disponibiliza a relação dos armazéns cadastrados e credenciados, necessitando, ainda, para a formalização das AGFs e a execução dos Contratos de Opção de Venda, a celebração de contrato de prestação de serviços. Esta atividade recebeu várias melhorias materializadas pela criação de sistemas de controle, geração eletrônica de notas fiscais e emissão de relatórios gerenciais, necessitando porém de contínuo acompanhamento e revisão, face às alterações nas legislações que atuam sobre esta atividade.

Figura VII - Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos



Fonte Conab

g) Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

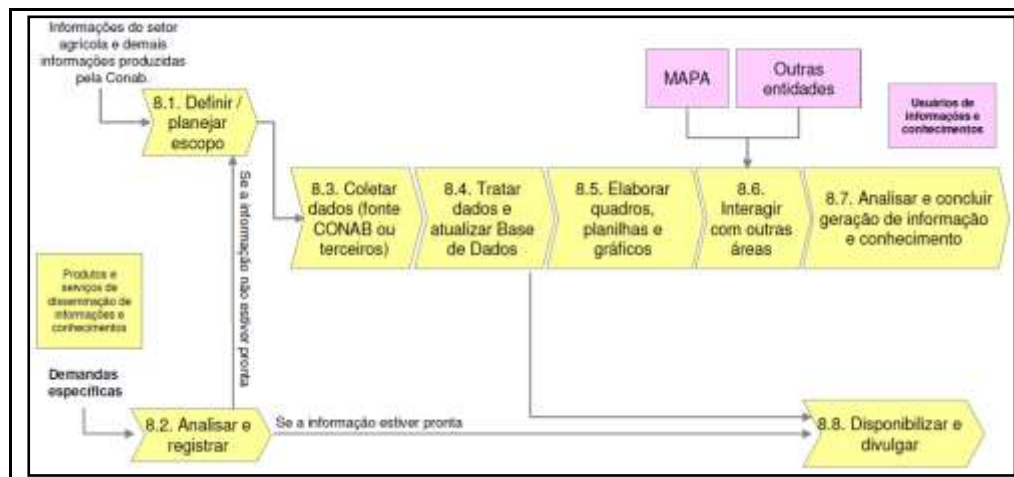
É o principal macro-processo de sustentação da estratégia de tornar a Conab uma empresa de conhecimento, retratando a atuação conjunta de toda a Companhia. É um macro-processo que tem interfaces com todas as atividades desenvolvidas e que impacta fortemente na estratégia e no alcance da visão de futuro da Companhia, necessitando, portanto de contínua análise no sentido de identificar possíveis mudanças no ambiente de atuação da Companhia.

É caracterizado como um macroprocesso de atendimento ao público-alvo, que tem seu início demarcado tanto pela necessidade de geração de informações e conhecimentos já tradicionalmente definidos pela Companhia ou por demandas específicas de novas informações e/ou conhecimentos.

Público-alvo: governo, setor agrícola, agentes financeiros, imprensa especializada, instituições de ensino e pesquisa, entidades de classe, ONG, armazenadores.

Família de Produtos e Serviços: estudos técnicos e científicos, proposta de política agrícola, proposta de preços mínimos, informações agrícolas, avaliação de safra, custo de produção, conjuntura agropecuária, estudo de logística, Valor Bruto da Produção, IPP & IPR, PLE, análise de cadeias produtivas; mapeamento geoespacializado, séries históricas e estatísticas agrícolas, cadastro de armazéns, vistoria e informações de estoques privados, cadastro dos fornecedores, fiscalização do cadastro da cadeia produtiva da borracha natural e das operações referentes aos Programas de Subvenção, treinamento em armazenagem, informações quanto ao abastecimento social, cadastramento de empresas no SICAF (elaboração e manutenção de arquivo no SICAF).

Figura VIII - Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos



Fonte: Conab

1.2.3 - Principais Resultados Estratégicos Previstos

A CONAB, tendo desativado o seu Planejamento Estratégico, não desenvolveu a avaliação dos seus resultados, tendo trabalhado somente com as metas previstas no PPA.

2 – Análise Geral do Ambiente de Negócios e de Gestão

2.1 – Análise sobre o Ambiente de Gestão

A Conab é uma empresa do Governo Federal, encarregada de gerir as Políticas Agrícolas e de Abastecimento, visando assegurar o atendimento das necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando os mecanismos de mercado, tendo como objetivos:

- - Planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal, ou seja, assegurar ao segmento produtor um patamar mínimo para negociar sua produção.
- - Executar as Políticas Públicas Federais referentes à armazenagem da produção agropecuária.

No Estado de São Paulo, a Conab conta com 04 armazéns localizados nos municípios de Carapicuíba, Garça, Bauru e Bernardino de Campos, objetivando a armazenagem e conservação dos estoques públicos, além da prestação de serviços aos agricultores e demais organizações comerciais paulistas.

No Estado de São Paulo, são realizadas várias operações de apoio ao mercado agrícola, por meio dos instrumentos de regulação de renda e do abastecimento previstos na Política de Garantia de Preços Mínimos, tais como: VEP, PEP e, PEPRO, importantes na regulação do mercado ao longo dos anos-safras, com redução dos fatores de risco na comercialização de produtos agrícolas. Além desses, também são importantes os instrumentos delineados no Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, quais sejam:

- Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF
- Compra da Agricultura Familiar com Doação Doação Simultânea – CPR Doação
- Formação de Estoque pela Agricultura Familiar - CPR Estoque

Com operação semelhante ao PEP, o PEPRO garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonerando o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

2.2 – Análise sobre o Ambiente de Negócios

O comportamento de grande parte das commodities da agricultura, como soja, milho, algodão, café e trigo, ao longo de 2011, foi de crescimento moderado em relação às médias averiguadas em 2010. Com exceção do arroz, as demais registraram altas ao longo do ano, com destaque para o café arábica e o milho, com altas de 37,13% e 29,06%, respectivamente. Num ano de muitas incertezas no mercado internacional, diante de tantas crises deflagradas, especialmente na Europa, o mercado brasileiro pode encontrar alguns subterfúgios, como o cenário de baixas dos EUA, em relação à produção de soja e milho. A CONAB tem sido uma das principais ferramentas do Governo no resgate da cidadania e da dignidade quando disponibiliza de forma tempestiva, seu

apoio aos pequenos e médios agricultores familiares, às populações atingidas por barragens, aos quilombolas, às populações indígenas, e aos açodados pelas intempéries.

1 – Demanda por serviços de armazenagem:

Receitas/armazenagem

UA-Garça – R\$291.878,22

UA-Carapicuíba – R\$503.576,70

UA-Bauru – R\$461.790,04

UA-Bernardino de Campos – R\$157.317,30

Total – R\$1.414.562,26

2 – Safra de grãos para o Estado de São Paulo (Produção agrícola)

2010/2011 - 6.918, 7 t

2011/2012 - 7.164,2 t

3- Comercialização nesta Sureg/SP - 2011

AGF/2011: Aquisição de feijão: 746.658 kg

Venda de estoques públicos :

Venda de milho em grãos : 76.957.668 kg

Venda de trigo: 14.700.172 kg

Venda de café em grãos: 3.984.540 kg

Venda de feijão ensacado: 6.174.571 kg

4- Produtos e serviços oferecidos que geram receitas próprias:

Receita Líquida dos Serviços – Armazenagem de produtos agrícolas/2011 nas UAs de Bauru, Bernardino de Campos, Garça e Carapicuíba: R\$1.414.562,26

5- Principais clientes por produtos e serviços dos setores público e privado

(Informado no Item 2)

- CAPAL – Cooperativa Agroindustrial - AFG Feijão - 746.658 kg

CNPJ: 78.320.397/0002-77

- ANACONDA Ind. Agric. Cereais

CNPJ: 60.728.029/0002-05

- Moinho Nacional LTDA

CNPJ: 05.285.633/0001-30

Venda de trigo - 14.700.172 kg

- Moinho Hortolândia LTDA

CNPJ: 00.788.698/0001-51

- BUNGE Alimentos S/A

CNPJ: 84.046.101/0467-70

- Avícola Paulista LTDA

CNPJ: 72.911.316/0009-01

- Frigorífico Rosfran LTDA

CNPJ: 04.829.643/0001-01

- Katayma Alimentos LTDA

CNPJ: 47.765.979/0001-52

Venda de milho - 76.957.668 kg

2. CONFINA Alimentos Indl. LTDA

CNPJ: 74.657.784/0001-61

- CORN PRODS Brasil

CNPJ: 01.730.520/0002-01

1. VIP Alimentos do Brasil LTDA

CNPJ: 12.689.450/0001-08

- Cereais do Nico LTDA

CNPJ: 31.804.115/0002-43

- CETAMA Com. Imp. Exp. LTDA

CNPJ: 10.824.537/0001-20

Venda Feijão - 6.174.571 kg

- FUJI Alimentos LTDA

CNPJ: 15.417.629/0001-09

- Cortesia Prods. Alim. LTDA

CNPJ: 00.948.721/0001-28

- Guaratiba Ind. Com. de Cereais LTDA

CNPJ: 07.031.371/0001-80

6 – Principais Clientes por produtos e Serviços dos Setores Público e Privado

(Informado do item 2)

Vendas de café

- UNICAFÉ Cia. de Com. Exterior

CNPJ: 28.154.680/0003-89

1. EISA – Emp. Interagropecuária S/A

CNPJ: 62.356.878/0002-00

- Café São Tomaz LTDA

CNPJ: 02.856.243/0001-51

- MITSUIALIMENTOS LTDA

CNPJ: 58.128.190/0043-66

- Café Bebe Bem LTDA
CNPJ: 73.330.441/0001-25
- 2. Café do Sítio Ind. E Com. LTDA
CNPJ: 00.452.102/0001-48
- 1. RN Produtos Alimentícios LTDA
CNPJ: 05.217.266/0001-04
- Jardim Ind. e Com. S/A
CNP: 60.676.996/0001-81
- Filho Ind. e Com. Alimentos
CNPJ: 06.073.298/0001-46
- ODEBRECHT Com. Ind. Café LTDA
CNPJ: 78.597.150/0003-83
- ITAMARATY Ind. e Com. S/A
CNPJ: 75.222.901/0001-27
- Fortaleza Agro Mercantil LTDA
CNPJ: 05.735.193/0005-76
- CATIPI Com. Export. De Café LTDA
CNPJ: 61.978.649/0001-76
- Grupo Malacrida de Alimentos LTDA
CNPJ: 67.861.500/0005-12
- 2. Café Boca de Pito LTDA
CNPJ: 01.147.735/0001-05
- Rio Doce Café S/A
CNPJ: 28.130.052/0006-06
- Ind. e Com. Café Imperial LTDA
CNPJ: 02.207.447/0001-01
- TOTAL 3.984.540 kg

3 – Sustentação de Renda

3.1 – Conjuntura dos Principais Produtos Amparados pela PGPM

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e sair do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

2. Aquisições do Governo Federal (AGF): consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

- **Contrato de Opção:** permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

- **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias, a partir de estoques privados.

- Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO): subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonerando o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

3.2 – Intervenções Governamentais

3.2.1) Intervenções Realizadas em 2011

A pauta de produtos amparados pela PGPM é composta por 35 produtos. Destes, tradicionalmente a Conab realiza intervenções, seja por aquisições ou por concessão de subsídios para escoamento, nos mercados de arroz, feijão, milho e trigo e esporadicamente algodão, fécula, leite, sisal e sorgo. Em 2011, em função dos preços recebidos pelos produtores terem atingido níveis inferiores aos dos preços mínimos fixados pelo Governo, a Conab interviu nos mercados de arroz, trigo, sisal e feijão e, especificamente no Estado de São Paulo foram realizadas aquisições de feijão e trigo, conforme detalhado a seguir.

Especificamente no Estado de São Paulo houve demanda para intervenção apenas no mercado de feijão e trigo.

a) Feijão

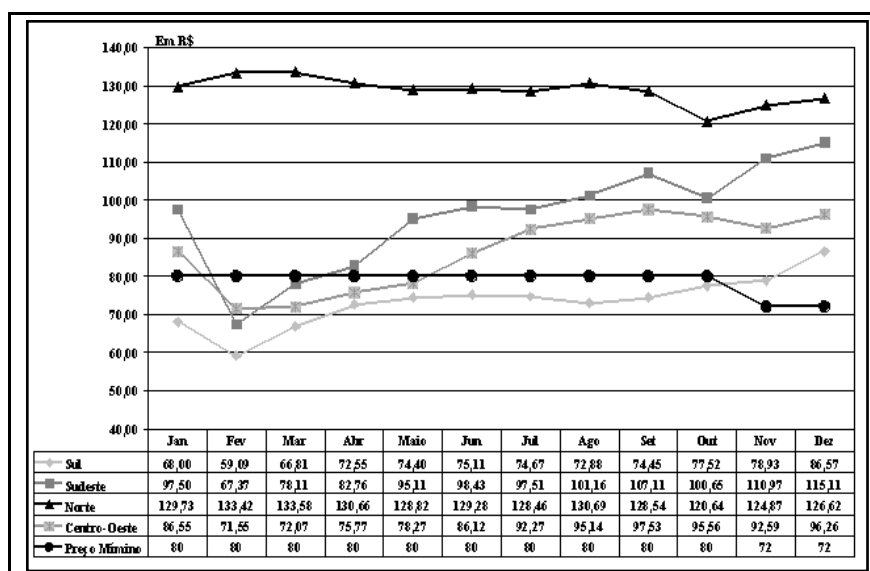
O feijão é um alimento básico para o brasileiro. A média atual de consumo de feijão é de 12,7 kg brasileiro/ano. A preferência do consumidor é regionalizada e diferenciada principalmente quanto à cor e ao tipo de grão. O feijoeiro comum é cultivado ao longo do ano, na maioria dos estados brasileiros, proporcionando a colheita de 3 safras ao ano havendo, em consequência, constante oferta do produto no mercado. É cultivado tanto em culturas de subsistência quanto em cultivos altamente tecnificados. Na safra 2010/11 foram colhidas 3.787,1 mil toneladas em 4.616 municípios brasileiros. A Região Sul ocupa lugar de destaque no cenário nacional com 29,2% da quantidade produzida, seguida pelas Regiões Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e Norte, respectivamente.

No Estado de São Paulo foram colhidas, nesta safra, 348.000 toneladas, em 305 municípios paulistas.

Conforme demonstrado na figura a seguir, os preços recebidos pelos produtores de feijão da Região Norte se mantiveram por todo o exercício em patamares acima do preço mínimo fixado pelo Governo; nas regiões Sudeste e Centro-Oeste estes preços atingiram valores inferiores ao do mínimo durante o primeiro semestre e, em seguida, recuperação atingindo preços remuneradores. Especial atenção foi voltada para a Região Sul, sobretudo no Estado do Paraná,

onde os preços permaneceram abaixo do mínimo no período de janeiro a novembro de 2011. Na Região Sudeste os preços atingiram patamares abaixo do preço mínimo durante os o 1.º trimestre, apresentando, em seguida e por todo o restante do exercício valores superiores ao mínimo.

Figura IX – Evolução dos Preços Recebidos Pelos Produtores X Preços Mínimos



Fonte: Sufis/Geint

c) Trigo

A produção nacional de trigo colhida na safra 2010/11 foi de 5.881,6 mil toneladas com variação, a maior, de 17% em relação a anterior. Destaca-se a Região Sul com uma quantidade equivalente a 94,1% da volume total, com predominância do Estado do Paraná que, sozinho, representa 56,4% do total.

Com exceção do Estado do Paraná, e no período de entressafra, os Preços Recebidos pelos Produtores se mantiveram em patamares inferiores ao preço mínimo fixado pelo Governo, mesmo com a melhoria da qualidade do produto, principalmente do produzido no Rio Grande do Sul, levando o Governo a intervir no mercado por meio de aquisições diretas (AGF) e leilões de PEP e PEPRO para escoamento da produção dos estados da região sul, São Paulo e Mato Grosso do Sul para as regiões Norte e Nordeste.

De acordo com os estudos de mercados desenvolvidos pela Superintendência de Gestão da Oferta-Sugof, o ambiente de preços no mercado brasileiro de trigo foi prejudicado pela crescente pressão de oferta no mercado internacional. A produção mundial estimada pelo USDA para o período 2011/12 retorna aos volumes colhidos em 2008/09 e 2009/10, considerados os maiores já obtidos, em torno de 689 milhões de toneladas. Com isso, o estoque mundial eleva-se a 209 milhões de toneladas, maior quantidade mantida armazenada nos últimos dez anos. Novamente rompeu-se o equilíbrio entre a oferta e demanda mundial de trigo, ficando os estoques atuais suficientes para abastecer 31% do consumo mundial. A crescente pressão de oferta elevou o grau de competição entre os produtores e exportadores, no afã de reconquistar os mercados perdidos com as recentes grandes quebras de safra na Rússia, Ucrânia e Casaquistão, grandes produtores e fornecedores mundiais do cereal. Essa situação teve reflexos imediatos no Mercosul, tendo em vista a

necessidade da Argentina em exportar cerca de 7 milhões de toneladas da safra atual, cuja produção superou 13 milhões de toneladas, tendo ainda grande estoque remanescente da safra anterior, também destinado a exportação. Para completar esse quadro, surgiu novo concorrente ao trigo brasileiro: o vizinho Uruguai, com produção superior a 2 milhões de toneladas, e disponibilidade para exportar cerca de 1,5 milhão de toneladas, além do Paraguai, com excedente exportável de 700 mil toneladas. Portanto, a super oferta mundial e a grande produção no Mercosul, tornando-o superavitário em relação ao consumo doméstico, constituíram os ingredientes que neutralizaram qualquer expectativa de preços remuneradores aos produtores, exigindo a intervenção governamental para garantir renda ao produtor rural, assim como a sustentabilidade da atividade econômica, no meio rural da região Sul do Brasil.

3.2.2 – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA, e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

- **Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF:** tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas ou associações) ou informais. Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab, a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.
- **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR-Estoque:** tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição dos produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios ou consórcios. São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

- **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea- CPR-Doação:** objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas ou associações). São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos in natura da safra vigente;; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto in natura por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela Conab, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que após a aprovação pelo Grupo Gestor, são incluídos no Manual de Operações da Conab. Quanto as preços praticados na CPR-Doação e CPR-Estoque, estes são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

a) Abrangência de Atuação do PAA

O Programa iniciou sua atuação em 2003, atendendo a 1.349 famílias de produtores rurais evoluindo, em 2011, para 13.302 famílias, com aquisição de 41.822 toneladas de diversos produtos agropecuários.

b) Recursos Aplicados

Para a operacionalização do PAA, a Conab celebra Termos de Cooperação com o MDA e o MDS, com descentralizações de recursos orçamentários/financeiros consignados nos Programas 0351-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Ações: Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar) e 1049-Acesso à Alimentação (Ações: Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar e Ação e Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar).

Os recursos descentralizados são recebidos na UG 135100 (Matriz) e esta realiza o repasse para as diversas UJ da Conab objetivando a operacionalização do Programa, tanto para as aquisições de produtos quanto para as demais despesas. Os recursos tem sido incrementados significativamente desde sua implantação, embora ainda sejam inferiores à demanda das organizações produtivas.

A exceção do ano de 2010 os recursos aplicados na aquisição de produtos pela Sureg-SP tem apresentado constante evolução, conforme detalhado no quadro a seguir

Quadro I – Evolução da Execução do PAA

Ano	N.º de Agricultores Familiares	N.º de Projetos	Quantidade Adquirida (kg)	Valor das Aquisições (R\$)
2003	1.349	0	5.444.090	3.266.454
2004	1.833	0	12.595.948	4.282.622
2005	1.171	16	1.867.644	2.838.341
2006	2.204	35	8.372.107	6.550.695
2007	3.981	101	13.682.746	13.886.721
2008	7.431	189	23.752.224	24.245.875
2009	10.299	10	37.500.719	39.689.436
2010	4.686	92	18.590.382	19.564.404
2011	13.302	293	41.821.839	53.970.299

Fonte: Supaf/Gecaf

3.2.3 – Aquisições do Governo Federal-AGF

Consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores. A operação se realiza quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente.

Em 2011, foram realizadas intervenções nos mercados de arroz, feijão, milho e trigo. As aquisições objetivaram a manutenção de renda dos produtores no caso da ocorrência de preços inferiores aos preços mínimos ou à ocorrência de problemas na comercialização, principalmente decorrentes da falta de estrutura de armazenagem ou de escoamento do produto. Por meio deste instrumento a Sureg-SP adquiriu 1.438 toneladas de feijão e trigo ao custo total de R\$1.745.632,48.

Quadro II - Demonstrativo das Aquisições de Produtos

UF	Produto	AGF		Contrato de Opção		Total	
		Quant.(kg)	Valor (R\$)	Quant.(kg)	Valor (R\$)	Quant.(kg)	Valor (R\$)
SP	Feijão	1.223.910	1.631.839,20	0	0,00	1.223.910	1.631.839,20
	Trigo	213.750	113.793,28	0	0,00	213.750	113.793,28
Total SP		1.437.660	1.745.632,48	0	0,00	1.437.660	1.745.632,48
Total Brasil		596.869.879	339.971.589,31	214.380.000	125.886.274,20	811.249.879	465.857.863,51

Fonte: Dirab/Suope/Geope

3.2.3 – Concessão de Prêmios para Escoamento da Produção

3.2.3.1 - Prêmio para o Escoamento do Produto – PEP

O PEP é um instrumento de política agrícola que concede subvenção econômica aos interessados em adquirirem produtos diretamente do produtor e/ou sua cooperativa, garantindo-lhes o pagamento do valor de referência, sob a condição de que procedam o escoamento do excedente da safra para a região de consumo, evitando assim a aquisição desses excedentes por parte do governo federal.

Durante o exercício foram realizados pela Matriz, 57 leilões (18 para arroz, 32 para sisal e 7 para trigo), sendo negociadas um total de 2.481.468 toneladas, cerca de 68,2% da quantidade oferecida, com subvenção prevista de R\$279.472.268,87. Nestes leilões estavam incluídas 25.000 toneladas de trigo produzidas no Estado de São Paulo, das quais foram negociadas 13.000 toneladas e comprovada a remoção de 10.000 toneladas. Os prazos de comprovação variam de acordo com a data de realização dos leilões, estendendo-se até 28/02/2012 para o arroz, 15/08/2012 para o sisal e até 30/05/2012 para o trigo.

Quadro III – Demonstrativo de Comercialização pelo PEP

Produto	UF de Origem	Quantidades (t)		Valor Previsto da Subvenção (R\$)	UF de Destino	Quantidade Comprovada (t)	Valor Pago (R\$)
		Ofertada	Negociada				
Trigo	MS	30.000	3.486	599.592,00	MS	3.486	599.592,00
	PR	620.000	362.952	26.608.041,94	CE	16.542	459.108,00
					PE	1.000	45.000,00
					PI	903	42.447,58
					PR	36.343	1.609.726,34
	RS	520.000	413.412	26.218.626,20	RS	144.371	2.252.193,07
	SC	95.000	56.796	3.652.068,00	SC	10.494	608.635,24
	SP	25.000	13.000	1.230.100,00	SP	10.000	1.010.000,00
Total Trigo		1.290.000	849.646	58.308.428,14	-	223.139	6.626.702,23

Fonte: Suope/Geope

3.2.3.2 – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor – PEPRO

O Pepro é uma subvenção econômica concedida ao produtor rural, e/ou sua cooperativa, que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o valor de referência estabelecido pelo governo federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão público, obedecida a legislação vigente em cada estado da federação. O Pepro é lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do valor de referência.

Em 2011, foram realizados também pela Matriz, 11 leilões (8 para arroz e 3 para trigo) sendo negociadas 117.074 toneladas, cerca de 28,4% do total ofertado, com subvenção prevista de R\$10.469.004,70. Nos leilões de trigo estavam incluídas 10.000 toneladas produzidas no Estado de São Paulo, totalmente negociadas e com subvenção prevista de R\$707.000,00. Até o fim do exercício, não havia sido comprovado o escoamento pois os prazos de comprovação variam de acordo com a data de realização dos leilões, estendendo-se até 28/02/2012 para o arroz, e até 30/05/2012 para o trigo.

Quadro IV – Demonstrativo de Comercialização pelo Pepro

Produto	UF de Origem	Quantidades (t)		Valor Previsto da Subvenção (R\$)
		Ofertada	Negociada	
Trigo	PR	50.000	20.500	999.500,00
	RS	30.000	20.227	859.963,70
	SC	15.000	2.000	102.800,00
	SP	10.000	10.000	707.000,00

Fonte: Suope/Geope

3.3 – Principais indicadores de desempenho

Os indicadores a seguir relacionados foram criados e estão em fase de análise nas diversas áreas da Matriz e, se aprovados, deverão entrar em fase de apuração a partir de 2012.

Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção PEP demandadas pelo MAPA				
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope				
Fórmula de cálculo: Qn/Qd onde: Qn=Quantidade negociada e Qd=Quantidade demandada; Pep=Prêmio para Escoamento de Produto. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidas do MAPA, baseadas nas Portarias Interministeriais MF/MP/MAPA, p				
Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção PEPRO demandadas pelo MAPA				
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope				
Fórmula de cálculo: Qn/Qd onde: Qn=Quantidade negociada e Qd=Quantidade demandada; Peppo=Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidos do MAPA, baseadas nas Portarias				
Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção VEP demandadas pelo MAPA				
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope				
Fórmula de cálculo: Qn/Qd onde: Qn=Quantidade negociada e Qd=Quantidade demandada; VEP=Valor para Escoamento do Produto. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidos do MAPA, baseadas nas Portarias Interministeriais MF/MP/MAPA, pr				
Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Evolução da quantidade de produtos oriundos do PAA comercializados pelas Centrais de Negócios				
Objetivo do Indicador: Verificar a participação da Refap como canal de escoamento da produção do PAA				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de Cálculo e método de medição: Quantidade de produtos comercializados. Unidades varejistas são aquelas filiadas junto às Centrais de Negócios apoiadas pela Refap. Centrais de Negócios são associações que reúnem grupos de varejistas com o objetivo				
Fonte dos dados: SUREGs				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
não determinada				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Preços praticados pelas Unidades Varejistas filiadas em relação aos praticados pelas grandes redes				
Objetivo do Indicador: Verificar o impacto do programa sobre os preços praticados pelas redes filiadas à Refap				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de cálculo e método de medição: $VPCx = (PVx/PGRx) - 1 * 100$ onde, VPCx=Variação do preço da cesta X para o consumidor, PVx=Preço da cesta X nos varejistas filiados e PGRx=Preço da cesta X nas grandes redes. Unidades varejistas são aquelas filiadas jun				
Fonte dos dados: SUREGs				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
-				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Famílias Consumidoras atendidas pelas Unidades de Serviço Móvel Fluvial				
Objetivo do Indicador: Acompanhar o alcance do atendimento ao público alvo				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de cálculo e método de medição: $FCA(\%) = (FCA/FCp) * 100$, onde FCA(%)=Percentual de Famílias consumidoras atendidas, FCA=Número de Famílias Consumidoras atendidas, Fcp=Número de Famílias Consumidoras previstas. Famílias Consumidoras são as famílias qu				
Fonte dos dados: SUREGs				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
-				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Famílias produtoras atendidas pelas Unidades de Serviço Móvel Fluvial				
Objetivo do Indicador: Acompanhar o alcance do atendimento ao público alvo				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de cálculo e método de medição: $FPA(\%) = (FPA/FPp) * 100$, onde FPA(%)=Percentual de Famílias Produtoras atendidas, FPA=Número de famílias Produtoras atendidas, FPp=Número de Famílias Produtoras previstas. Famílias Produtoras são as famílias que vendem				
Fonte dos dados: SUREGs				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
-				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Efetividade das Intervenções no Mercado
Objetivo do Indicador: Acompanhar o efeito das intervenções governamentais, executados pela Conab, nos preços do arroz.
Tipo: Efetividade
Área Responsável: Sugof/Gerab
Fórmula de cálculo e método de medição: O cálculo é feito em duas etapas: 1ª - Para unificar os valores das intervenções, deve-se somar os volumes exercidos com PROP, COV, AGF, PEP e PEPRO em cada mês e subtrai-los do volume de Vendas do mês correspondente [(PROP+COV+AGF+PEP+PEPRO)-Vendas]=y. 2ª - Calcular o coeficiente de correlação do momento do produto Pearson (r), com a fórmula matemática abaixo, onde: x= Preço de mercado em cada mês, x = Média de preço dos 12 meses do ano, y = Volume utilizado (compra e venda) no mês, y = Média do volume utilizado (compra e venda) nos 12 meses do ano, r=coeficiente de correlação de Pearson. Associação linear entre as variáveis. Sinal: indica o sentido da variação. Positivo (x e y variam no mesmo sentido); Negativo (x e y variam em sentido oposto). Intervalo de variação: -1 ≤ r ≤ 1 indica a intensidade da relação entre as variáveis. r=-1, r=1: perfeita / forte; 0,10 ≤ r ≤ 0,3: fraca; 0,40 ≤ r ≤ 0,6: moderada; 0,70 ≤ r ≤ 1: forte. Valores de "r" estão apresentados em módulo.
$r = \frac{\sum x_i - \bar{x} \quad y_i - \bar{y}}{\sqrt{\sum x_i - \bar{x}^2} \sqrt{\sum y_i - \bar{y}^2}}$
* - COHEN, Jacob. (1988), <i>Statistical power analysis for the behavioral sciences</i> . Hillsdale, NJ, Erlbaum. - DANCEY, Christine & REIDY, John. (2006), <i>Estatística Sem Matemática para Psicologia: Usando SPSS para Windows</i> . Porto Alegre, Artmed.
Fonte dos dados: Sugof/Suinf
Evolução dos resultados do Indicador:

Nome do Indicador: Alcance da Política de Preços Mínimos para o Extrativista (PGPM Bio)				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução do alcance da PGPM Bio				
Tipo: Eficácia				
Area Responsável: Sugof				
Fórmula de cálculo e método de medição: (Ea/Ep)*100 onde Ea=Número de Extrativistas alcançados; Ep= Nº de Extrativistas previsto. A PGPM Bio é uma política com o objetivo de manter o extrativista na floresta, com sua atividade e consequentemente evitando				
Fonte dos dados: Sugof/Gebio				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Recomendações Técnicas da Conab para operacionalização de VEP atendidas em portaria interministerial				
Objetivo do Indicador: Verificar a relação entre a quantidade de produto indicada pela Conab e a quantidade indicada em portaria.				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugof/Geole				
Fórmula de cálculo e método de medição: Qnt/Qp)x100 onde, Qnt= Quantidade de produtos em Nota Técnica e Qp=Quantidade de produtos indicada em Portaria interministerial. O resultado indica a consonância entre o trabalho técnico e as diretrizes do governo.				
Fonte dos dados: Sugof/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

4 - Promoção do Abastecimento

As ações desenvolvidas pela Conab visando a regularização do abastecimento interno incluem a venda de estoques governamentais, por meio de leilões públicos ou em balcão, a compradores de pequeno porte e a concessão de subvenção, como estímulo ao escoamento de produtos de zonas produtoras para áreas desabastecidas, assim como a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

As vendas em leilões públicos, com ou sem subvenção, são realizadas a partir de análises de mercado desenvolvidas pela Superintendência de Gestão da Oferta-Sugof, quando são identificadas as áreas desabastecidas, as variações danosas nos níveis de preços e os produtos que necessitam de intervenções. As vendas também podem ser realizadas para a redução de custos de manutenção de pontas de estoques, obedecidas as quantidades especificadas no Manual de Operações da Conab-MOC (embalagens até 10.000 unidades; arroz e milho até 100 toneladas; farinha e fécula de mandioca, feijão, juta/malva, mamona, rami, raspa de mandioca, sisal, soja trigo e sorgo até 60 toneladas; algodão, cera e pó cerífero de carnaúba até 2 toneladas), e pela necessidade de retirada de produtos de unidades armazenadoras onde ocorreram perdas e/ou desvios de produtos.

A concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, é feita por meio de leilões públicos e por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização, quais sejam: o Prêmio de Escoamento de Produto-PEP e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO, operacionalizados pela Conab em cumprimento às determinações contidas em portarias interministeriais assinadas pelo Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG.

Em 2011, foram divulgadas as seguintes portarias:

- Portaria Interministerial n.º 67, de 21 de fevereiro de 2011 – PEP e PEPRO de arroz e feijão das safras 2010/2011 e 2011, até R\$200,0 milhões para o primeiro e até R\$50,0 milhões para o segundo;
- Portaria Interministerial n.º 408, de 12 de agosto de 2011 – PEP para o sisal bruto, da safra 2011/2012, produzido nos estados da Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte, até o valor de R\$20,0 milhões.
- Portaria Interministerial n.º 453, de 14 de setembro de 2011 – PEP e PEPRO para o trigo em grãos safra 2011, até o limite de R\$150,0 milhões.

Os recursos são oriundos das Operações Oficiais de Crédito-OOC, e constantes da Ação Orçamentária Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários, sob a coordenação da Coordenadoria Geral de Programação Financeira-Cofin, da Secretaria de Tesouro Nacional-STN, do Ministério da Fazenda.

Nestas operações, cabe à Conab a divulgação dos editais, a realização dos leilões, o recebimento e conferência dos documentos que comprovam a efetivação do escoamento dos produtos, de acordo com as normas constantes dos editais, e o pagamento das subvenções, posteriormente ao recebimento dos recursos financeiros do Ministério da Fazenda.

Por último, a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional atende aos objetivos das seguintes ações orçamentárias:

- Ação Orçamentária “**Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos**”, do Programa Acesso à Alimentação, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, que visa a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, tais como famílias acampadas que aguardam o programa da reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas, atingidos por barragens, que se caracterizam pelo estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional, e,
- Ação “Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres”, do Programa Resposta aos Desastres, do Ministério da Integração Nacional, que objetiva prestar assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grande porte, quando comprometida a capacidade local para a pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como em situação de emergência ou em estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

Para a distribuição das cestas, a Conab celebra Termos de Cooperação Técnica com os ministérios acima citados, recebendo descentralizações orçamentárias/financeiras, objetivando a aquisição de produtos por meio de leilões públicos, incluindo a montagem das cestas, a remoção para as áreas necessitadas e a disponibilização às entidades para a efetiva distribuição, de acordo com as orientações do MDS ou da Defesa Civil.

4.1 - Vendas dos Estoques Públicos

A Conab realiza a venda dos Estoques Públicos através de pregões eletrônicos, toda vez que determinado produto (arroz, feijão, milho, trigo etc) está com baixa oferta interna e preços altos.

4.2 - Vendas em Leilões Públicos

As elevadas vendas dos estoques públicos em 2011, foram realizadas para amenizar as elevações dos preços internos ocasionados, principalmente, por fatores críticos relacionados às atipicidades climáticas, tais como as secas prolongadas, invernos rigorosos e chuvas torrenciais, no Brasil e no mundo. Esta situação inflou as cotações internacionais puxando, conseqüentemente, os preços internos dos grãos, principalmente, do trigo, do café e do milho.

Entre os meses de abril a setembro, foi realizada a venda de mais de 570 mil toneladas de trigo em decorrência da seca, principalmente nos principais países produtores, que puxaram os preços mundiais do cereal, tendo reflexos no mercado interno. Pelo mesmo fator, mas durante o último trimestre, foram disponibilizadas ao mercado nacional algo em torno de 30 mil toneladas de café em grãos, para aproveitar o momento em que as cotações estavam elevadas, em razão da oferta mundial apertada, comparada à demanda, influenciando, assim, os preços internos do grão.

Em função do seu grau de importância no cenário mundial, a queda da produção da safra norte-americana de milho e o aumento no consumo mundial geraram uma relação

estoque/consumo extremamente ajustada. Dessa forma, no início do ano as exportações de milho foram muito elevadas. Fatores climáticos também atingiram o País, o que ocasionou o atraso na colheita e a necessidade de venda, para suprimento ao mercado interno, de **mais de 800 mil toneladas** de milho. As vendas efetivadas por meio de leilões públicos foram realizadas durante todo o ano de 2011, utilizando-se, para tanto, os estoques públicos existentes nos estados da Bahia, do Distrito Federal, de Goiás, de Minas Gerais, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, do Paraná, de Rondônia, do Rio Grande do Sul, de São Paulo e de Tocantins.

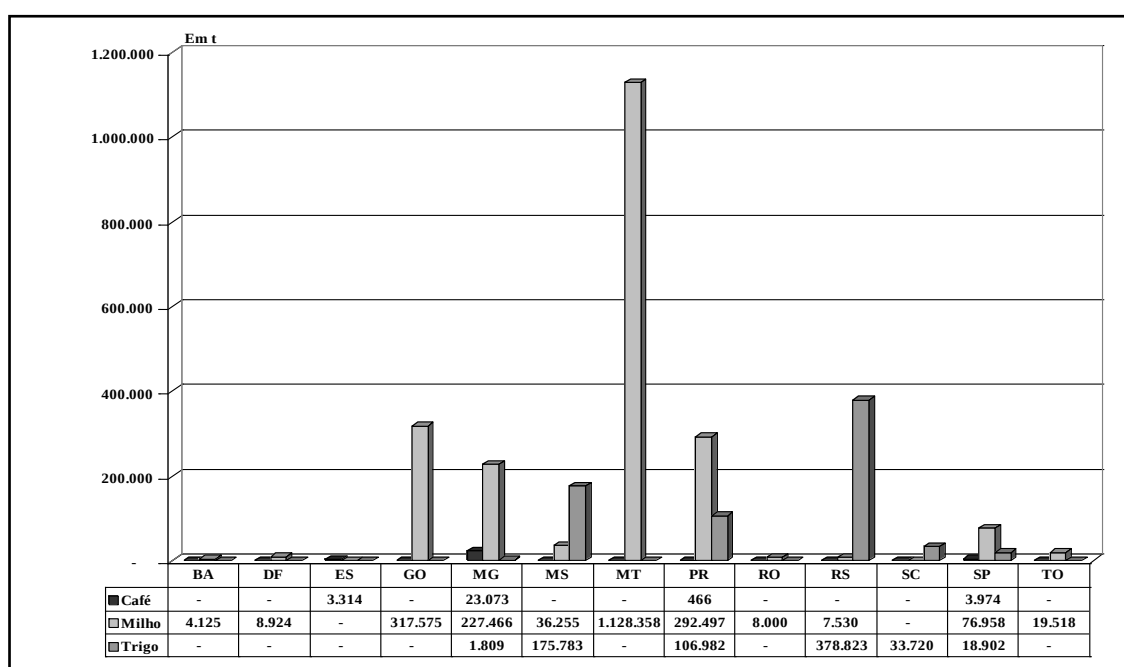
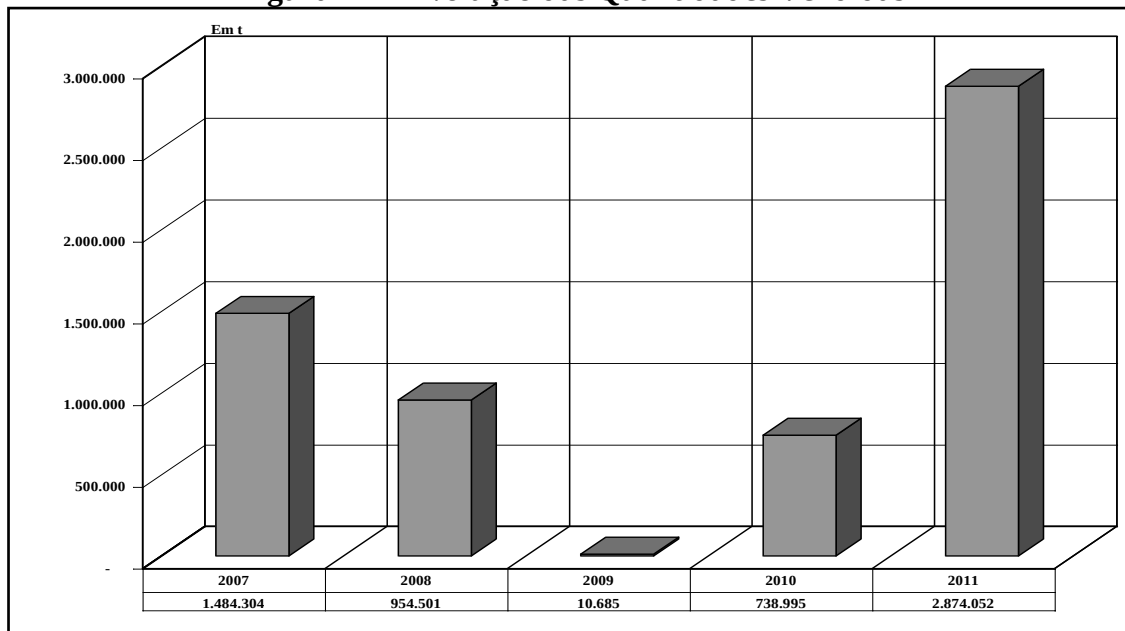


Figura X - Vendas em Leilões Públicos Fonte: Suope/Gecom

Foi diferente a atuação da Companhia em comparação aos dois exercícios anteriores. Naqueles anos, as cotações das principais *commodities* atingiram patamares inferiores aos preços mínimos, causando perda de renda dos produtores rurais, levando a Companhia a intervir no mercado no sentido de reduzir a oferta, por meio de aquisições (AGFs e Contrato Público de Opção de Venda) e pela concessão de subvenções, objetivando o escoamento da produção das zonas produtoras para áreas desabastecidas ou para exportação. As vendas, em 2009 e 2010, alcançaram 10,7 e 739,0 mil toneladas respectivamente, envolvendo algodão em pluma, arroz, feijão, milho e sorgo.

Figura XI – Evolução das Quantidades Vendidas



Fonte: Suope/Gecom

Dos estoques administrados pela Sureg-SP, foram comercializadas 100.635 toneladas, com incremento de 370,13% sobre as do exercício anterior, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro V – Demonstrativo das Vendas em Leilão

Produto	Quantidade (Em t)		Variação (%)
	2010	2011	
Café	3.974	0	-
Feijão	1.486	2.764	86,00269179
Milho	13.936	76.958	452,2244546498
Trigo	0	18.902	-
Total	21.406	100.635	370,1251985425

Fonte: Suope/Gecom

4.3 – Principais indicadores de desempenho

Estes indicadores ainda estão em fase de análise, pelas áreas da Matriz. Se aprovados, deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e, se julgados necessários e suficientes, serão estendidas para as regionais.

Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção PEP demandadas pelo MAPA				
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope				
Fórmula de cálculo: Qn/Qd onde: Qn=Quantidade negociada e Qd=Quantidade demandada; Pep=Prêmio para Escoamento de Produto. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidos do MAPA, baseadas nas Portarias Interministeriais MF/MP/MAPA, p				
Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção PEPRO demandadas pelo MAPA				
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope				
Fórmula de cálculo: Qn/Qd onde: Qn=Quantidade negociada e Qd=Quantidade demandada; Peppo=Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidos do MAPA, baseadas nas Portarias				
Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção VEP demandadas pelo MAPA				
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope				
Fórmula de cálculo: Qn/Qd onde: Qn=Quantidade negociada e Qd=Quantidade demandada; VEP=Valor para Escoamento do Produto. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidos do MAPA, baseadas nas Portarias Interministeriais MF/MP/MAPA, pr				
Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Evolução da quantidade de produtos oriundos do PAA comercializados pelas Centrais de Negócios				
Objetivo do Indicador: Verificar a participação da Refap como canal de escoamento da produção do PAA				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de Cálculo e método de medição: Quantidade de produtos comercializados. Unidades varejistas são aquelas filiadas junto às Centrais de Negócios apoiadas pela Refap. Centrais de Negócios são associações que reúnem grupos de varejistas com o objetivo				
Fonte dos dados: SUREGs				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
não determinada				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Preços praticados pelas Unidades Varejistas filiadas em relação aos praticados pelas grandes redes				
Objetivo do Indicador: Verificar o impacto do programa sobre os preços praticados pelas redes filiadas à Refap				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de cálculo e método de medição: $VPCx = (PVx/PGRx) - 1 * 100$ onde, VPCx=Variação do preço da cesta X para o consumidor, PVx=Preço da cesta X nos varejistas filiados e PGRx=Preço da cesta X nas grandes redes. Unidades varejistas são aquelas filiadas jun				
Fonte dos dados: SUREGs				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
-				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Famílias Consumidoras atendidas pelas Unidades de Serviço Móvel Fluvial				
Objetivo do Indicador: Acompanhar o alcance do atendimento ao público alvo				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de cálculo e método de medição: $FCa(\%) = (FCa/FCp) * 100$, onde FCa(%)=Percentual de Famílias consumidoras atendidas, FCa=Número de Famílias Consumidoras atendidas, Fcp=Número de Famílias Consumidoras previstas. Famílias Consumidoras são as famílias qu				
Fonte dos dados: SUREGs				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
-				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Famílias produtoras atendidas pelas Unidades de Serviço Móvel Fluvial				
Objetivo do Indicador: Acompanhar o alcance do atendimento ao público alvo				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social				
Fórmula de cálculo e método de medição: $Fpa(\%) = (Fpa/Fpp) \times 100$, onde $Fpa(\%)$ = Percentual de Famílias Produtoras atendidas, Fpa = Número de famílias Produtoras atendidas, Fpp = Número de Famílias Produtoras previstas. Famílias Produtoras são as famílias que vendem				
Fonte dos dados: SUREGS				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
-				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Efetividade das Intervenções no Mercado				
Objetivo do Indicador: Acompanhar o efeito das intervenções governamentais, executados pela Conab, nos preços do arroz.				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Sugof/Gerab				
Fórmula de cálculo e método de medição: O cálculo é feito em duas etapas: 1ª - Para unificar os valores das intervenções, deve-se somar os volumes exercidos com PROP, COV, AGF, PEP e PEPRO em cada mês e subtrai-los do volume de Vendas do mês correspondente [(PROP+COV+AGF+PEP+PEPRO)-Vendas]=y. 2ª - Calcular o coeficiente de correlação do momento do produto Pearson (r), com a fórmula matemática abaixo, onde: xi= Preço de mercado em cada mês, x= Média de preço dos 12 meses do ano, y i= Volume utilizado (compra e venda) no mês, y = Média do volume utilizado (compra e venda) nos 12 meses do ano, r=coeficiente de correlação de Pearson. Associação linear entre as variáveis. Sinal: indica o sentido da variação. Positivo (x e y variam no mesmo sentido); Negativo (x e y variam em sentido oposto). Intervalo de variação: -1 ≤ r ≤ 1 indica a intensidade da relação entre as variáveis. r=-1, r=1: perfeita / forte; 0,10 ≤ r ≤ 0,3: fraca; 0,40 ≤ r ≤ 0,6: moderada; 0,70 ≤ r ≤ 1: forte. Valores de “r” estão apresentados em módulo.				
$r = \frac{\sum x_i - \bar{x} \quad y_i - \bar{y}}{\sqrt{\sum x_i - \bar{x}^2 \sum y_i - \bar{y}^2}}$				
* - COHEN, Jacob. (1988), <i>Statistical power analysis for the behavioral sciences</i> . Hillsdale, NJ, Erlbaum. - DANCEY, Christine & REIDY, John. (2006), <i>Estatística Sem Matemática para Psicologia: Usando SPSS para Windows</i> . Porto Alegre, Artmed.				
Fonte dos dados: Sugof/Suinif				
Evolução dos resultados do Indicador:				

Nome do Indicador: Alcance da Política de Preços Mínimos para o Extrativista (PGPM Bio)				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução do alcance da PGPM Bio				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugof				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Ea/Ep) \times 100$ onde Ea = Número de Extrativistas alcançados; Ep = Nº de Extrativistas previsto. A PGPM Bio é uma política com o objetivo de manter o extrativista na floresta, com sua atividade e consequentemente evitando				
Fonte dos dados: Sugof/Gebio				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Recomendações Técnicas da Conab para operacionalização de VEP atendidas em portaria interministerial				
Objetivo do Indicador: Verificar a relação entre a quantidade de produto indicada pela Conab e a quantidade indicada em portaria.				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugof/Geole				
Fórmula de cálculo e método de medição: $Qnt/Qp \times 100$ onde, Qnt = Quantidade de produtos em Nota Técnica e Qp = Quantidade de produtos indicada em Portaria interministerial. O resultado indica a consonância entre o trabalho técnico e as diretrizes do governo.				
Fonte dos dados: Sugof/Suoep				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

5 – Articulação e Organização do Abastecimento

As ações constantes deste item são desenvolvidas na Matriz, em Brasília.

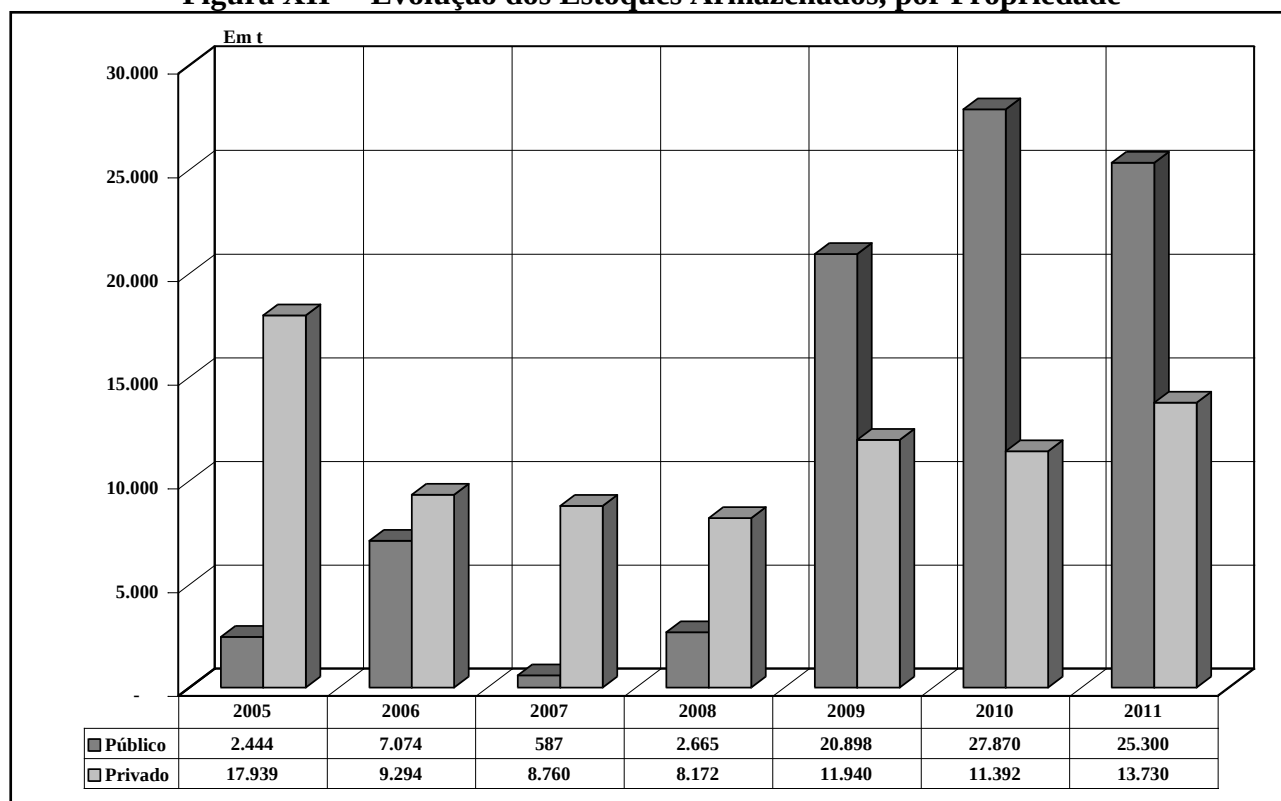
6 – Prestação de Serviços

6.1 – Serviços de Armazenagem de Produtos de Terceiros

De acordo com os objetivos constantes do Estatuto Social, a atividade de armazenagem desenvolvida pela Conab tem como função principal a guarda e a conservação dos estoques públicos formados a partir da execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, além das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno, podendo atuar, se necessário, como companhia de armazéns gerais.

A figura a seguir apresenta a evolução do estoque médio anual armazenado nas unidades vinculadas à Sureg-SP. Verifica-se que, a partir do exercício de 2008, os estoques públicos superam os de terceiros.

Figura XII – Evolução dos Estoques Armazenados, por Propriedade



Fonte: Suarm/Gearm

Parte da capacidade estática dos armazéns próprios é utilizada na armazenagem de produtos não produzidos no Estado de São Paulo. Estes são oriundos de grandes estados produtores que abastecem as granjas (criação de aves e suínos) bem como o açúcar, visto que o Estado responde por aproximadamente 60% da produção nacional. No fim do exercício, estavam estocados nas unidades próprias 118.789 toneladas de produtos de terceiros.

Quadro VI - Demonstrativo Estoques de São Paulo (31.12.2011)

Unidade	Cap. Estática	Quantidade (t.)
Bauru	76.255	11.830
Bernardino de Campos	33.898	17.687
Carapicuíba	27.203	5.807
Garça	28.127	8.108

Fonte: Seope/Sureg/SP

6.2 – Demonstrativo do Resultado da Armazenagem

Para efeito de contabilização, a atividade de armazenagem é agrupada no Subórgão 2231-Atividades Próprias que inclui a Matriz, a Sede das Regionais e as Unidades Armazenadoras.

Durante o exercício de 2011, o faturamento com os serviços de armazenagem de estoque de terceiros, nas unidades localizadas no Estado de São Paulo, foi de R\$1.584.403,25, contribuindo para o resultado positivo de R\$2.356.919,27, apurado no fim do exercício.

Quadro VII – Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias

Discriminação	Unidade					Total
	Sede	Bauru	Bernardino de Campos	Carapicuíba	Garça	
Receita de Vendas e Serviços	-	520.266,44	173.352,39	554.905,43	335.878,99	1.584.403,25
Receita de Vendas	-	-	-	-	-	-
Recebimento de Vendas em Balcão	-	-	-	-	-	-
Repasse de Vendas em Balcão	-	-	-	-	-	-
Recebimento da Agricultura Familiar	-	-	-	-	-	-
Repasse de Vendas da Agricultura Familiar	-	-	-	-	-	-
Vendas Abastecimento Social	-	-	-	-	-	-
Recebimento de Vendas do Funcafé	16.107.995,25	-	-	-	-	16.107.995,25
Repasse de Vendas do Funcafé	(16.107.995,25)	-	-	-	-	(16.107.995,25)
Vendas PGPM	-	-	-	-	-	-
Repasse de Vendas da PGPM	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	520.266,44	173.352,39	554.905,43	335.878,99	1.584.403,25
-Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	-	58.476,40	16.035,09	51.328,73	44.000,77	169.840,99
=Receita Líquida de Vendas e Serviços	-	461.790,04	157.317,30	503.576,70	291.878,22	1.414.562,26
-Custo Líquidos das Vendas e Serviços	-	-	-	-	-	-
=Lucro Bruto Operacional	-	461.790,04	157.317,30	503.576,70	291.878,22	1.414.562,26
-Despesas Operacionais	10.952.095,64	1.105.169,51	528.345,47	215.459,99	517.587,93	13.318.658,54
Despesas de Pessoal	7.986.554,85	566.674,76	274.496,79	198.837,63	226.405,56	9.252.969,59
Despesas Financeiras	-	-	-	-	-	-
Despesas Comerciais e Administrativas	2.965.540,79	538.494,75	253.848,68	16.622,36	291.182,37	4.065.688,95
Receitas Operacionais Diversas	9.815.342,49	2.020.417,27	1.450.364,09	263.292,54	673.388,99	14.222.805,38
Resultado Não Operacional	-	13.988,14	5.388,89	5.849,25	12.983,89	38.210,17

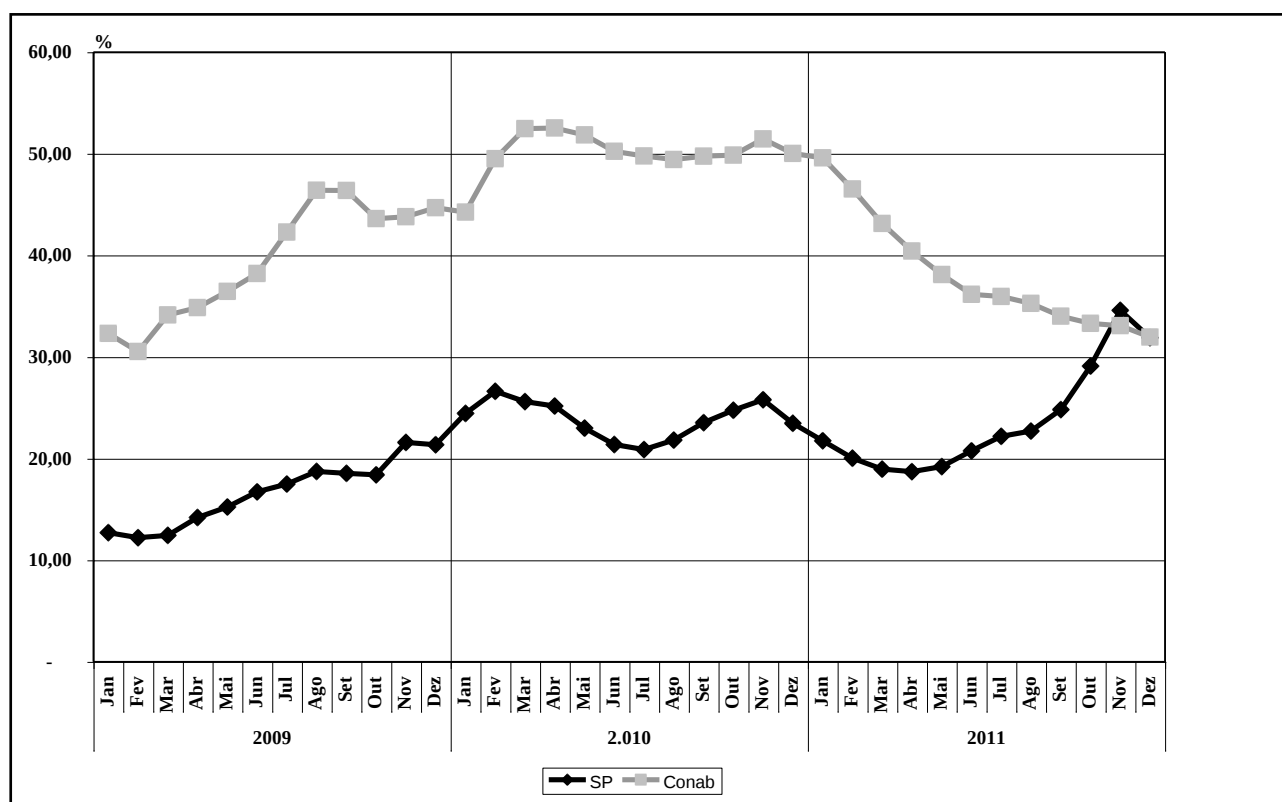
Fonte: Suarm/Gearm

6.3 – Indicador de Desempenho

A figura a seguir apresenta a evolução do Índice de Ocupação apurado nas UAs de São Paulo. Até 2010, o indicador apresentou resultado semelhante ao registrado em toda a rede

armazenadora própria da Conab. Em 2011, verificou-se crescimento do índice de ocupação em São Paulo, enquanto que o índice geral apresentou queda significativa, decorrente do aumento das vendas dos estoques públicos, no ano.

Figura XIII - Indicador de Desempenho



7 – Administração de Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação

7.1 – Armazenagem

7.1.1 – Rede Armazenadora Própria

A Rede Armazenadora Própria da Conab é composta por 176 armazéns, agrupados em 97 unidades armazenadoras distribuídas em 25 estados da Federação e no Distrito Federal. A capacidade estática total é de 2.267.759 toneladas, com predominância da modalidade granel, que representa 55,8% da oferta total.

Em São Paulo, a Conab mantém em operação 4 unidades armazenadoras, com capacidade estática para 165.483 toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro VIII – Demonstrativo de Capacidade Estática da Sureg-SP

Município	N.º Unidade	N.º de Armazéns	Capacidade (Em t)			Total
			Convencional	Granel	Frigorificada	
Barueri	1	1	27.203	0	0	27.203
Bauru	1	2	76.255	0	0	76.255
Bernardino de Campos	1	1	33.898	0	0	33.898
Garça	1	1	28.127	0	0	28.127
Total	4	5	165.483	0	0	165.483

Fonte: Suarm/Gearm

Pode-se afirmar que a Rede, como um todo, encontra-se em estado regular de conservação, ou seja, opera dentro das possibilidades dessas estruturas construídas há mais de 20 anos, cujos equipamentos eletromecânicos e instalações acham-se, em sua maioria, obsoletos/ultrapassados, ou seja, em descompasso com a realidade e exigências do mercado atual.

De modo geral, os armazéns da Conab necessitam de constante manutenção nas coberturas e nas instalações existentes (civis, elétrica e mecânicas).

Referente às obras e serviços necessários à adequação da infraestrutura física e dos custos estimados dessas intervenções, em atendimento aos Requisitos Técnicos Obrigatórios ou Recomendados para a Certificação de Unidades Armazenadoras, foi realizado um levantamento detalhado das necessidades, com base na Instrução Normativa n.º 12, a Instrução Normativa n.º 29, de 08 de junho de 2011. De acordo com a Instrução Normativa do MAPA n.º 29, a certificação das unidades armazenadoras localizadas no Estado de São Paulo está prevista para o exercício de 2015. O quadro a seguir detalha os investimentos necessários.

Quadro IX – Certificação das Unidades Armazenadoras Próprias – Previsão pra 2015

BAURU – SP		
Capacidade estática: 76.255	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Intermediária
Obras	Custos	
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00	
Sinalização de trânsito	2.000,00	
Sistema de combate a incêndio	225.000,00	
TOTAL	272.000,00	
BERNADINO DE CAMPOS – SP		
Capacidade estática: 33.898	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora
Obras	Custos	
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00	
Sinalização de trânsito	2.000,00	
Sistema de combate a incêndio	225.000,00	
TOTAL	272.000,00	
CARAPICUÍBA – SP		
Capacidade estática: 27.203	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Terminal
Obras	Custos	
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00	
Sinalização de trânsito	2.000,00	
TOTAL	47.000,00	

GARÇA – SP		
Capacidade estática: 28.127	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora
Obras	Custos	
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00	
Sinalização de trânsito	2.000,00	
Sistema de combate a incêndio	225.000,00	
TOTAL	272.000,00	

Fonte: Suarm/Gearm

No exercício de 2011, foram investidos recursos da ordem de R\$26.379,68 (R\$2.794,68 em despesas correntes e R\$23.585,00 em despesas de capital) e inscritos em Restos a Pagar não Processados R\$8.387,00 referentes a investimentos em pequenos equipamentos e produtos para tratamento fitossanitário, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro X – Investimentos Realizados na Rede Armazenadora Própria

Em R\$

Sureg	Unidade	Obra/Serviço/Equipamento	Valor Liquidado		Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
			Corrente	Capital	Corrente	Capital	
SP	Bauru	Aquisição de varredeira para piso	0,00	5.170,00	0,00	0,00	5.170,00
		Aquisição de fosfeto de alumínio	2.794,68	0,00	0,00	0,00	2.794,68
	Carapicuíba	Aquisição de 1 varredeira profissional para limpeza do piso	0,00	2.585,00	0,00	0,00	2.585,00
	Graça	Aquisição de 2 varredeiras	0,00	5.170,00	0,00	0,00	5.170,00
		Aquisição de 2 varredeiras	0,00	5.170,00	0,00	0,00	5.170,00
	Bernardino de Campos	Aquisição e instalação de câmaras de segurança	0,00	5.490,00	0,00	0,00	5.490,00
		Aquisição de fosfeto de alumínio	0,00	0,00	8.387,00	0,00	8.387,00
Total			2.794,68	23.585,00	8.387,00	0,00	34.766,68

Fonte: Siafi

7.1.2 - Posição dos Estoques

No fim do exercício, os estoques públicos depositados nas unidades armazenadoras próprias somava 608.306 toneladas e 2.767.502 unidades de diversos produtos (sacaria, equipamentos, estruturas e utensílios das barracas de comercialização de pescado etc). Os quadros a seguir detalham os estoques existentes

Quadro XI – Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias -Produtos Agropecuários

UF	Armazém	Estoque	Produto	Quantidade (Em kg)	Valor (Em R\$)
SP	Próprio	Público	Café	10.494.549	60.322.581,37
			Feijão	3.795.051	5.622.282,57
			Outros	5.195	170.620,94
			Trigo	8.636.727	5.417.180,49
Total SP				22.931.522	71.532.665,37
Total Brasil				608.305.646	873.490.837,73

Fonte: Suope/Gefoc e Suarm/Gearm

Quadro XII – Estoques Públicos Depositados em Unidades Próprias
Outros Produtos

UF	Armazém	Estoque	Produto	Quantidade (Em kg)	Valor (Em R\$)
SP	Próprio	Público	Avental de vinil	210	3.717,00
	Próprio	Público	Balança eletrônica	71	31.718,82
	Próprio	Público	Balcão desmontável	136	160.366,00
	Próprio	Público	Banco giratório	20	1.840,00
	Próprio	Público	Base e pia em cuba	1	162,00
	Próprio	Público	caixa isotérmica	141	60.392,68
	Próprio	Público	Caixa plástica	12	355,20
	Próprio	Público	Carrinho de mão	3	534,87
	Próprio	Público	Faca	140	1.967,00
	Próprio	Público	Fogão industrial	1	416,00
	Próprio	Público	Freezer	1	1.630,13
	Próprio	Público	Luva de segurança	350	521,50
	Próprio	Público	Mesa inox	8	4.746,00
	Próprio	Público	Panela	4	1.140,00
	Próprio	Público	puça de aro de aço	4	337,60
	Próprio	Público	Sacaria	12.200	11.257,59
	Próprio	Público	Saco plástico	2.000	1.318,00
	Próprio	Público	Seladora de alimentos	1	242,00
	Próprio	Público	Soprador	4	4.708,00
	Próprio	Público	Tábua de corte	10	390,00
	Próprio	Público	Tambor cilindro plástico	210	9.603,30
	Próprio	Público	Tanque desmontável	13	2.533,70
	Próprio	Público	Tenda desmontável	104	70.880,00
Subtotal				15.644	370.777,39
Total Geral				2.767.502	9.364.977,24

Fonte: Suope/Gefoc e Suarm/Gearm

7.1.3 - Rede Armazenadora Contratada

No fim do exercício, os estoques públicos depositados em unidades de terceiros era de 84.893 toneladas de feijão, milho e trigo, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XIII – Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos armazenados em Unidades de Terceiros – Produtos Alimentícios

UF	Armazém	Estoque	Produto	Peso	Valor
				(Em kg)	(Em R\$)
SP	Terceiros	Público	Feijão	2.994.559	4.498.888,36
SP	Terceiros	Público	Milho	14.396.506	6.211.829,87
SP	Terceiros	Público	Trigo	67.502.168	49.152.250,55
Total SP				84.893.233	59.862.968,78

Fonte: Suope/Gefoc

7.1.4 – Oferta Nacional de Armazenagem

O Cadastro de Unidades Armazenadoras é fundamental para o conhecimento da oferta de armazenagem no país. Nele, estão contidas informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e a qualificação, ou seja, os equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos.

No fim do exercício estavam cadastrados, em todo o país, 17.627 armazéns com capacidade estática total para 145.191.511 toneladas e, destas, apenas 1.527 armazéns (20.428.920 toneladas) estavam credenciadas para trabalhar com os estoques públicos. No Estado de São Paulo, a oferta armazenadora era de 13.036.779 toneladas, agrupadas em 1.456 armazéns e, deste, apenas 58 tinham estavam credenciados para trabalhar com estoques públicos. A capacidade estática paulista cadastrada representa cerca de 8,98% da oferta nacional, conforme detalhado no próximo quadro.

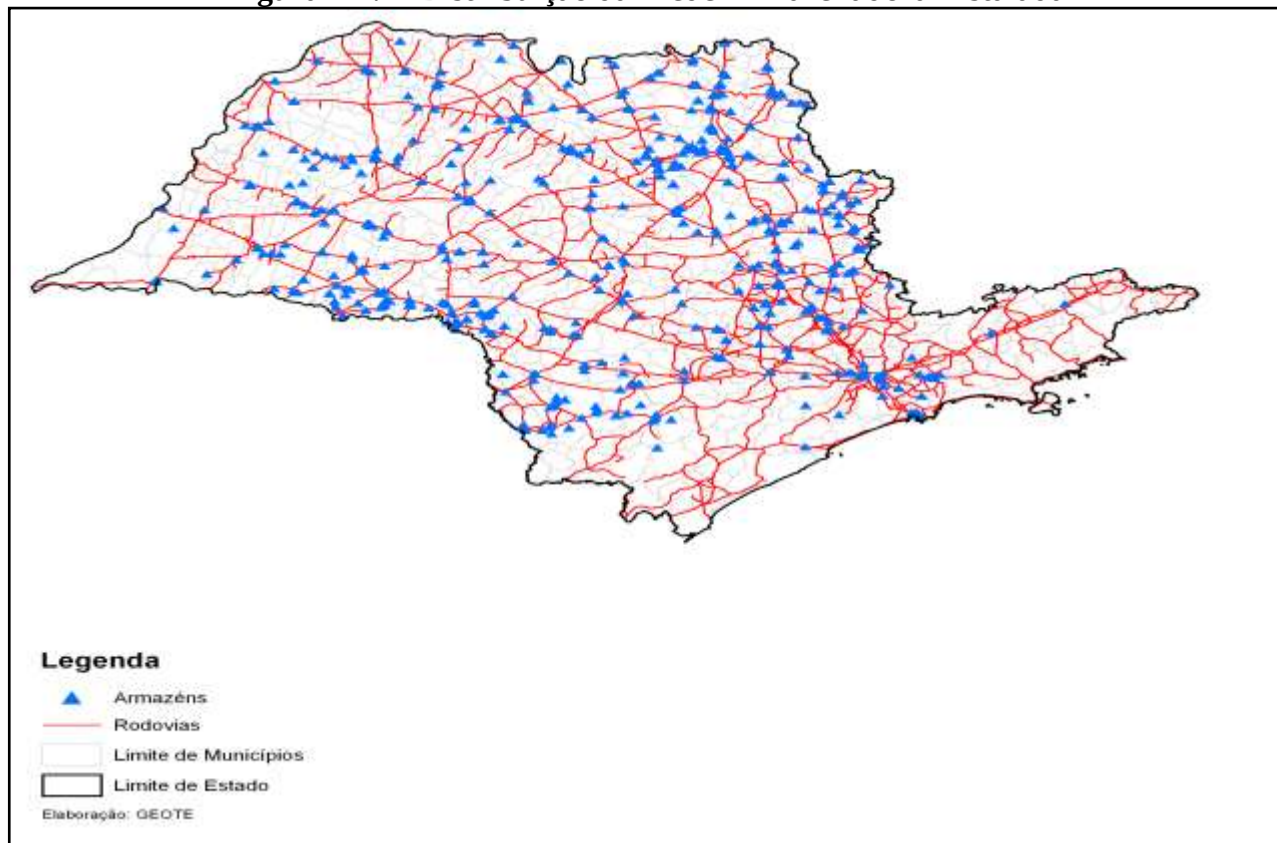
Quadro XIV – Demonstrativo da Capacidade Estática de Armazenagem

UF	N.º de Armazéns	Capacidade Estática (Em t)						
		Cadastrada			Credenciada		Impedida/Descredenciada/Sem Contrata de Depósito	
		Convencional	Granel	Total	N.º de Armazéns	Capacidade	N.º de Armazéns	Capacidade
AC	14	28.486	0	28.486	1	807	13	27.679
AL	73	201.796	348.856	550.652	2	5.935	71	544.717
AM	40	61.395	314.884	376.279	2	4.724	38	371.555
AP	1	816	0	816	0	0	1	816
BA	627	886.933	3.131.633	4.018.566	34	67.885	593	3.950.681
CE	102	216.233	130.540	346.773	3	56.058	99	290.715
DF	90	150.671	313.575	464.246	5	63.598	85	400.648
ES	234	568.178	815.451	1.383.629	3	83.579	231	1.300.050
GO	897	1.325.615	10.591.229	11.916.844	81	1.847.094	816	10.069.750
MA	148	135.261	1.650.221	1.785.482	8	63.496	140	1.721.986
MG	1.191	2.887.783	5.315.801	8.203.584	51	887.477	1.140	7.316.107
MS	817	628.360	6.545.200	7.173.560	61	1.060.780	756	6.112.780
MT	2.120	2.316.750	25.176.930	27.493.680	178	3.079.435	1.942	24.414.245
PA	131	208.284	373.014	581.298	5	26.060	126	555.238
PB	25	52.297	41.330	93.627	4	22.228	21	71.399
PE	107	423.001	582.647	1.005.648	4	28.445	103	977.203
PI	139	94.770	858.075	952.845	6	23.890	133	928.955
PR	3.579	5.489.181	22.407.800	27.896.981	537	6.559.708	3.042	21.337.273
RJ	27	103.498	79.050	182.548	2	26.578	25	155.970
RN	20	52.417	5.287	57.704	6	27.887	14	29.817
RO	115	197.337	372.147	569.484	6	33.824	109	535.660
RR	27	35.931	112.069	148.000	4	9.225	23	138.775
RS	4.562	2.624.798	28.154.740	30.779.538	383	4.634.156	4.179	26.145.382
SC	961	728.549	4.243.428	4.971.977	79	731.102	882	4.240.875
SE	1	3.221	0	3.221	1	3.221	0	0
SP	1.456	5.747.884	7.288.895	13.036.779	58	1.048.529	1.398	11.988.250
TO	123	358.776	810.488	1.169.264	3	33.199	120	1.136.065
Total	17.627	25.528.221	119.663.290	145.191.511	1.527	20.428.920	16.100	124.762.591

Fonte: Suarm/Gecad

A figura a seguir apresenta a distribuição das unidades armazenadoras (uma unidade contém um ou mais armazéns) com maior concentração na região norte do estado.

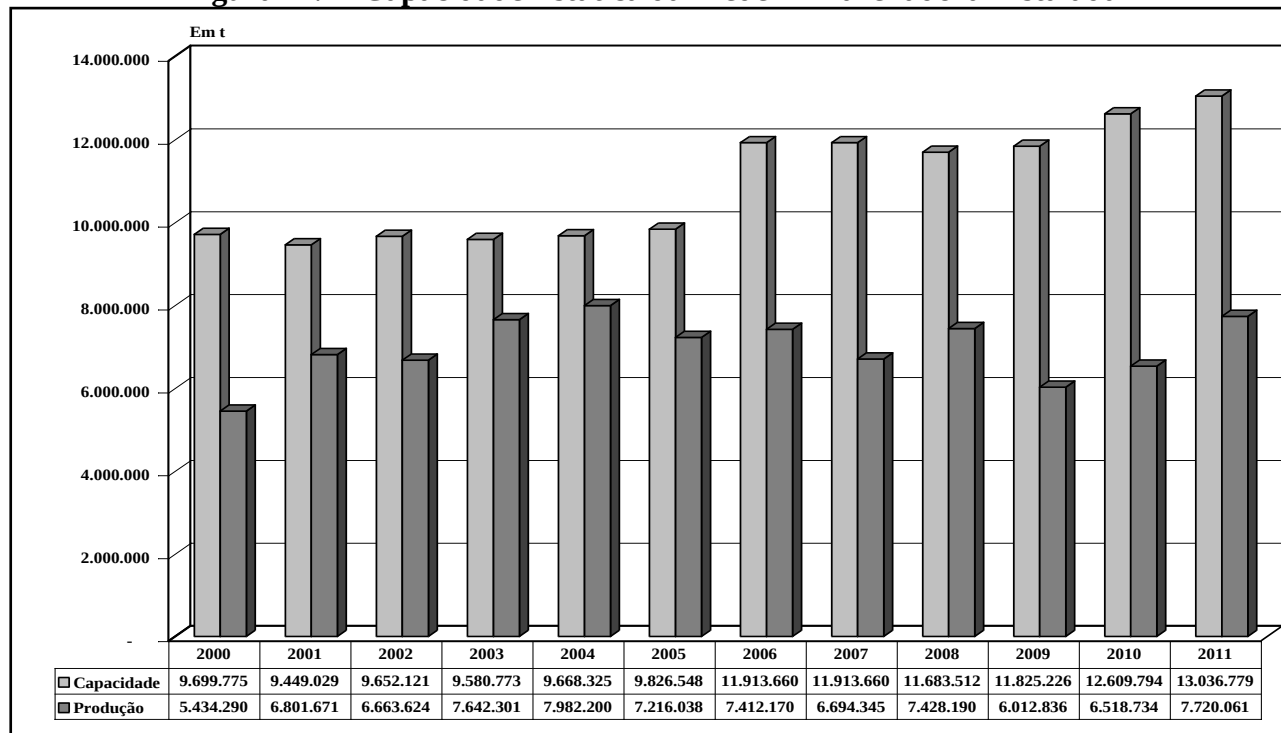
Figura XIV – Distribuição da Rede Armazenadora Instalada



Fonte: Suarm/Gearm

A figura a seguir apresenta a evolução da capacidade estática e da produção agrícola no Estado de São Paulo. Verifica-se a ocorrência de superávit em todo o período, em decorrência do poder de atração do Estado dos fluxos de movimentação de mercadorias, para abastecimento das indústrias instaladas e da população em geral.

Figura XV – Capacidade Estática da Rede Armazenadora Instalada



Fonte: Suarm/Gearm

Quanto à localização das unidades armazenadoras, verifica-se o predomínio daquelas instaladas em áreas urbanas, que representam 49,64% da capacidade estática total (6.471.887 t), enquanto as instaladas em fazendas representam apenas 9,31% (1.214.098 t). A guarda dos produtos nos locais de produção é prática de suma importância tanto como complemento da rede armazenadora urbana quanto para minimizar perdas quantitativas e qualitativas a que estão sujeitas os produtos colhidos; além disto, possibilita economia na remoção de produtos, com deslocamento em períodos de entre-safra quando o valor dos fretes são menores. Não poder estocar em casa, em regra, traduz-se em perda de competitividade. A baixa capacidade de armazenagem nas fazendas é função de fatores econômicos, pouca difusão da tecnologia gerada e/ou adaptada e a falta de planejamento global do setor armazenador.

Em países com maior capacidade de armazenagem em nível de fazenda, o processo de armazenagem segue uma lógica, com início nas fazendas, evoluindo para os sistemas coletor, intermediário e terminal. No Brasil, a maior parte da produção sai das fazendas direto para os centros consumidores, e as quantidades retidas nas propriedades rurais destinam-se, quase que exclusivamente, à subsistência, sendo armazenados, principalmente, em paióis ou depósitos precários, sujeitas a todo tipo de deterioração.

Quadro XV – Demonstrativo da Capacidade Estática, Quanto à Localização

UF	Localização				Total
	Fazenda	Portuário	Zona Urbana	Zona Rural	
AC	-	-	28.486	-	28.486
AL	890	189.492	95.547	264.723	550.652
AM	2.250	-	38.595	335.434	376.279
AP	-	-	816	-	816
BA	1.767.186	11.580	1.033.753	1.206.047	4.018.566
CE	-	144.042	194.291	8.440	346.773
DF	86.842	-	160.943	216.461	464.246
ES	38.346	759.000	465.321	120.962	1.383.629
GO	1.227.247	110.827	3.855.269	6.723.501	11.916.844
MA	644.639	211.249	297.026	632.568	1.785.482
MG	1.225.962	-	4.667.034	2.310.588	8.203.584
MS	1.410.787	-	1.951.720	3.811.053	7.173.560
MT	7.904.331	19.954	9.655.922	9.913.473	27.493.680
PA	30.117	82.325	159.960	308.896	581.298
PB	3.150	-	89.685	792	93.627
PE	28.200	439.094	393.344	145.010	1.005.648
PI	220.993	-	59.608	672.244	952.845
PR	1.272.840	2.662.201	15.550.667	8.411.273	27.896.981
RJ	11.005	49.640	110.211	11.692	182.548
RN	-	-	40.852	16.852	57.704
RO	101.370	59.595	303.309	105.210	569.484
RR	-	-	129.575	18.425	148.000
RS	1.604.461	1.646.155	16.782.801	10.746.121	30.779.538
SC	162.996	576.882	2.872.378	1.359.721	4.971.977
SE	-	-	3.221	-	3.221
SP	1.214.098	1.829.264	6.471.887	3.521.530	13.036.779
TO	259.729	-	269.512	640.023	1.169.264
Total	19.217.439	8.791.300	65.681.733	51.501.039	145.191.511

Fonte: Suarm/Gecad

O atendimento aos produtores rurais se torna mais restrito quanto de observa a propriedade e a possibilidade de acesso à capacidade estática. Em São Paulo, cerca de 18,1,% (2.362.322 t) da capacidade estática instalada é de propriedade de cooperativas, restrita aos cooperados, os governos federal, estaduais e municipais possuem apenas 10,7% (1.397.494 t), o restante é de propriedade privada. Quanto à possibilidade de acesso, verifica-se que 55,37% da capacidade estática é de uso público, enquanto o restante é de uso exclusivo dos proprietários.

Quadro XVI – Demonstrativo da Capacidade Estática, Quanto à Entidade

Em t

UF	Entidade			Utilização	
	Cooperativa	Oficial	Privado	Pública	Privada
AC	-	28.486	-	28.486	-
AL	117.245	54.897	378.510	54.897	495.755
AM	7.726	16.376	352.177	119.764	256.515
AP	-	816	-	-	816
BA	139.556	31.868	3.847.142	429.391	3.589.175
CE	26.735	144.182	175.856	124.291	222.482
DF	67.439	63.598	333.209	115.385	348.861
ES	32.351	155.414	1.195.864	354.281	1.029.348
GO	1.266.758	195.862	10.454.224	6.998.014	4.918.830
MA	-	63.496	1.721.986	288.379	1.497.103
MG	1.658.984	936.022	5.608.578	4.408.306	3.795.278
MS	1.282.192	186.988	5.704.380	2.400.204	4.773.356
MT	900.588	213.523	26.379.569	13.138.782	14.354.898
PA	35.010	107.983	438.305	120.658	460.640
PB	11.323	28.308	53.996	19.606	74.021
PE	1.320	136.826	867.502	219.664	785.984
PI	15.752	23.890	913.203	23.890	928.955
PR	11.784.953	1.202.351	14.909.677	8.952.766	18.944.215
RJ	-	44.714	137.834	77.090	105.458
RN	7.948	27.887	21.869	30.625	27.079
RO	59.833	25.575	484.076	299.673	269.811
RR	-	9.225	138.775	9.225	138.775
RS	6.924.690	634.385	23.220.463	12.365.328	18.414.210
SC	1.919.336	127.961	2.924.680	2.075.902	2.896.075
SE	-	3.221	-	3.221	-
SP	2.362.322	1.397.494	9.276.963	7.217.851	5.818.928
TO	215.608	33.199	920.457	639.368	529.896
Total	28.837.669	5.894.547	110.459.295	60.515.047	84.676.464

Fonte: Suarm/Gecad

Assim como no Brasil, no Estado de São Paulo a capacidade estática de armazenagem é inferior à produção: 145,2 milhões de toneladas estáticas ante uma produção de 166,4 milhões de toneladas de grãos e fibras produzidas em 2011. Considerando-se a recomendação da FAO para que a capacidade estática de armazenagem de um país seja igual a 1,2 vezes sua produção agrícola anual, o nível indicado para o Brasil seria de cerca de 200,0 milhões de toneladas.

Apesar da ocorrência de déficit de armazenagem em quase todos os municípios brasileiros, esta situação não tem criado problemas aos produtores rurais, exceto nos estados das regiões Centro-Oeste e Sul, onde a agricultura é praticada de forma mais intensa com a ocorrência de várias safras e em maior escala; existe grande quantidade indústrias que tem como matéria prima produtos recebidos diretamente dos produtores e com forte concentração de armazéns com uso privado, reduzindo-se a oferta de espaço de uso público.

Em decorrência do pequeno número de armazéns credenciados na Região Sul, principalmente nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, a Conab desenvolveu as operações de Repasse e Revenda dos Contratos de Opção de Venda de arroz, objetivando minimizar a formação de estoques públicos por não dispor de espaço disponível para o recebimento e manutenção de grande quantidade deste produto.

7.2 - Fiscalização dos Estoques Públicos

7.2.1 – Fiscalização dos Estoques Públicos

A atividade objetiva a realização *in loco* de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições quantitativas e qualitativas dos produtos e das condições técnicas cadastrais e operacionais dos armazéns. Visa, também, proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. Também são inspecionadas as operações de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários quanto à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e ainda quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

A atividade é coordenada pela Superintendência de Fiscalização e Estoques-Sufis que, mediante programação anual, coordena todo o processo de fiscalização além de participar da execução por meio dos fiscais lotados na Matriz. A atividade segue as orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações da Conab-MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado Conab/MOC n.º 20, de 16/08/2004) observando, ainda, orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

Apenas a Matriz conta com um quadro de empregados voltados exclusivamente para a realização das operações de fiscalização enquanto que, nas Regionais, os fiscais desenvolvem de forma paralela outras atividades, tais como: cadastramento e recadastramento de armazéns, levantamento de informações sobre a safra, operacionalização do PAA etc. O quadro de fiscais da Sureg-SP é composto por 5 empregados devidamente treinados

Em 2011, foram realizadas 125 operações, sendo fiscalizadas de foram cumulativa 590.716 toneladas, representado 100\$ dos estoques existentes. Em comparação ao exercício anterior houve redução de 37,38% nas quantidades fiscalizadas, em decorrência da redução dos estoques pelo aumento das vendas.

Quadro XVII – Demonstrativo de Fiscalização dos Estoques

Discriminação	Exercício			
	2010		2011	
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado
ACF	573.314	570.656	353.935	353.935
Contrato de Opção	358.806	358.806	228.053	228.053
Agricultura Familiar	10.846	10.846	6.043	6.043
Fome Zero	3.079	3.079	2.685	2.685
Total	946.045	943.387	590.716	590.716

Fonte: Sufis/Gefis

Nas operações realizadas, não foram registradas perdas qualitativas – produto abaixo do padrão e desclassificados e perdas quantitativas – desvio e perdas em armazenagem

7.2.2– Avaliação Geral do Armazéns

Além de apurar as condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais, os fiscais também avaliam a situação técnico-operacional das unidades armazenadoras depositárias e os procedimentos técnicos de armazenamento, orientando e indicando as medidas corretivas a serem adotadas em referência às irregularidades apontadas, e, se for o caso, a necessidade de alteração quanto a situação cadastral das unidades armazenadoras.

Em 2011, foi constatada a ocorrência de 36 irregularidades nos armazéns vistoriados, no Estado de São Paulo. Estas irregularidades são motivos de impedimento do armazém, até que sejam corrigidas.

Quadro XVIII– Demonstrativo das Irregularidades Constatadas

Irregularidades/etapas	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	Total
Termometria com avarias	2	-	2	-	3	-	4	-	2	13
Pássaros/pombos dentro do armazém	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Goteiras	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Insetos vivos	2	-	1	-	-	-	-	-	1	4
Higienização	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Pilhas com topo irregular	1	-	1	-	-	-	-	-	-	2
Pilhas sem identificação	1	-	-	-	1	-	-	-	-	2
Aeração com avaria	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Determinador de unidade com aferição vencida	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Pilhas desmoronadas	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Falta de balança rodoviária	-	-	1	-	1	-	-	-	-	2
Sem contrato de utilização de balança	-	-	1	-	1	-	-	-	-	2
Produto derramado	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Falta de plataforma de descanso	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2
Falta de identificação do CDA	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1

Fonte: Sufis/Gefis

7.3 - Remoção de Produtos

Atividade de fundamental apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela Conab, a movimentação de estoques pode ocorrer nos seguintes casos:

- para liberação de espaço visando acolhimento da safra;
- atendimento de determinação judicial;
- rescisão do Contrato de Depósito;
- atendimento de cláusula contratual, a pedido do depositário;
- risco iminente de perda quanti/qualitativa do produto, constatado pela fiscalização da Conab, tais como: danos nos equipamentos do armazém necessários à segurança e/ou conservação do produto, estrutura física do armazém comprometida, inundação, incêndio, abandono do produto pelo depositário, ameaça de pilhagem e outros motivos de impedimento técnico do armazém;
- constatação de desvio parcial do produto;
- realização de operações de compra com remoção simultânea em regiões com deficiência de armazenagem;
- descredenciamento do armazém;
- pendência financeira do depositário, com recomendação de remoção pela área de cobrança da Conab;
- atendimento ao programa de venda em “balcão” ou outro envolvendo estoques administrados pela Conab de produtos e embalagens de propriedade da Conab e/ou vinculados a Programas Governamentais.

As contratações de frete são realizadas na Matriz, por meio de leilões eletrônicos utilizando-se o Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com interligação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, de acordo com o Regulamento para Contratação de Serviços de Transporte, constante do Manual de Operações da Conab-MOC, Título 13 – Movimentação de Estoques da Conab.

Em 2011 foram realizados 44 leilões e uma contratação por meio de Carta Convite, quando foi contratada a remoção de 404.404 toneladas de diversos produtos vinculados à PGPM, ao PAA, aos estoques estratégicos (MDS e Defesa Civil) para distribuição à famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional. O custo total das contratações foi de R\$81.125.244,02.

Em relação aos estoques existentes em unidades subordinadas à Sureg-SP, houve apenas a contratação e remoção de 369 toneladas de milho, em atendimento a uma decisão judicial; a remoção de 89 kits de comercialização de peixe para os estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Amazonas e 563 toneladas e o reposicionamento de 563 toneladas de produtos alimentícios, para formação de cestas de alimentos para distribuição gratuita às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

7.4 – Principais indicadores de desempenho

Estes indicadores ainda estão em fase de análise, pelas áreas da Matriz. Se aprovados, deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e, se julgados necessários e suficientes, serão estendidas para as regionais.

Nome do Indicador: Custo de Cadastramento de Unidade Armazenadora				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução do custo com cadastramento por UF				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gerente da Gecad				
Fórmula de cálculo e método de medição: C/AC, onde: C=Custo de Cadastramento; AC=Armazéns Cadastrados. Variáveis consideradas no Custo: diárias, passagens, despesas com locomoção e material de consumo. A unidade de medida é R\$ por Armazém cadastrado comp				
Fonte dos dados: Siafi e Gecad				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Número de Armazéns Cadastrados por Equipe				
Objetivo do Indicador: Avaliar o Desempenho da Equipe de Cadastramento				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gerente da Gecad				
Fórmula de cálculo e método de medição: AC/TE, onde: AC=Armazéns cadastrados e TE=Total de equipe. A equipe é composta por duas pessoas. A periodicidade é anual, com base geográfica por UF e Brasil.				
Fonte dos dados: Gecad				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Receita operacional obtida com serviços de armazenagem				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da receita obtida com serviços de armazenagem				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gearm				
Fórmula de Cálculo e método de medição: Valor em R\$ milhões. Receita operacional inclui serviços de recepção/expedição, pesagem, limpeza, secagem e taxas diversas. Base geográfica: UF e Brasil Periodicidade: Trimestral e anual.				
Fonte dos dados: Gearm				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
não definida				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Receita operacional obtida com serviços de armazenagem				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da receita obtida com serviços de armazenagem				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gearm				
Fórmula de Cálculo e método de medição: $(Rt/Rt-1)*100$ onde: Rt=Receita no ano atual e Rt-1=Receita no ano anterior. Receita operacional inclui serviços de recepção/expedição, pesagem, limpeza, secagem e taxas diversas. Base geográfica: UF e Brasil Período				
Fonte dos dados: Gearm				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
não definida				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Participação de produtos do governo no estoque, em Unidades Armazenadoras Próprias				
Objetivo do Indicador: Avaliar a composição dos estoques em Unidades Armazenadoras Próprias				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Gearm				
Fórmula de Cálculo e método de medição: $(Pg/E)*100$ onde Pg=Produtos do governo e E=Estoque. Os produtos do governo incluem grãos e produtos processados. Estoque inclui grãos e produtos processados, de governo e de terceiros. Base geográfica: UF e Brasil				
Fonte dos dados: Gearm				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
a definir				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Deságio em leilões de frete				
Objetivo do Indicador: Verificar o deságio em cada operação de frete, uma vez que o sistema é voz (-), ou seja, lances menores.				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gerente da GEMOV				
Fórmula de cálculo e método de medição: $[(PF/PA)-1]*100$, sendo: PF=Preço de fechamento, PA=Preço de abertura. No leilão de frete a Conab estipula um preço de abertura baseado na mediana entre a planilha de frete da Conab, a planilha de frete da NTC e na p				
Fonte dos dados: Gemov				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
(PA-PF) máxima				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Relação entre quantidades contratada e removida				
Objetivo do Indicador: Analisar a eficiência das remoções				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gerente da GEMOV				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(QR/QC) \times 100$, sendo QR=Quantidade Removida; QC=Quantidade Contratada O indicador reflete as condições em que as Unidades armazenadoras de origem guardam os produtos do Governo Federal, bem como as condições de receb				
Fonte dos dados: Gemov				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Quantidade de Unidades Armazenadoras Fiscalizadas				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da quantidade de unidades armazenadoras fiscalizadas/ Fiscal/ Etapa				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: Uaf/F onde: $Uaf=N^o$ de Unidades Armazenadoras fiscalizadas e $F=n^o$ de fiscais; Base geográfica: UF e Brasil, Periodicidade: Mensal/ Anual.				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Quantidade de produtos fiscalizados				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da quantidade do estoque fiscalizado ao longo do ano				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Pf/Ec) \times 100$ onde: Pf=quantidade de Produtos Fiscalizados e Ec=total do Estoque contábil Base geográfica: UF e Brasil, Periodicidade: Mensal/Anual				
Fonte dos dados: X=Sufis/Gefis Y= XFac				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Índice de desvios de produtos armazenados				
Objetivo do Indicador: Acompanhar os desvios de estoques governamentais				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(DA/Ef) \times 100$ onde DA=total de Desvios Apurados (ton) e Ef=total de Estoque fiscalizado (ton) Base geográfica: UF e Brasil,				
Periodicidade: Mensal/ Anual				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Evolução do Custo da Fiscalização				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução dos custos da fiscalização em relação ao ano anterior				
Tipo: Economia				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: $[(Dt/Dt-1)-1] \times 100$ onde: Dt=Despesas no ano corrente (R\$) e Dt-1=Despesas no ano anterior. O custo envolve despesas correntes(diárias, material de consumo, passagens e despesa com locomoção e serviços de terceiros				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Custo médio do estoque fiscalizado				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução do custo médio da Fiscalização				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: Df/Qf , onde: Df=Despesas da fiscalização (R\$) e Qf=Quantidade fiscalizada (ton) O custo envolve despesas correntes(diárias, material de consumo, passagens e despesa com locomoção e serviços de terceiros). Base g				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Economia potencial gerada pela fiscalização				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a economia proporcionada pela fiscalização				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Gefis e Gevep				
Fórmula de cálculo e método de medição: PD*Pme/Df onde: PD=Perdas e Desvios ocorridos (ton) Pme=Preço médio do produto e Df=Total de Despesas com a fiscalização. Despesa potencial é o valor de perdas e desvios ocorridos e detectados pela fiscalização e				
Fonte dos dados: Sufis/Gefis				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

8- Gestão Tecnológica

A gestão tecnológica da Companhia é de responsabilidade da Matriz, em Brasília.

9 – Gestão Estratégica

A CONAB não desenvolveu, em 2011 a sua gestão estratégica.

10 – Geração e Difusão de Informações

10.1 – Levantamento de Safras

Dentre as diversas atribuições que a Conab desempenha, destaca-se a de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento do país, as quais fornecem um vasto banco de dados do setor agropecuário, incluindo-se aí, a previsão de safras agrícolas, um importante referencial de mercado.

No Estado de São Paulo, a Regional da Conab tem a missão de realizar o levantamento da safra agrícola dos grãos e cana-de-açúcar. Os levantamentos são realizados por seus próprios empregados, à exceção do levantamento da safra de cana a qual necessita do apoio de 2 técnicos da Matriz, visto o elevado número de usinas existentes neste Estado..

Quadro XIV - Levantamento de Safras em São Paulo

Tipo	Levantamentos	N.º Roteiros	Fontes Visitadas
Graãos	12 (6 no campo ; 6 por telefone	4	EDR's , Instituições Financeiras e Cooperativas
Cana de açúcar	3	7	Usinas e Destilarias
Café	4	3	EDR's e Cooperativas
Laranja	3	**	Estabelecimentos Produtores

** = 608 elementos.

10.1.1 - Levantamento da Safra de Grãos

É realizado mensalmente, sendo 06 vezes com visita no campo e 06 vezes, via telefônica. Tal levantamento abrange 04 roteiros envolvendo 493 municípios paulistas, onde nossos

técnicos realizam contatos com os diversos informantes: Órgãos de Assistência Técnica (total 31), revendas de insumos agrônomos e técnicos de cooperativas, agentes financeiros, produtores rurais.

Após a coleta das informações pertinentes ao levantamento da safra, os dados são analisados e processados nesta Regional e enviados à Matriz, para consolidação final.

O levantamento da safra de grãos no Estado de São Paulo foi realizado mensalmente, sendo 05 vezes através de visitas no campo e 06 vezes por contatos diretos e indiretos com o setor produtivo. A SUREG-SP teve, no ano de 2011, uma dotação orçamentária de R\$ 100.000,00 e gastou o montante de R\$ 84.938,62, ou seja, 84,94% do total e executou 100,00% da meta física estabelecida.

Este levantamento é composto de 04 roteiros que abrangem 493 municípios paulistas. Neles estão situadas as fontes de informações que são trabalhadas pelos técnicos da Conab, juntamente com os órgãos de assistência técnica, revendedores de insumos, agrônomos e técnicos de cooperativas, agentes financeiros e produtores rurais.

Quadro XX - Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safra 2009/10 e 2010/11

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safra		Variação		Safra		Variação	
	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	4,9	18,1	269,4	13,2	10,1	44,7	342,6	34,6
Amendoim total	55,3	57,3	3,6	2,0	170,5	178,9	4,9	8,4
Amendoim 1ª safra	51,8	55,3	6,8	3,5	163,9	174,9	6,7	11,0
Amendoim 2ª safra	3,5	2,0	-42,9	-1,5	6,6	4,0	-39,4	-2,6
Arroz	16,4	16,8	2,4	0,4	63,5	64,9	2,2	1,4
Feijão total	180,6	167,0	-7,5	-13,6	318,5	348,0	9,3	29,5
Feijão 1ª safra	116,7	92,2	-21,0	-24,5	194,4	194,1	-0,2	-0,3
Feijão 2ª safra	29,5	45,8	55,3	16,3	45,7	85,9	88,0	40,2
Feijão 3ª safra	34,4	29,0	-15,7	-5,4	78,4	68,0	-13,3	-10,4
Mamona	0,5	0,7	40,0	0,2	1,0	1,4	40,0	0,4
Milho total	879,5	899,1	2,2	19,6	4.540,3	4.326,9	-4,7	-213,4
Milho 1ª safra	597,9	561,4	-6,1	-36,5	3.470,2	3.347,6	-3,5	-122,6
Milho 2ª safra	281,6	337,7	19,9	56,1	1.070,1	979,3	-8,5	-90,8
Soja	572,2	612,8	7,1	40,6	1.586,1	1.708,5	7,7	122,4
Sorgo	48,2	30,5	-36,7	-17,7	154,2	94,6	-38,7	-59,6
Trigo	61,3	44,3	-27,7	-17,0	126,9	111,3	-12,3	-15,6
Triticale	25,5	15,5	-39,2	-10,0	69,8	38,1	-45,4	-31,7
Total SP	1.844,4	1.862,1	1,0	17,7	7.040,9	6.917,3	-1,8	-123,6

Fonte: Sureg/sp-Gedes

Quadro XXI - Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safra 2010/11 e 2011/12

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safra		Variação		Safra		Variação	
	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	18,1	20,4	12,7	2,3	44,7	48,6	8,7	3,9
Amendoim total	57,3	63,2	10,3	5,9	178,9	204,6	14,4	25,7
Amendoim 1ª safra	55,3	61,2	10,7	5,9	174,9	200,8	14,8	25,9
Amendoim 2ª safra	2,0	2,0	0,0	0,0	4,0	3,8	-5,0	-0,2
Arroz	16,8	18,6	10,7	1,8	64,9	73,1	12,6	8,2
Feijão total	167,0	176,2	5,5	9,2	348,0	302,9	-13,0	-45,1
Feijão 1ª safra	92,2	101,4	10,0	9,2	194,1	178,2	-8,2	-15,9
Feijão 2ª safra	45,8	45,8	0,0	0,0	85,9	69,6	-19,0	-16,3
Feijão 3ª safra	29,0	29,0	0,0	0,0	68,0	55,1	-19,0	-12,9
Mamona	0,7	0,7	0,0	0,0	1,4	1,4	0,0	0,0
Milho total	899,1	944,6	5,1	45,5	4.326,9	4.607,7	6,5	280,8
Milho 1ª safra	561,4	606,9	8,1	45,5	3.347,6	3.493,3	4,4	145,7
Milho 2ª safra	337,7	337,7	0,0	0,0	979,3	1.114,4	13,8	135,1
Soja	612,8	615,3	0,4	2,5	1.708,5	1.722,8	0,8	14,3
Sorgo	30,5	18,3	-40,0	-12,2	94,6	54,9	-42,0	-39,7
Trigo	44,3	47,0	6,1	2,7	111,3	110,7	-0,5	-0,6
Triticale	15,5	14,4	-7,1	-1,1	38,1	37,5	-1,6	-0,6
Total SP	1.862,1	1.918,7	3,0	56,6	6.917,3	7.164,2	3,6	246,9

Fonte: Sureg/SP-Gedes

Os levantamentos de plantio realizados pela Conab visam, especificamente, detectar as possíveis variações que possam ocorrer na área a ser cultivada com as principais culturas no país, além de estimar a produção da safra e suas implicações para a política de abastecimento.

O crescimento da área de grãos deveu-se basicamente aos bons preços praticados pelo mercado, tanto interno como externo, no decorrer de 2011.

No comparativo entre as safras 2010/2011 e 2011/2012, houve um aumento na área plantada no Estado de São Paulo, de 3,0% 1.862,1 mil hectares cultivados, para 1.918,7 mil hectares, o que representa um aumento de 56,6 mil hectares.

10.1.2 - Levantamento da Safra de Cana-de-Açúcar

Ocorre 03 vezes ao ano e é distribuído em 07 roteiros envolvendo cerca de 180 usinas/destilarias do estado de São Paulo. É realizado com a aplicação de questionários junto aos agrônomos das Usinas.

No caso do Estado de São Paulo, o levantamento demanda 02 semanas visto o expressivo número de unidades processadoras. O Estado responde por 58% da safra brasileira de cana de açúcar.



Além das informações básicas (área/produtividade/produção) e (ATR), o questionário aplicado também contempla diversas informações importantes para o levantamento, a saber: destinação da cana esmagada (em %) açúcar, álcool hidratado; geração de energia (kw); produção de bagaço; estimativa de esmagamento próprio e de terceiros; capacidade industrial instalada.

10.1.3 - Levantamento da Safra de Café

Para tal levantamento, a **CONAB** utiliza a parceria da **CATI** - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, órgão vinculado à Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. É realizado 04 vezes ao ano, envolvendo 03 roteiros. Compreende a produção de 82 municípios paulistas, onde são aplicados os respectivos questionários junto aos Escritórios de Desenvolvimento Rural – EDR's e cooperativas.

10.1.4 - Levantamento da Safra de Laranja

É produto de parceria entre a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo (SAA), Instituto de Economia Agrícola (IEA), Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e a **CONAB** e é realizado 03 vezes ao ano.

10.2 – Levantamento de Custos de Produção e Insumos

Dos vários produtos da **CONAB**, destacam-se a elaboração, a análise e a divulgação de custos de produção agrícola relacionados com as culturas temporárias, semiperenes e permanentes, além de produtos ligados à avicultura, suinocultura, caprinocultura, atividade leiteira, extrativismo e sociobiodiversidade.

A produção na atividade agrícola, pelas suas particularidades, exige escolhas racionais e utilização eficiente dos fatores produtivos. Esse processo de tomada de decisão reflete no seu custo total, que, por sua vez, impacta os resultados ótimos da atividade. O custo da produção agrícola é parte essencial para a gestão do empreendimento rural e o seu acompanhamento pelo Estado é importante para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.

Os custos elaborados têm resultado práticos para a sociedade e oferecem informações substanciais para a elaboração de políticas públicas para os segmentos que estão direta ou indiretamente ligados ao processo produtivo. Os trabalhos são cercados, principalmente, de respeitabilidade, credibilidade, confiabilidade, consistência e transparência.

A SUREG/SP, através da GEDES, tem a missão de atualizar os custos de produção de diversos produtos junto aos segmentos envolvidos e, posterior envio à Gerência de Custos de Produção GECUP para disponibilização ao público em geral.

11 – Gestão de Pessoas

A Sureg/SP executa suas atividades com uma estrutura de recursos humanos constituída de empregados das extintas Cibrazem, Cobal e CFP, formando um reduzido quadro de lotação heterogêneo e com culturas e direitos trabalhistas distintos, agravada em razão de que a maioria dos empregados está com faixa etária elevada.

Assim, com exceção de carreira especializada, enquanto não houver a renovação do quadro de pessoal da Superintendência, através de concurso público, a alocação funcional está sendo baseada nas tarefas desenvolvidas e nas experiências passadas, buscando adequar o perfil do empregado (formação, experiência, etc) com a com a área de atuação, conciliando os interesses organizacionais e pessoais.

No entanto, para melhorar a qualidade de seus serviços e reconhecendo a importância do conhecimento e do talento de cada empregado, a Sureg investe nos conceitos e práticas presentes na gestão do conhecimento, onde o empregado contribui com sua experiência e o seu conhecimento de forma produtiva, buscando criar um ambiente adequado para que o conhecimento seja criado, organizado e compartilhado entre os demais empregados interessados.

11.1 - Distribuição de Empregados

Quadro XXII – Distribuição de Empregados

Posição em 31/12/2011

LOTAÇÃO	EMPREGADOS		
	ATIVOS	LICENCIADOS	CEDIDOS
SUREG	03	-	-
PRORE	02	-	-
GEOPE	28	-	-
GEFAD	21	-	-
GEDES	09	-	-
TOTAL SUREG	63	0	2
Ua. Bauru	08	01	-
Ua. Garça	03	-	-
Ua. Bernardino de Campos	02	-	-
Ua. Carapicuíba	03	01	-
Total UA's	16	02	0
TOTAL GERAL	79	02	

Fonte: Sureg/SP-Gefad

11.2 - Sistema de Comunicação

A Sureg/SP considera importante o Sistema de Comunicação interna e externa, sempre observando a forma e os aspectos básicos de comunicação, ou seja, o formal e o informal.

Assim, para que as informações cheguem de maneira correta e no tempo devido para a tomada de decisões, os gestores definem as formas pelas quais as atividades são desenvolvidas

(métodos utilizados) e suas inter-relações (seqüências, dependências e tramitações), procurando adotar um nível que assegure que todos os objetivos e atividades sejam atingidos.

O sistema formal segue a estrutura da escala hierárquica da Sureg, sendo planejado e controlado em reuniões gerenciais, pelo fato de que muitas vezes tratam de comunicações que levam à ações, portanto, necessitam de acompanhamento e avaliação periódica.

No caso do informal, surge espontaneamente, no bate-papo no café, nas confraternizações promovidas pela Asnab ou nos encontros de datas comemorativas (Dia das Mães, Pais, etc), eventos que aproximam as pessoas.

No âmbito da Regional, outro fator importante é a escolha dos meios de comunicação (canais) para atingir o público alvo, podendo ser através do informativo diário denominado “Notícia do Dia” (nacional e o regional) ou do correio eletrônico. Ambos propiciam muita rapidez nas divulgações e com menos distorções nos processos de comunicação entre as pessoas.

Finalizando, os gestores da Sureg/SP entendem que os sistemas de comunicação interferem de uma forma positiva sobre o clima organizacional, como também na imagem e na integração de vários setores, propiciando a divulgação de informações sobre o que acontece ao nosso redor e na empresa, até mesmo para informar aos empregados sobre os seus benefícios, feriados entre outras comunicações importantes.

11.3 - Melhoria do Clima Organizacional

A Sureg/SP vem mantendo e cumprindo mensalmente o calendário de reuniões de Equipe-Lider, com as participações dos gestores da regional e das unidades armazenadoras, com o objetivo de fortalecer a cultura participativa.

Nesses encontros periódicos, entre os vários assuntos abordados, são discutidos e avaliados os níveis de produtividade e o comprometimento dos empregados envolvidos em processos, inclusive para identificar fatores (diretos e indiretos) que influenciam a motivação e o comportamento dessas pessoas, conseqüentemente, indicar e apoiar as decisões dos gestores.

Outro fator importante para o Clima Organizacional, é o bom relacionamento entre a direção da Sureg e os representantes da Associação dos Empregados em São Paulo, entidade que implementou vários eventos comemorativos, gerando um espírito participativo que influenciou positivamente sobre o ambiente de trabalho.

Nesse contexto, em 2011 podemos destacar as comemorações mensais dos aniversariantes, o almoço da Páscoa e o “Natal Solidário”, ocasião em que vários empregados adotaram e presentearam crianças carentes de uma creche da capital, durante um lanche oferecido nas dependências da regional.

Quanto à qualidade de vida dos empregados, outro fator importante para o clima organizacional, a Asnab contratou uma empresa para prestar os serviços de “ginástica laboral”, benefício que foi estendido a todos empregados interessados.



Em síntese, todas essas ações tornam um ambiente de confiança e respeito mútuo, onde existe a possibilidade de diálogo, exposição de idéias, incentivo ao aprendizado, dentro de instalações agradáveis e salubres.

11.4 – Ações de Capacitação

Todo ano a Sureg envia à Matriz o “Programa de Educação Corporativa”, documento que tem por objetivo programar as atividades educativas que buscam o crescimento profissional dos empregados da regional, subentendidas em treinamento, desenvolvimento e educação.

Quando da elaboração dessa programação, os gestores reúnem-se e identificam as necessidades de conhecimentos, para juntos adotarem critérios que promovam a capacitação e a transferência do conhecimento organizacional.

Assim, identificadas as áreas e as necessidades de conhecimentos dos empregados, são definidos os meios de obtenção e transmissão dos conhecimentos, podendo ser através de cursos, treinamentos, congressos, seminários, etc.

Tal procedimento organiza os principais processos e ferramentas gerenciais, para uma melhor compreensão dos processos de geração, identificação, validação e disseminação dos conhecimentos estratégicos, principalmente para gerar melhores resultados dos programas desenvolvidos pela Conab.

Na Sureg/SP, a disseminação também está presente em reuniões, nas conversas informais, nas exposições de práticas dos grupos e na troca de experiência as pessoas envolvidas em processos.

11.5 – Composição e Custos de Pessoal

11.5.1 – Composição do Quadro de Pessoal

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais-Dest, alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da Conab para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento que, do quadro de pessoal, 2.480 vagas estão destinadas a recepcionar os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, as quais deverão ser extintas à medida em que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Neste contexto, a Conab não estabeleceu lotação autorizada para a Matriz e Regionais.

O quadro de Recursos Humanos da Sureg-SP é composto somente por empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

No fim do exercício, a Sureg-SP contava com 81 empregados.

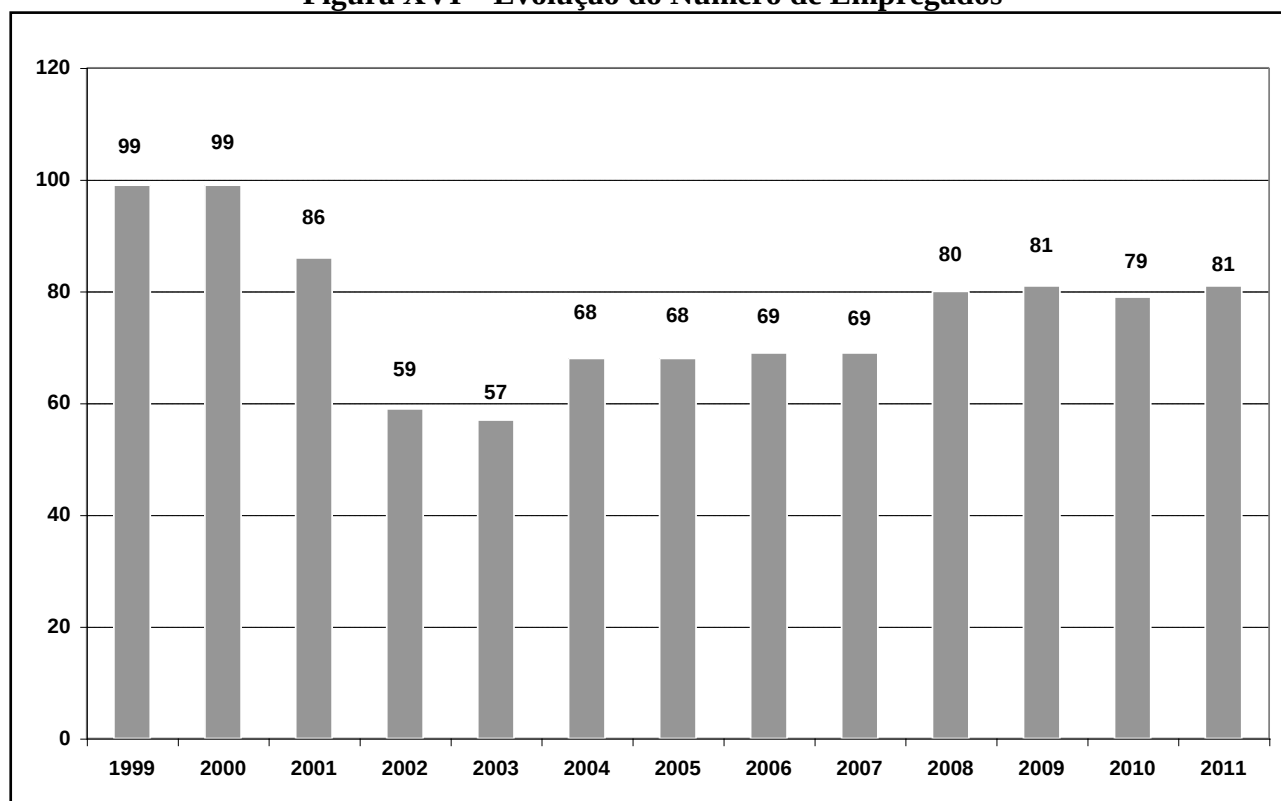
XXIII – Quadro de Pessoal Ativo

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	SP		Variação
	31/12/10	31/12/11	
Em efetivo exercício na empresa	76	77	1
Licenciado INSS / Acidente de Trabalho	2	2	-
À Disposição com ônus para a Conab – Lei 10470	1	2	1
Total	79	81	2

Fonte: Dirad/Sureh

A figura a seguir mostra a evolução do quadro de empregados, no qual se verifica redução até o exercício de 2003 e, em seguida, a recomposição, atingindo em 2011, crescimento de 42,1% em relação àquele ano, em consequência da contratação de empregados por meio da realização de concurso público, pelo retorno de empregados por decisão judicial e de anistiados, pela Lei n.º 8.878/94.

Figura XVI – Evolução do Número de Empregados



Fonte: Sutin/Gesof

Do quadro de empregados, 33 apresentam situação contratual decorrente de readmissão por reintegração judicial ou pela lei de anistia, correspondendo a 40,7% do corpo funcional. O vínculo empregatício mediante contrato padrão aplica-se aos demais empregados, incluídos os concursados, cujas admissões ocorreram mais recentemente.

**Quadro XXIV - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual
Situação Apurada em 31/12/2011**

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	SP		Variação
	31/12/10	31/12/11	
Contrato Padrão	47	48	1
Reintegrado (Transitado)	6	6	-
Reintegrado Liminar	0	0	-
Anistiado (Transitado)	0	0	-
Anistiado (Liminar)	1	1	-
Anistiado (Lei 8878/94)	25	26	1

O número de empregados enquadrados nas funções de nível superior representa 22,22% do total da força de trabalho, sem crescimento em relação ao exercício anterior, enquanto o de nível médio teve crescimento de 3,3%, passando de 61 para 63 empregados.

Quadro XXV – Demonstrativo por Nível de Enquadramento

Situação Contratual	Nível				Total
	Auxíliar	Médio	Superior	Contrato Especial	
Contrato padrão	12	23	13	0	48
Reintegração Judicial (Transitado em julgado)	3	3	0	0	6
Reintegração judicial (liminar)	0	0	0	0	0
Readmissão-Anistia (Transitado em julgado)	0	0	0	0	0
Readmissão-Anistia (liminar)	1	0	0	0	1
Anistiado (Lei 8.878/94)	17	4	5	0	26
Total	33	30	18	0	81

Quanto ao nível de escolaridade verifica-se a existência de 25 empregados com nível superior completo ou com formação acadêmica acima deste (especialização, pós-graduação, mestrado ou doutorado), evidenciando a necessidade de realização de concurso público para a criação de oportunidade para a regularização da situação funcional desses empregados.

Quadro XXVI – Demonstrativo por Nível de Escolaridade

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
1. Provedimento de cargo efetivo	0	1	9	5	28	11	4	0	0	0	58
1.1 Membros de poder e agentes políticos											0
1.2 Servidores de Carreira		1	8	4	28	11	4				56
1.3 Servidores com Contratos Temporários											0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença			1	1							2
2. Provedimento de cargo em Comissão	0	0	0	1	12	9	1	0	0	0	23
2.1 Cargos de Natureza Especial											0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior											0
2.3 Funções Gratificadas				1	12	9	1				23
3. Total	0	1	9	6	40	20	5	0	0	0	81

LEGENDA: Nível de Escolaridade 1-Analfabeto; 2-Alfabetizado sem cursos regulares; 3-Primeiro grau incompleto; 4-Primeiro grau; 5-Segundo grau ou técnico; 6-Superior; 7-Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8-Mestrado; 9-Doutorado; 10-Não Classificada

Do quadro total, apenas 1 empregado encontrava-se em situação de redução da força de trabalho, ou seja, em licença não remunerada.

Os empregados são contratados pelo regime da CLT, não havendo uma idade limite para aposentadoria compulsória. Prevaecem as regras da Previdência Social, em que as mulheres podem aposentar a partir dos 48 anos e os homens 53 anos, desde que cumpram o tempo de contribuição previdenciária de 30 e 35 anos. Além desses, o Instituto de Previdência Complementar dos empregados da Conab (Cibrius) estabelece a idade mínima de 56 anos para concorrer ao benefício. Pelo quadro abaixo, verifica-se a existência de 43 empregados (53% do número de empregados) que reúnem todas as condições para o desligamento da Empresa.

Quadro XXVII – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária

Faixa Etária	Tempo de Trabalho									Total
	DE_0_A_5	DE_6_A_10	DE_11_A_15	DE_16_A_20	DE_21_A_25	DE_26_A_30	DE_31_A_35	DE_36_A_40	Mais_DE_40	
20 a 25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
26 a 30	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
31 a 35	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
36 a 40	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2
41 a 45	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
46 a 50	4	3	1	0	1	3	1	0	0	13
51 a 55	1	4	0	0	1	6	10	1	0	23
56 a 60	5	3	0	0	0	3	12	4	0	27
61 a 65	4	3	0	0	0	1	5	1	0	14
66 a 70	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2
Mais de 70	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Dipai/Sutin

11.5.2 – Perspectivas de Aposentadoria

A Sureg/SP já tem, em seu quadro, um grande número de aposentados, que continua trabalhando. Os demais funcionários que já estão em condições de requerer aposentadoria, aguardam a reestruturação do Cibrius – Instituto Conab de Seguridade Social, para sentirem seguros para tal iniciativa.

11.5.3 – Quadro de Estagiários

**Quadro XXVIII - Demonstrativo dos Estagiários:
Posição em 31/12/2011**

Lotação	N.º de Estagiários	
	N. Superior	N. Médio
SUREG	02	-
PRORE	01	01
GEOPE	01	-
GEFAD	-	-
GEDES	-	-
Total	04	01
Total Sureg	05	
Ua. Bauru	02	-
Ua. Garça	02	-
Ua. Bernardino de Campos	01	-
Ua. Carapicuíba	-	-
Total	05	-
Total UA's	05	
Total Geral	10	

11.5.4 – Mão de Obra Terceirizada

Quadro XXIX - DEMONSTRATIVO DA MÃO-DE-OBRA TERCEIRIZADA NA

SUREG/SP

CONTR A- TANTE	CONTRATADA	OBJETO	VIGÊNCIA	
			INÍCIO	TÉRMINO
SUREG	Mega JJ - Asseio e Conservação Ltda.	3 Aux. Limpeza p/ Sureg 1 Ajud. Geral p/ Sureg 1 Copeira p Sureg 1 Ajud. Geral p/ Ua. Carapicuíba 1 Aux. de Limpeza p/ UA. Bauru	04/05/2010	03/05/2011
UA. Garça	Ello Serviço de Mão de Obra	1 Ajudante Geral	13/06/2010	12/06/2011
SUREG	Santa Lucia	2 Motoristas	14/04/2010	13/04/2011
UA. Bauru	SL - Serviço de Segurança Privada Ltda	Serviço de Vigilância – 6 postos	16/02/2011	15/02/2012
UA. Garça	Aço Forte Serviço de Vigilância	Serviço de Vigilância – 3 postos	01/11/2010	31/10/2011
UA. Bernard. de Campos	SL – Serviço de Segurança Privada Ltda	Serviço de Vigilância – 3 postos	01/06/2010	31/05/2011
UA. Bernard. de Campos	CBS - Limpeza e Conservação	01 Ajudante Geral	31/08/2010	30/08/2011
SUREG	CEMTRA – Medicina do Trabalho	Serviço de Medicina do Trabalho	02/12/2010	01/12/2011
SUREG	LF Maia E Advogados	Escritório p/ serviços de Advocacia	10/12/2011	09/12/2011

11.5.5 – Principais Indicadores Gerenciais

Estes indicadores ainda estão em fase de análise, pelas áreas da Matriz. Se aprovados, deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e, se julgados necessários e suficientes, serão estendidas para as regionais.

Nome do Indicador: Rotatividade ou Turnover total				
Objetivo do Indicador: Monitorar indícios de problemas relacionados a: processo seletivo, sistema de remuneração e benefícios, clima organizacional, perda da cultura organizacional e de capital intelectual, mercado de trabalho aquecido.				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugep/Gepes				
Fórmula de cálculo e método de medição: $[(Ad+De)/2]/(QLm)*100$ onde Ad=Admissões De=Demissões e QLm=Quadro de Lotação médio no período. Abrangência: UF e Brasil. Periodicidade: Semestral e anual.				
Fonte dos dados: Sugep/Sutin – Sistema Sênior de RH				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
< que 5%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Taxa de Integração de concursados				
Objetivo do Indicador: Conhecer e acompanhar a eficácia do processo de integração dos novos empregados, influenciado por fatores como: receptividade da equipe, apreço demonstrado pela chefia, espírito de equipe, valores e políticas da empresa, processo de				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugep/Gepes				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(Dc/Ad)*100$ onde Dc=Nº de demissões de concursados e AD=Nº de Admissões de concursados. Abrangência: UF e Brasil. Periodicidade: Semestral e anual.				
Fonte dos dados: Sugep/Sutin – Sistema Sênior de RH				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
< que 1%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Percentual de realização de exames médicos periódicos				
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional-PCMSO.				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Sugep/Gebem				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(ASOem/QLex)*100$, onde: ASOem= nº de Atestados de Saúde Ocupacional emitidos e QLex=Quadro de lotação em exercício. ASO emitido é o Atestado emitido pelo médico após o funcionário realizar os exames. Abrangência:				
Fonte dos dados: Sugep/Gebem/Regionais				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Percentual de ocorrências de Acidentes de trabalho e Doenças ocupacionais
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Monitorar os processos e atividades voltadas à prevenção dos riscos laborais inerentes às atividades
Tipo: Eficiência
Área Responsável: Sugep/Gebem
Fórmula de cálculo e método de medição: N° de AT+DO onde, AT=Acidente de Trabalho e DO=Doenças ocupacionais. Abrangência: UF e Brasil, Periodicidade: Semestral e anual.
Fonte dos dados: Sugep/Gebem/Regionais

Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008

Em R\$

Detalhamento	Exercício		
	2009	2010	2010
Despesas de Pessoal	7.135.157,67	8.350.095,22	9.252.969,59
Vencimentos e Vantagens Fixas	4.799.396,85	6.008.763,37	6.458.262,81
Vencimentos e Salários	2.517.304,74	3.134.573,10	3.311.416,34
Incorporações	29.009,16	37.264,71	122.069,28
Gratificação p/ Exercício de Cargos	78.000,00	1.000,00	0,00
Gratificação por Exercício de Funções	607.612,92	677.959,47	832.106,72
Gratificação por Tempo de Serviço	563.389,26	665.141,55	732.558,41
13.º Salário	528.515,60	673.076,05	756.534,41
Férias – Abono Pecuniário	113.583,98	134.902,94	169.376,87
Férias – Abono Constitucional	103.697,12	136.187,20	155.687,66
Férias – Pagamento Antecipado	146.193,57	187.502,25	219.418,06
Licença-Prêmio	44.870,87	311.236,64	254.222,59
Créditos p/ acerto c/ Ex-servidores	66.599,06	45.860,74	80.219,29
Crédito para Acerto Financeiro com Ex-servidores	-74.040,39	-35.894,66	-226.154,10
Provisão para 13.º Salário	340.416,03	396.720,61	438.260,40
(-) Provisão para 13.º Salário	-340.416,03	-396.720,61	-438.260,40
Provisão para Férias	604.247,06	713.136,98	817.232,61
(-) Provisão para Férias	-532.809,16	-632.130,58	-738.771,15
Adiantamentos Concedidos-Não Financeiros	330.997,81	350.928,19	433.079,02
(-) Adiantamentos Concedidos	-327.774,75	-391.981,21	-460.733,20
Obrigações Patronais	1.693.194,39	2.114.201,85	2.415.823,53
F.G.T.S.	382.882,63	453.859,69	510.922,74
Contribuição de Salário Educação	119.909,94	141.692,52	147.612,06
Encargos Sociais sobre Provisões	276.283,33	400.122,51	451.558,21
(-) Encargos Sociais sobre Provisões	-251.422,94	-356.150,54	-422.371,44
Contribuições Previdenciárias – INSS	1.117.576,78	1.321.330,81	1.517.067,04
Seguros de Acidentes de Trabalho	47.964,65	153.346,86	211.034,92
Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	168.622,12	199.864,24	212.753,86
Indenizações e Restituições Trabalhistas – Ativo Civil	5.014,74	2.884,83	0,00
Substituições	35.970,06	43.874,35	42.087,86
Despesas de Exercícios Anteriores – Ativo Civil	0,00	0,00	3.723,71
Serviços Extraordinários	0,00	352,64	0,00
Indenização Auxílio-Transporte	109.427,32	120.670,12	133.823,79
Auxílio Funeral – Ativo Civil	10.050,00	19.329,50	11.155,50
Auxílio Escola – Acordo Coletivo	4.800,00	8.900,00	7.200,00
Auxílio Deficiente – Acordo Coletivo	0,00	0,00	7.925,40
Auxílio Creche	3.360,00	3.852,80	6.837,60
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	473.944,31	27.265,76	166.129,39
Sent. Judic. Trans. Julg. Car. Único-Ativo Civil	472.694,31	24.882,67	136.225,36



11.6 – Previdência Complementar - Cibrius

Todos os atos de gestão praticados pela Conab, no tocante ao Instituto Conab de Previdência Complementar-Cibrius, são praticados pela Matriz, em Brasília.

12 – Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil

12.1 – Execução Orçamentária

12.1.1 – Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro XXX – Créditos Recebidos por Movimentação

Natureza da Movimentação de Crédito	UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital		Total
				1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	
Movimentação Interna	Recebido	135100	135325	20.122.0350.2272.0001	0,00	60.239,50	0,00	60.239,50
		135100	135325	20.122.0352.2272.0001	2.808.927,23	0,00	0,00	2.808.927,23
		135100	135325	20.122.0352.2272.0001	0,00	1.993.670,96	3.527,35	1.997.198,31
		135100	135325	20.122.0352.2829.0001	0,00	15.555,00	18.188,31	33.743,31
		135100	135325	20.122.0360.2272.0001	0,00	84.843,50	0,00	84.843,50
		135100	135325	20.122.1409.2272.0001	0,00	17.573,71	0,00	17.573,71
		135100	135325	20.125.0352.2137.0001	0,00	82.091,11	0,00	82.091,11
		135100	135325	20.126.0352.4702.0001	0,00	458,10	0,00	458,10
		135100	135325	20.128.0360.4572.0001	0,00	15.866,51	0,00	15.866,51
		135100	135325	20.301.0352.2004.0001	0,00	719.500,82	0,00	719.500,82
		135100	135325	20.306.0352.2012.0001	0,00	435.008,53	0,00	435.008,53
		135100	135325	20.331.0352.2011.0001	0,00	46.232,59	0,00	46.232,59
		135100	135325	20.605.0350.2825.0001	0,00	199.620,61	0,00	199.620,61
		135100	135325	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	8.528.156,81	8.528.156,81
		135100	135325	20.605.0352.8579.0001	0,00	2.027,20	0,00	2.027,20
		135100	135325	20.605.0360.4711.0001	0,00	84.987,95	0,00	84.987,95
		135100	135325	28.846.0901.0022.0001	242.242,74	33.400,00	0,00	275.642,74
		135100	135326	08.244.1049.2792.0001	0,00	-1.787.857,98	0,00	-1.787.857,98
		135100	135326	20.122.0350.2272.0001	0,00	-1.585,41	0,00	-1.585,41
		135100	135327	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	-67.419,42	-67.419,42
		135100	135331	20.122.0352.2272.0001	0,00	-1.037,50	0,00	-1.037,50
		135100	135331	20.122.0352.2829.0001	0,00	5,32	0,00	5,32
		135100	135487	20.122.0352.2272.0001	0,00	-101,86	0,00	-101,86
		135100	135531	20.122.0352.2272.0001	0,00	-533,75	0,00	-533,75
		135100	135531	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	5.490,00	5.490,00
		135347	135325	08.244.1049.2792.0001	0,00	3.310.330,66	0,00	3.310.330,66
		135347	135325	08.605.1049.2802.0001	0,00	248.138,35	0,00	248.138,35
		135347	135325	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	4.851.089,27	4.851.089,27
		135347	135325	08.306.1049.2798.0001	0,00	47.005.303,37	0,00	47.005.303,37
		135347	135326	08.244.1049.2792.0001	0,00	-398,54	0,00	-398,54
		134347	135555	08.244.1049.2792.0001	0,00	1.787.713,44	0,00	1.787.713,44
		134347	135555	08.306.1049.2798.0001	0,00	-67.500,00	0,00	-67.500,00
	Enviado	135325	135100	20.122.0352.2272.0001	27.422,12	0,00	0,00	27.422,12
		135325	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	81.655,43	1.015,36	82.670,79
		135325	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	4.368,00	93,31	4.461,31
		135325	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	518,01	0,00	518,01
		135325	135100	20.128.0360.4572.0001	0,00	2.675,63	0,00	2.675,63
		135325	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	15.597,64	0,00	15.597,64
		135325	135100	20.306.0352.2012.0001	0,00	536,00	0,00	536,00
		135325	135100	20.331.0352.2011.0001	0,00	430,52	0,00	430,52
		135325	135100	20.605.0350.2825.0001	0,00	1,00	0,00	1,00
		135325	135100	20.605.0352.8579.0001	0,00	27,00	0,00	27,00
		135325	135100	20.605.0360.4711.0001	0,00	49,33	0,00	49,33
		135325	135100	28.846.0901.0022.0001	12.580,00	0,00	0,00	12.580,00
		135325	135347	08.244.1049.2792.0001	0,00	5.137,40	0,00	5.137,40
		135325	135347	08.605.1049.2802.0001	0,00	17.624,06	0,00	17.624,06
		135326	135100	20.122.0350.2272.0001	0,00	56.192,79	0,00	56.192,79
		135326	135347	08.605.1049.2802.0001	0,00	340,39	0,00	340,39
		135327	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	310.402,94	310.402,94
		135331	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	3.075,00	0,00	3.075,00
		135331	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	10,64	0,00	10,64
		135443	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	321.794,01	321.794,01
		135486	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	3.045,50	0,00	3.045,50
		135531	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	295,00	0,00	295,00
		135555	135347	08.244.1049.2792.0001	0,00	15,11	0,00	15,11
		135555	135347	08.605.1049.2802.0001	0,00	807,71	0,00	807,71

Fonte: Siafi

12.1.2 – Execução da Despesa por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro XXXI – Demonstrativo da Execução da Despesa por Grupo e Modalidade de Contratação

Em R\$

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesa de Pessoal	2.545.034,70	3.015.479,62	2.545.034,70	3.015.479,62	0,00	0,00	2.333.312,89	2.779.759,18
Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	333.922,80	364.489,73	333.922,80	364.489,73	0,00	0,00	307.747,98	335.441,19
Obrigações Patronais	2.070.229,88	2.386.636,76	2.070.229,88	2.386.636,76	0,00	0,00	1.884.682,89	2.179.964,86
Depósitos Compulsórios	110.731,43	63.533,35	110.731,43	63.533,35	0,00	0,00	110.731,43	63.533,35
Sentenças Judiciais	27.265,76	199.529,39	27.265,76	199.529,39	0,00	0,00	27.265,76	199.529,39
Indenizações e Restituições Trabalhistas	2.884,83	1.290,39	2.884,83	1.290,39	0,00	0,00	2.884,83	1.290,39
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	23.023.949,75	54.056.459,60	22.860.936,23	45.171.427,06	163.013,52	8.885.032,54	19.873.911,66	42.851.078,89
Diárias	378.954,00	218.371,50	378.954,00	218.371,50	0,00	0,00	378.672,00	218.371,50
Material de Consumo	193.727,45	0,00	190.135,45	0,00	3.592,00	0,00	189.421,54	0,00
Material de Distribuição Gratuita	19.782.151,58	50.111.410,70	19.663.043,97	41.409.120,86	119.107,61	8.702.289,84	16.814.986,26	39.213.048,82
Passagens e Despesas com Locomoção	124.221,04	88.549,49	120.421,04	88.549,49	3.800,00	0,00	119.265,75	87.291,46
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	24.647,14	32.181,85	24.647,14	32.181,85	0,00	0,00	18.971,39	27.266,76
Locação de Mão-de-Obra	598.419,81	719.823,04	598.419,81	719.823,04	0,00	0,00	537.935,83	674.988,79
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1.821.804,79	2.813.484,13	1.785.290,88	2.630.741,43	36.513,91	182.742,70	1.715.748,15	2.558.455,69
Obrigações Tributárias e Contributivas-Op. Intra-Orçamentárias	100.023,94	72.638,89	100.023,94	72.638,89	0,00	0,00	98.910,74	71.655,87
Depósitos Compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4 – Investimentos	100.531,35	26.096,99	62.321,18	23.956,99	38.210,17	2.140,00	62.321,17	18.786,99
Obras e Instalações-Op. Intra-Orçamentárias	52.838,93	0,00	52.838,93	0,00	0,00	0,00	52.838,92	0,00
Equipamentos e Material Permanente-Op. Intra-Orçamentárias	47.692,42	26.096,99	9.482,25	23.956,99	38.210,17	2.140,00	9.482,25	18.786,99
5 – Inversões Financeira	67.134.045,18	12.679.629,71	66.627.895,18	7.828.540,44	506.150,00	4.851.089,27	63.053.579,13	7.639.741,88
Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Produtos para Revenda	67.134.045,18	12.679.629,71	66.627.895,18	7.828.540,44	506.150,00	4.851.089,27	63.053.579,13	7.639.741,88
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	92.803.560,98	69.777.665,92	92.096.187,29	56.039.404,11	707.373,69	13.738.261,81	85.323.124,85	53.289.366,94

Fonte: Siafi

Em 2011, não houve alterações na programação orçamentária/financeira, sendo registradas apenas variações, para mais ou menos, na execução das diversas ações orçamentárias.

Os valores apresentados no Grupo 1 – Despesas de Pessoal, não refletem as despesas de pessoal desta Regional, tendo em vista que a execução orçamentária da folha de pagamentos é realizada pela Matriz – UJ 135100, restando apenas os pagamentos dos encargos, como as contribuições previdenciárias e o salário educação, seguros de acidente de trabalho, FGTS e outros. Em relação ao exercício de 2010, verificou-se variação, a maior, de 18,48%, decorrente principalmente do reajuste salarial negociado no Acordo Coletivo de Trabalho 2011/12, da concessão de promoções por tempo de trabalho, da compra da Licença prêmio e do aumento das despesas pelo cumprimento de Sentenças Judiciais.

No grupo 3 – Outras Despesas Correntes, estão relacionadas as despesas com o custeio da Companhia, com a aquisição de produtos para doação gratuita às famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional, com a manutenção de bens móveis e imóveis, com vigilância e serviços de limpeza, com assistência médica e odontológica dos empregados e dependentes, com os auxílios concedidos ao empregados e outros. O valor total empenhado neste Grupo foi de R\$54.056.459,60, com acréscimo de 134,78% sobre o valor registrado em 2010, em decorrência principalmente da maior aplicação de recursos na aquisição de produtos para distribuição gratuita. A execução das despesas deste Grupo sofreram contingenciamento de 28%, de acordo com a Portaria MAPA n.º 29, de 29/03/2011, e, também, com os limites de empenho para as despesas com diárias, passagens e locomoção.

O Grupo 4 – Investimento, contempla as despesas relacionadas às melhorias nos imóveis, tanto na unidade armazenadora quanto na sede da Regional e à compra de equipamentos, inclusive de informática. A execução das despesas deste Grupo sofreu forte impacto com o contingenciamento de 65% imposto pela citada Portaria, principalmente aquelas relacionadas com a Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns. A execução desta Ação também foi prejudicada pela falta de pessoal, principalmente de engenheiros e agrônomos, para o desenvolvimento dos projetos e a elaboração das planilhas de custo na forma requerida pela Controladoria-Geral da União, assim como para a fiscalização e o recebimento das obras. Consequentemente, os serviços previstos para a manutenção das unidades ou a aquisição de equipamentos necessários para a adequação dos armazéns aos critérios estabelecidos para a certificação, foram postergados para 2012. Em relação ao exercício anterior verifica-se decréscimo de aproximadamente 74,04% nas despesas empenhadas, devido principalmente aos baixos investimentos realizados nas unidades armazenadoras.

No Grupo 5 estão agregadas as despesas referentes à aquisição de produtos agrícolas, à manutenção dos estoques públicos, à remoção de produtos e demais despesas correlatas, tais como braçagem, impostos e outros. Inclui as despesas com a formação e manutenção tanto dos estoques adquiridos no âmbito da PGPM quanto pelo PAA, neste caso, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA. Em relação ao exercício anterior as despesas empenhadas tiveram decréscimo de 81,11%, caindo de R\$67.134.045,18 para R\$12.679.629,71. Em 2011 destacaram-se as despesas liquidadas com o pagamento armazenagem de produtos dos estoques públicos em unidades de terceiros, no valor total de R\$5.742.662,73, com participação de 73,36% nas despesas totais do Grupo.

12.1.3 – Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro XXXII – Demonstrativo da Execução da Despesa por Modalidade de Contratação

Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2010	2011	2010	2011
Licitação				
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	52.838,93	0,00	52.838,93	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	51.659.051,17	5.234.882,78	51.659.051,17	5.234.882,78
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	36.986.628,19	60.004.677,86	36.986.628,19	60.004.677,86
Inexigibilidade	643.833,88	807.818,16	643.833,88	807.818,16
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	14.888,63	14.321,03	14.888,63	14.321,03
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	2.545.034,70	63.533,35	2.545.034,70	63.533,35
Diárias	378.954,00	218.371,50	378.954,00	218.371,50
Não se Aplica	522.331,48	516.805,36	522.331,48	516.805,36

Fonte: Siafi

Em 2011, destacaram-se as despesas realizadas na modalidade de Dispensa de Licitação, no valor total de R\$ 60.004.677,86 aplicados na aquisição de produtos de agricultores familiares no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, em conformidade com o Art. 17 da Lei n.º 12.512, de 14/10/2011, representando cerca de 97,43% dos empenhos realizados nesta modalidade.

Na modalidade Pregão destacam-se as despesas empenhadas para pagamento do transporte de milho em atendimento ao Programa Vendas em Balcão (R\$176.447,38), as despesas com a concessão do Auxílio-Alimentação aos empregados (R\$129.936,40) e o pagamento por serviços de vigilância ostensiva (R\$109.610,60), que juntos representaram 84,49% do total empenhado nesta modalidade.

Em Inexigibilidades estão agrupados principalmente os pagamentos referentes a assistência médica e odontológicas aos empregados e dependentes e aquelas referentes à realização dos exames médicos periódicos obrigatórios. Em 2011, estas despesas representaram 70,41% do total empenhado.

12.1.5 – Execução das Ações Orçamentárias

Quadro XXXIII – Demonstrativo da Execução das Ações Orçamentárias

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Dotação Prevista (R\$)	Dotação Realizada (R\$)
20	301	0352	2204	A	4	Pessoa beneficiada	220	208	215	704.000,00	703.903,18
20	301	0352	20CW	A	4	Servidor beneficiado	76	78	80	-	-
20	306	0352	2012	A	4	Servidor beneficiado	77	79	79	500.000,00	434.472,53
20	331	0352	2011	A	4	Servidor beneficiado	59	76	70	50.000,00	45.802,07
20	126	0352	4702	A	4	Unidade cadastrada	1.187	97	1.187	175.000,00	458,10
20	128	0360	4572	A	4	Servidor capacitado	38	27	34	36.000,00	13.190,88
28	846	0901	0022	OP	4	-	-	-	-	300.000,00	263.062,74
20	125	0352	2137	A	4	Fiscalização realizada	120	125	64	90.000,00	81.573,10
20	605	0352	2130	A	4	Produto adquirido	20000	1438	20600	20.000.000,00	7.828.540,44
20	122	0352	2272	A	4	-	-	-	-	4.570.000,00	4.547.946,63
20	605	0352	8579	A	4	Informação disponibilizada	-	-	-	3.000,00	2.000,20
20	122	0352	2829	A	4	Unidade modernizada	3	4	4	115.464,68	26.379,68

Fonte: Supor/Geare

a) (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/SP	
Dotação Orçamentária Inicial	19.519.046,00	704.000,00	
Suplementação/Cancelamento	5.086.246,00	-	-
Dotação Final	24.605.292,00	704.000,00	2,86
Execução Orçamentária	24.534.231,29	703.903,18	2,87
Índice	99,71	99,99	-
Meta Física	14.849	220	1,48
Execução Física	14.880	208	1,40
Índice	100,21	94,55	-

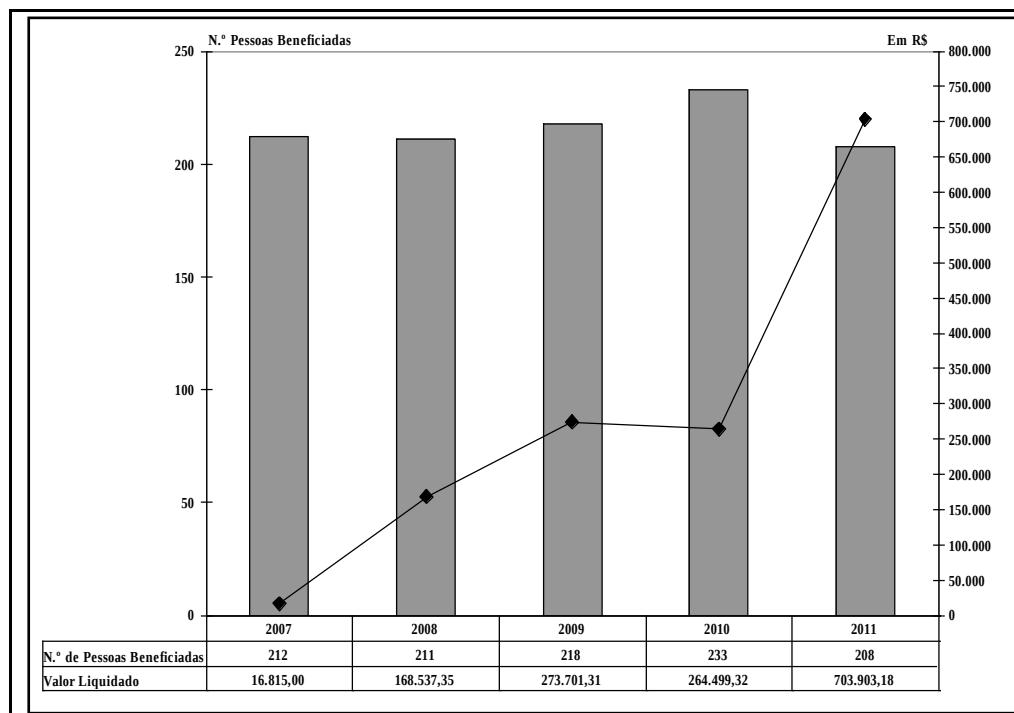
Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Objetivando o atendimento das necessidades dos empregados e de seus dependentes típicos e atípicos, foi aprovada na LOA/2011+Créditos Suplementares, dotação orçamentária de R\$24.605.292,00 e para a Sureg/SP, foi descentralizado o crédito de R\$704.000,00.

Durante o exercício de 2011 foram liquidadas despesas no valor de R\$703.903,18, apresentando um índice de execução de 99,99% em relação à dotação orçamentária disponibilizada e 2,87% da despesa total da Companhia.

A meta física previa o atendimento a 220 beneficiários, tendo sido atendidos 208 empregados/dependentes, correspondendo a 94,55% da meta e com redução de 10,73% em relação ano a ano anterior, conforme apresentado na figura a seguir

Figura XVII – N° de Pessoas Beneficiadas



Fonte: Siafi, Supor e Gesas

A redução do número de atendimentos não encontrou correspondência no total da despesa. Esta apresentou evolução de 166,13% devido ao aumento dos preços praticados pela rede credenciada e, principalmente, pela demanda de procedimentos mais complexos e mais dispendiosos.

A seguir, os indicadores utilizados no acompanhamento e avaliação desta Ação:

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)			
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes			
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos			
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gesas			
Resultados:			
2007			64,57
2008			61,95
2009			111,77
2010			100,4387247733
2011	Meta:	100,00	Realizado 97,28
Análise: A forte variação percentual em 2010, em relação a 2007, 2008 e 2009, deve-se à mudança de metodologia adotada a partir de 2009, pela SOF, que passou a considerar como índice de previsão a média dos beneficiários atendidos em anos anteriores, em detrimento à metodologia adotada até então pela Conab, de 5 (cinco) beneficiários, sendo o titular mais 4 (quatro) dependentes. Em 2011, o valor apurado ficou próximo ao valor esperado			

Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)

Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2009				99,89
2010				99,81
2011	Meta:	100,00	Realizado	99,99
Análise:				
Nome: Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Custo unitário de atendimento médico e odontológico do SAS				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do SAS				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por atendimento				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado Y= n.º de atendimentos no período				
Fonte: X= Siafi Y=Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2009				1.255,55
2010				1.135,19
2011	Meta:	Não determinada	Realizado	3.384,15
Análise:				

b) - (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/SP	
Dotação Orçamentária Inicial	754.740,00	-	
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	754.740,00	0,00	0,00
Execução Orçamentária	753.997,08	-	0,00
Índice	99,90	-	-
Meta Física – Servidor beneficiado	4.193	76	1,81
Execução Física	2.488	78	3,14

Fonte: Geare e Gebem

A Ação é caracterizada pela avaliação médica de saúde ocupacional dos empregados da Companhia, de caráter obrigatório, com frequência de realização mínima de uma vez ao ano, abrangendo exames clínicos e laboratoriais e, sempre que necessário, acrescido de avaliações complementares especializadas (cardiologia, oftalmologia, ginecologia, urologia e outros), conforme disposto na Norma Regulamentadora n.º 7 da Portaria MTB n.º 3.214/78, atinente aos Programas Médicos de Saúde Ocupacional. Também, a obrigatoriedade dos exames é disciplinada no Regulamento de Pessoal da Conab (Capítulo XIII – dos Deveres e Proibições).

A dotação orçamentária constante na LOA/2011 foi de R\$754.740,00 para atendimento a 4.193 empregados. Considerando a dotação insuficiente para o atendimento a esse número de empregados, a Conab fez solicitações à Secretaria de Orçamento e Finanças-SOF no sentido de que fossem concedidas suplementações orçamentárias. O não atendimento por aquela Secretaria e considerando a obrigatoriedade de realização dos exames a Companhia custeou parte das despesas com os exames periódicos com recursos da ação (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.

Durante o exercício, foram atendidos 78 empregados lotados na Sureg-SP e unidades armazenadoras, superando a meta prevista de 2,63%, conforme exposto no indicador a seguir.

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde -Exames Periódicos				
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2010				80,00
2011	Meta:	100,00	Realizado	102,63

c) - (2212) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/SP	
Dotação Orçamentária Inicial	23.146.764,00	500.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-900.000,00	-	-
Dotação Final	22.246.764,00	500.000,00	2,25
Execução Orçamentária	21.662.047,14	434.472,53	2,01
Índice	97,37	86,89	-
Meta Física – Servidor beneficiado	4.193	77	1,84
Execução Física	4.334	79	1,82

Fonte: Siafi e Supor/Geare

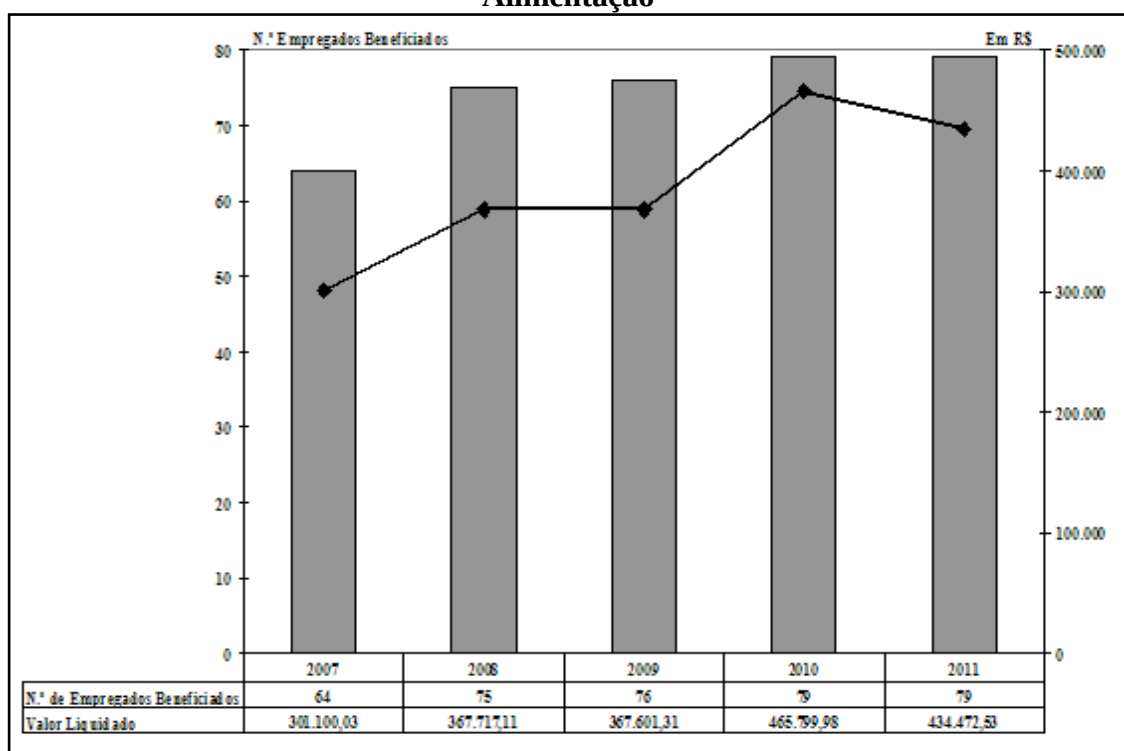
Objetiva conceder o auxílio-alimentação, sob a forma de créditos em cartão magnético, na proporção de 23 créditos mensais.

A dotação orçamentária prevista para a concessão do auxílio aos empregados lotados na Sureg-SP era de R\$500.000,00 dos quais foram liquidados R\$434.472,53, representando cerca de 86,89% da dotação e 2,01% do valor total do benefício concedido na Companhia.

A execução física superou a meta em 2,60% em função do aumento do número de empregados no período entre a elaboração orçamentária (junho/2010) e o fim do exercício de 2011.

Em relação ao exercício anterior, verifica-se a manutenção do número de beneficiários e redução no valor liquidado de 6,7% em face do pagamento de diferenças no valor do benefício de acordo com o Acordo Coletivo de Trabalho 20010/11.

Figura XVIII – Evolução do Número de Beneficiários e do Valor Liquidado do Auxílio Alimentação-



Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação			
Descrição: Percentual de atendimento do benefício de Auxílio-Alimentação aos empregados			
Objetivo: Geralompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= n.º de empregados beneficiados e Y= n.º total de empregados beneficiados previsto			
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
Resultados:			
2007			92,75
2008			107,14
2009			95,00
2010			112,8571428571
2011	Meta:	100,00	Realizado 102,60

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação			
Descrição: Percentual de gastos com o benefício do Auxílio-Alimentação aos empregados			
Objetivo: Geralompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
Resultados:			
2007			99,70
2008			96,77
2009			99,89
2010			99,96
2011	Meta:	100,00	Realizado 86,89
Análise:			

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação			
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Alimentação			
Objetivo: Geralompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Alimentação			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado beneficiado			
Meta: Menor ou igual ao ano anterior			

Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi e Y=Sureh/Gebem				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				4.704,69
2008				4.902,89
2009				4.836,86
2010				5.896,20
2011	Meta:	Não determinada	Realizado	5.499,65
Análise:				

d) - (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

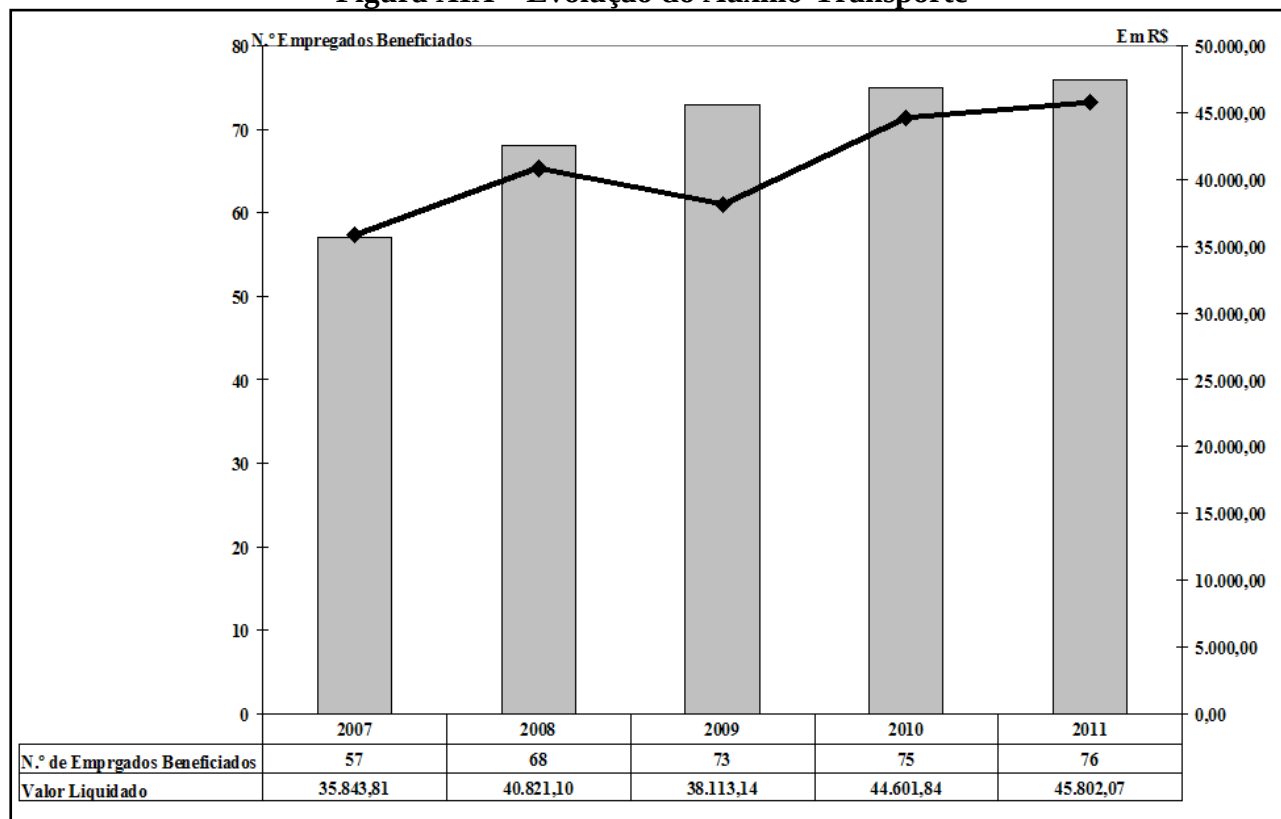
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/SP	
Dotação Orçamentária Inicial	6.931.122,00	50.000,00	
Suplementação/Cancelamento	510.000,00	-	
Dotação Final	7.441.122,00	50.000,00	0,67
Execução Orçamentária	7.352.073,59	179.625,86	2,44
Valor Liquidado na Sureg-SP	0,00	45.802,07	-
Valor Liquidado na Matriz	0,00	133.823,79	74,50
Índice	98,80329324	-	
Meta Física – Servidor beneficiado	3.282	59	1,80
Execução Física	4.286	76	1,77

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

Objetiva efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia ou crédito em cartão magnético ou, ainda, na forma de vale-transporte, de acordo com a opção do empregado. Quando a opção for o recebimento em pecúnia, a execução orçamentária é realizada pela Matriz, por meio da folha de pagamento. Nas demais, o auxílio é concedido pela Regional.

Para 2011, a dotação prevista para a Sureg-SP foi de R\$50.000,00; a execução orçamentária atingiu R\$45.802,07 e o restante (179.625,86) foi liquidado na Matriz. Em relação ao exercício anterior, verificou-se aumento na execução física e orçamentária, conforme detalhado na figura a seguir.

Figura XIX – Evolução do Auxílio-Transporte



Fonte: Siafi, Supor e Gebem

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte

Descrição: Percentual de atendimento do benefício Auxílio-Transporte aos empregados

Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)

Tipo: Eficácia

Unidade de Medida: %

Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados estabelecido na LOA

Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$

Variáveis: X= n.º de empregados atendidos e Y= n.º total de empregados

Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor

Base geográfica: UF e Brasil

Periodicidade: Mensal

Responsável: Gerente da Gebem

Resultados:

2007				82,61
2008				104,62
2009				104,29
2010				93,75
2011	Meta:	100	Realizado	128,81

Análise: O atendimento aos empregados da Sureg-SP (pecúnia, vale-transporte ou créditos em cartão) superou a meta física em 28,81% em função do aumento do número de empregados.

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte ficou 8,4 abaixo da previsão devido a não concessão do benefício em períodos de férias, viagens e licença médicas

Descrição: Percentual de gasto com o benefício do Auxílio-Transporte aos empregados ativos

Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)

Tipo: Eficácia

Unidade de Medida: %

Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA

Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				89,61
2008				90,71
2009				95,28
2010				9,49
2011	Meta:	100	Realizado	91,60
Análise:				

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Transporte				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Transporte				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi Y= Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2009				522,10
2010				594,69
2011	Meta:	Não determinada	Realizado	602,66
Análise:				

e) - (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

Fonte: Siafi, Supor e Gecad

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/SP	
Dotação Orçamentária Inicial	500.000,00	175.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	-	-
Dotação Final	500.000,00	175.000,00	35,00
Execução Orçamentária	60.970,43	458,10	0,75
Índice	12,19	0,26	-
Meta Física – Unidade cadastrada	4.500	1.187	26,38
Execução Física	1.889	97	5,13

Objetiva a manutenção e a atualização do Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras.

Para 2011 estava previstas a realização do censo de armazenagem no Estado de São Paulo, com previsão de cadastramento/recadastramento de 1.187 armazéns. Porém devido a restrições orçamentárias das despesas correntes e aos limites impostos às despesas com diárias e passagens a operação não foi realizada e reprogramada para 2012. Foram realizados apenas 97 recadastramentos especiais para aumento da capacidade estática credenciada para a operacionalização dos instrumentos de incentivo à comercialização de produtos, a maioria durante a realização de outras operações (fiscalização), com redução de custo. Até o fim do exercício a despesa liquidada foi de apenas R\$458,10.

Em decorrência os índices desta Ação apresentaram resultados muito abaixo das metas previstas.

Nome: Percentual de Armazéns Cadastrados			
Descrição: Percentual de armazéns cadastrados no Sistema de Cadastro de Armazéns (SICARM) em relação ao programado na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X = n.º de unidades armazenadoras cadastradas Y= total de unidades armazenadoras programadas			
Fonte: X= Suarm/Gecad Y=Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecad			
Resultados:			
2007			-
2008			-
2009			0,00
2010			41,81
2011	Meta:	100,00	Realizado
			8,17
Análise: A programação estabelecida não foi cumprida devido às restrições orçamentárias e aos limites de despesas com diárias e passagens			

Nome: Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns			
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecad			
Resultados:			

2007				71,34
2008				99,07
2009				-
2010				92,39
2011	Meta:	100,00	Realizado	0,26
Análise:				

Nome: Custo por Unidade Cadastrada				
Descrição: Custo unitário por unidade cadastrada				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de cadastramento de unidades armazenadoras				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por cadastramento				
Meta:				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de cadastramentos				
Fonte: X= Siafi e Y=Gecad/Suarm				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
Resultados:				
2007				31,02
2008				726,55
2009				-
2010				71,45
2011	Meta:	Não determinada	Realizado	4,72
Análise:				

f) - (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/SP	
Dotação Orçamentária Inicial	1.530.000,00	36.000,00	2,94
Suplementação/Cancelamento	-	-	
Dotação Final	1.530.000,00	36.000,00	
Execução Orçamentária	372.576,40	13.190,88	3,54
Índice	24,35	36,64	
Meta Física	4.300	38	0,88
Execução Física	3.165	27	0,85
Índice	73,60	71,05	

Fonte: Siafi, Supor e Gecap

Tem por objetivo promover a qualificação e requalificação dos empregados, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Durante o exercício foi programado o atendimento a 38 empregados com dotação prevista de até R\$36.000,00, tendo sido efetivamente treinados 27 empregados, ao custo total de R\$13.190,88.

A menor execução física e orçamentária é devida ao contingenciamento orçamentário das despesas correntes e ao limite de despesas com diárias e passagens pois, tradicionalmente, grande parte dos eventos de treinamentos são organizados e realizados pela Matriz, como forma de disseminar conhecimento e padronizar métodos de trabalho. Em função das dificuldades orçamentárias, a Matriz reduziu a realização dos eventos, ocasionando em baixos resultados.

Os indicadores utilizados no acompanhamento e avaliação apresentam o impacto das medidas econômicas sobre a execução desta Ação.

Nome: Atendimento da Demanda de Capacitação				
Descrição: Percentual dos empregados treinados previstos na LOA				
Objetivo: Acompanhar a implementação das atividades de treinamento prevista no Plano de Capacitação				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = n.º de empregados treinados e Y = número de treinandos previsto				
Fonte: X= Sureh/Gecap e Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				91,55
2008				330,43
2009				66,67
2010				880,00
2011	Meta:	100,00	Realizado	71,05
Análise:				

Nome: Percentual da Execução Financeira com Capacitação				
Descrição: Percentual dos gastos com a ação de capacitação dos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				

Variáveis: X = Valor executado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siaf e Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				94,28
2008				84,62
2009				96,23
2010				86,36
2011	Meta:	100,00	Realizado	36,64
Análise:				

Nome: Custo por Empregado Capacitado				
Descrição: Custo por empregado capacitado				
Objetivo: Apurar o valor investido por empregado capacitado				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: R\$ por empregado capacitado				
Meta: Menor que o obtido no exercício anterior				
Fórmula de Cálculo: X/Y				
Variáveis: X = valor executado e Y = quantidade de empregados capacitados				
Fonte: X = Siafi e Y=Sureh/Gecap				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				217,58
2008				389,68
2009				721,73
2010				981,31
2011	Meta:	981,31	Realizado	488,55
Análise:				

g) - (0022) Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/SP	
Dotação Orçamentária Inicial	14.000.000,00	300.000,00	
Suplementação/Cancelamento	4.661.376,00	-	
Dotação Final	18.661.376,00	300.000,00	1,61
Execução Orçamentária	17.353.314,98	263.062,74	1,52
Índice	92,99	87,69	

Fonte: Siafi, Supor e Sumaj

Objetiva cumprir as decisões judiciais relativas às sentenças de ações trabalhistas transitadas em julgado.

A dotação prevista foi de R\$300.000,00, com valor liquidado de R\$263.062,74, com aumento de 90,63% em relação ao valor do exercício anterior.

Quadro XXXIV – Evolução do Pagamento de Sentenças Judiciais

Exercício	Elemento de Despesa (R\$)				Total
	Pessoal e Encargos Sociais		Desp. Correntes		
	Depósitos Compulsórios	Sentenças Judiciais	Pensões	Sentenças Judiciais	
2007	15.109,43	761.029,44	-	-	776.138,87
2008	20.338,59	145.978,47	-	-	166.317,06
2009	58.066,76	472.694,31	-	-	530.761,07
2010	110.731,43	27.265,76	-	-	137.997,19
2011	63.533,35	166.129,39	-	33.400,00	263.062,74

Fonte: Siafi

Nome: Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais				
Descrição: Percentual de gastos com sentenças e débitos judiciais				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: (X/Y) x100				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Superintendente da Sumaj				
Resultados:				
2007				97,02
2008				92,40
2009				99,58
2010				98,57
2011	Meta:	100,00	Realizado	87,69
Análise:				

h) - (2137) Fiscalização dos Estoques e da Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/SP	
Dotação Orçamentária Inicial	R\$ 4.200.000,00	R\$ 90.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	R\$ 4.200.000,00	R\$ 90.000,00	2,14
Execução Orçamentária	R\$ 1.623.125,34	R\$ 81.573,10	5,03
Índice	38,65	-	-
Meta Física (fiscalização realizada)	5.500	120	2,18
Execução Física	6.030	125	2,07
Índice	109,64	104,17	-

Fonte: Siafi, Gefis e Gevep

Objetiva promover a periódica fiscalização, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacional das unidades armazenadoras depositárias. Objetiva realizar, também, a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes

Para 2011, havia a previsão de inspeção em 120 armazéns depositários credenciados (um armazém pode ser fiscalizado mais de uma vez) ao custo orçado de R\$90.000,00. Durante o exercício, foram realizadas 125 operações sendo fiscalizadas, de forma cumulativa, 590,716 toneladas de produtos dos estoques públicos. Durante as operações, não foram registradas perdas qualitativas e quantitativas de produtos.

A seguir, os indicadores utilizados no acompanhamento e avaliação desta Ação

Nome: Percentual de Fiscalizações Realizadas			
Descrição: Percentual de Fiscalizações realizadas em relação à meta prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= número de fiscalizações realizadas e Y= número de fiscalizações planejadas			
Fonte: X = Sufis e Y = Supor/Gepor			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup			
Resultados:			
2007			-
2008			1.775,00
2009			1.218,00
2010			288,50
2011	Meta:	100,00	Realizado: 104,17
Análise: O resultado superou a meta prevista em 4,17%			

Nome: Custo por Fiscalização realizada			
Descrição: Custo unitário por fiscalização realizada			
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos por fiscalização realizada			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por fiscalização realizada			
Meta: Menor que o do exercício anterior			
Fórmula de Cálculo: X/Y			
Variáveis: X= valor executado com despesas correntes (em R\$) e Y= número de fiscalizações realizadas			
Fonte: X = Siaf e Y = Gefis/Sufis			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerente da Gefis			
Resultados:			
2007			-
2008			237,32
2009			280,27
2010			328,18
2011	Meta:	328,18	Realizado: 652,58
Análise: O custo por fiscalização apresentou crescimento de 98,85% devido a cessão de empregados para a realização da atividade em outras Regionais, cujo custo é contabilizado na origem do fiscal e os resultados na Regional responsável pelos estoques			

Nome: Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos			
Descrição: Percentual de Estoques Públicos Fiscalizados			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta operacional			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo programado			
Fórmula de Cálculo: [(X/Y)*100]			
Variáveis: X= Quantidade fiscalizada e Y= Quantidade planejada			
Fonte: X = Sufis e Y = Sufis			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerentes da Gefis			
Resultados:			
2007			96,62
2008			100,00
2009			100,00
2010			99,72
2011	Meta:	100,00	Realizado: 100,00

i) - (21301) Formação dos Estoques Públicos

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/SP	
Dotação Orçamentária Inicial	2.169.760.000,00	20.000.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	-
Dotação Final	2.169.760.000,00	20.000.000,00	0,92
Execução Orçamentária	918.235.408,22	7.828.540,44	0,85
Índice	42,32	39,14	-
Meta Física	4.031.000	20.000	0,50
Execução Física	811.250	1.438	0,18

Fonte: Siafi, Supor e Gefoc

Tem por objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado, para garantir o preço e a renda do produtor, formar os estoques públicos e regular o abastecimento interno.

Para a manutenção da renda dos agricultores paulistas, em caso de ocorrência de preços de mercado inferiores aos preços mínimos fixados para os produtos amparados pela PGPM, foi prevista a aquisição de até 20.000 toneladas com dotação orçamentária de R\$20.000.000,00, incluindo os custos com a aquisição, taxas, impostos, remoções e demais despesas correlatas.

Em 2011, foram necessárias pequenas intervenções para atendimento aos produtores de feijão e trigo, com aquisição total de 1.438 toneladas e cerca de 6.000 embalagens de sacaria, conforme demonstrado nos quadros a seguir.

As despesas totalizaram R\$7.828.540,44, com destaque para os custos com a armazenagem em unidades de terceiros, com participação de 73,36%, seguida pelas aquisições de produtos e embalagens, representando 21,21%, conforme demonstrado no próximo quadro.

Quadro XXXV – Demonstrativo das Despesas com Formação e Manutenção dos Estoques Públicos

Natureza da Despesa Detalhada	Despesa (Em R\$)		
	Conab	Sureg-SP	Participação (%)
Garantia de Produtos Armazenados	1.346.265,02	0,00	0,00
Aquisição de mercadorias para revenda	448.352.796,47	1.677.551,86	0,37
Capatazia, estiva, braçagem e pesagem	680.538,13	0,00	0,00
Embalagens	5.342.883,52	6.613,62	0,12
COFINS	12.541,21	0,00	0,00
PASEP	2.647,92	0,00	0,00
Armazenagem	335.944.484,68	5.742.662,73	1,71
Seguros em geral	10.983.147,15	0,00	0,00
Comissões e corretagens	12.374.999,26	370.550,58	2,99
ICMS	47.485.159,88	3.155,13	0,01
ISS	14.877,26	0,00	0,00
Serviços gráficos	0,00	0,00	0,00
INSS-Produtor rural	60.667,59	0,00	0,00
Encargos financeiros	65,71	0,00	0,00
Serviços de terceiros	1.560.493,66	28.006,52	1,79
Ensaque e reensaque	54.644,50	0,00	0,00
INSS-Armazenagem	2.219,45	0,00	0,00
Análises laboratoriais	268.874,58	0,00	0,00
Taxas e pedágios	29.016,97	0,00	0,00
Transportes, encomendas, carretos e fretes	53.623.441,96	0,00	0,00
Editais e publicações	95.643,30	0,00	0,00

Fonte: Siafi

Nome: Percentual de produtos adquiridos para a Formação de Estoques Públicos			
Descrição: Percentual de produtos adquiridos em relação à meta prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$			
Variáveis: X= quantidade de produto adquirido Y= quantidade de produto previsto			
Fonte: X = Gefoc Y = Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Superintendente da Sugof			
Resultados:			
2007			0,00
2008			50,06
2009			82,69
2010			49,87
2011	Meta:	100,00	Resultado:
Análise: O resultado ficou 92,81% abaixo do valor previsto devido aos bons preços vigentes no mercado agrícola, necessitando de baixa intervenção do Governo Federal			

Nome: Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques Públicos			
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$			
Variáveis: X= valor executado Y= valor previsto na LOA			
Fonte: X = Siafi Y = Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Superintendente da Sugof			
Resultados:			
2007			10,00
2008			26,89
2009			89,70
2010			76,03
2011	Meta:	100,00	Resultado:
39,1427022			

j) - (2272) Gestão e Administração do Programa

(2272) Gestão e Administração do Programa			
Controle: Siafi – PTRES 001682/001688 – Programa de Trabalho 20.122.0352.2272.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-SP	
Dotação Orçamentária Inicial	390.916.326,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	488.416.326,00	4.673.000,00	0,96
Pessoal	391.071.326,00	2.755.000,00	0,70
Custeio	77.070.000,00	1.915.000,00	2,48
Investimentos	20.275.000,00	3.000,00	0,01
Execução Orçamentária	461.250.028,94	4.547.946,63	0,99

Pessoal	387.327.794,86	2.751.126,49	0,71
Custeio	73.477.389,40	1.796.448,15	2,44
Investimentos	444.844,68	371,99	0,08
Índice	94,44	97,32	-

Fonte: Supor e Siafi

Nesta Ação estão agregados os custos com pessoal, o custeio da Regional e os investimentos realizados na Sede da Sureg-SP. Em 2011, as despesas com pessoal somaram R\$2.751.126,49, com incremento de 14,3% sobre as do exercício anterior e participação de 60,49% nas despesas totais liquidadas nesta Ação. Convém esclarecer que as despesas de pessoal liquidadas referem-se apenas aos encargos, auxílio funeral e indenizações. Os valores com salários e benefícios, executados por meio da folha de pagamentos, são liquidados na UG 135100 (Matriz).

Os investimentos previstos em toda a Conab sofreram forte contingenciamento (cerca de 63% da previsão orçamentária) apresentando, nesta Regional, redução de 96,03% em relação ao exercício anterior, conforme demonstrado no quadro a seguir

Nome: Percentual de Execução Financeira nas Ações de Apoio ao Programa				
Descrição: Percentual de gastos com atividades relacionadas à administração do Programa Abastecimento Agroalimentar				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Sufin				
Resultados:				
2007				#DIV/0!
2008				#DIV/0!
2009				92,28
2011				98,66
2010	Meta:	100,00	Realizado	98,00
Análise:				

Fonte: Supor/Gepor

Quadro XXXVI – Demonstrativo de Execução da Despesa - GAP

Discriminação	SP				
	2007	2008	2009	2010	2011
Pessoal	0,00	790.392,32	1.984.004,48	2.407.037,51	2.751.126,49

Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	3.350,00	0,00	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	0,00	86.093,52	307.305,74	333.922,80	364.489,73
Obrigações patronais	0,00	695.178,93	1.668.334,00	2.070.229,88	2.386.636,76
Outras despesas variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	0,00	9.119,87	5.014,74	2.884,83	0,00
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações patronais – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custeio	1.809.274,40	2.098.859,69	2.063.098,92	1.787.299,40	1.796.448,15
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	48.109,15	57.715,00	36.959,00	117.056,00	34.160,00
Material de consumo	84.928,72	92.065,91	167.522,00	159.277,12	134.745,07
Passagens e Despesas com locomoção	22.803,05	20.216,87	14.254,35	37.397,18	6.304,53
Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	3.102,30	18.444,05	1.401,30	0,00	0,00
Locação de mão-de-obra	707.862,25	739.205,96	615.593,77	598.419,81	719.823,04
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	592.978,16	817.184,73	1.024.676,60	0,00	838.059,91
Obrigações tributárias e contributivas	272.493,61	0,00	0,00	63.678,50	0,00
Depósitos compulsórios	66.893,86	17.406,38	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	10.103,30	0,00	0,00	0,00	0,00
Material de consumo-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	811.470,79	0,00
Obrigações tributárias e contributivas-Operações intra-orçamentárias	0,00	336.620,79	202.691,90	0,00	63.355,60
Investimentos	94.796,00	614.941,77	71.328,54	9.482,25	371,99
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações – Operações intra-orçamentárias	0,00	538.141,77	21.228,39	0,00	0,00

Equipamento e material permanente – Operações intra-orçamentárias	94.796,00	76.800,00	50.100,15	9.482,25	371,99
Total	1.904.070,40	3.504.193,78	4.118.431,94	4.203.819,16	4.547.946,63

Fonte: Siafi

k) - (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-SP	
Dotação Orçamentária	315.000,00	3.000,00	0,95
Execução Orçamentária	294.066,15	2.000,20	
Índice	93,35	66,67	
Meta Física – informação disponibilizada (unid)	8.000	-	0,00
Execução Física	7.845	-	
Índice	98,06	-	

Fonte: Siafi e Suinf/Geint

Objetiva a elaboração de estudos e o levantamento de dados e estatísticas para subsidiar o setor e auxiliar o Governo na formulação e execução de políticas ligadas à agropecuária e ao abastecimento agroalimentar.

As despesas liquidadas nesta Ação referem-se à participação de empregados no Workshop realizado em Brasília, sobre a nova metodologia de coleta e tratamento de custos de produção, que está em fase de implantação.

Nome: Percentual de Execução Financeira na Geração e Difusão da Informações Agropecuárias				
Descrição: Percentual de execução financeira com relação ao previsto na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)*100				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = Valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geint				
Resultados:				
2009				-
2010				56,43
2011	Meta:	100,00	Realizado	66,67
Análise:				

Fonte: Supor/Gepor

I) - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-SP	
Dotação Orçamentária	1.000.000,00	100.000,00	10,00
Execução Orçamentária	794.110,27	84.938,62	10,70
Índice	79,41	84,94	-
Meta Física – pesquisa realizada (unid)	12	11	91,67
Execução Física	12	11	91,67
Índice	100,00	100,00	-

Fonte: Supor, Geasa e Siafi

Objetiva subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas do plantio até a colheita, permitindo a tomada de decisões pelo setor público e privado de forma ágil, transparente, imparcial e segura.

Para 2011 foram previstos e realizados 11 levantamentos das condições das safras 2010/11 e 2011/12, ao custo total de R\$84.938,62.

Nos levantamentos oriundos das parcerias entre os produtores, a Conab, a Cati, o IEA (estes dois últimos organismos vinculados à Secretaria de Agricultura), a safra de grãos do Estado de São Paulo indica, em 2010/11, pequeno acréscimo na área plantada (1,00%), quando comparada com a safra 2009/2010; entretanto, apresentou queda na produção (-1,8) %, em razão de problemas climáticos. Já a produção apresenta um aumento de 3,6% entre as safras 2010/2011 e 2011/2012, ou seja, 246,9 mil/toneladas

Nome: Percentual de Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de pesquisa de safras em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Igual ou superior a 100%				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)*100				
Variáveis: X = número de pesquisas realizadas e Y = número de pesquisas previstas				
Fonte: X e Y = Suinf/Geasa				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2009				100,00
2010				100,00
2011	Meta:	100,00	Realizado	100,00
Análise:				

Nome: Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de gastos com pesquisa de safras				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)*100				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				99,91
2008				65,28
2009				93,00
2010				90,41
2011	Meta:	100,00	Realizado	84,94
Análise:				

m) - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-SP	
Dotação Orçamentária Inicial	39.000.000,00	115.464,68	-
Dotação Orçamentária Final	36.000.000,00	115.464,68	0,32
Despesas Correntes	5.000.000,00	-	0,00
Despesas de Capital	31.000.000,00	115.464,68	0,37
Execução Orçamentária	503.777,46	26.379,68	5,24
Despesas Correntes	250.594,84	2.794,68	1,12
Despesas de Capital	253.182,62	23.585,00	9,32
Índice	1,40	22,85	-
Meta Física – unidade modernizada	70	4	5,71
Execução Física	57	4	7,02
Índice	81,43	100,00	-

Fonte: Supor e Siafi

Em decorrência de contingenciamento orçamentário das despesas de investimentos e a falta de engenheiros, tanto na Matriz quanto nas Superintendências Regionais da Conab, esta Ação encontra-se com baixo índice de execução. Foram executadas apenas obras, serviços de manutenção ou aquisição de pequenos equipamentos.

Em São Paulo, foram atendidas demandas de 4 unidades armazenadoras, com a aquisição de equipamentos e de produtos para tratamento fitossanitário.

Também estava prevista a aquisição de equipamentos visando o enquadramento dos armazéns nos requisitos técnicos para a certificação dos armazéns. Os editais de licitação seriam elaborados e divulgados pela Matriz, em Brasília, o que não ocorreu. Em decorrência, a execução orçamentária desta Ação ficou bem abaixo da dotação prevista.

12.2 – Análise das Inscrições em Restos a Pagar

Quadro XXXVII – Restos a Pagar

Posição: em 31/12/2011

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2010	6.443.220,22	957.690,33	5.485.529,89	0
2011	2.514.316,83	0	0	2.514.316,83
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2010	707.373,69	344.900,37	362.473,32	0
2011	13.738.261,81	0	0	13.738.261,81

12.2.1 - Restos a Pagar Processados

O valor de R\$ 2.514.316,83 corresponde aos valores do próprio exercício e estão distribuídos da seguinte forma:

- 1 • Custeio = R\$ 129.068,95 (5,13%)
 - Armazenagem de Produtos = R\$ 188.798,56 (7,51%)
 - Programa de Doação = R\$ 163.571,70 (6,50%)
 - Agricultura Familiar = R\$ 2.514.316,83 (80,86%).

12.2.2 - Restos a Pagar Não Processados

O valor de R\$ 13.738.261,81 corresponde aos valores do próprio exercício assim distribuídos:

- Custeio = R\$ 118.005,77 (0,87%)
- Fretes = R\$ 66.876,93 (0,48 %)
- Agricultura Familiar = R\$ 13.553.379,11 (98,65%).

12.2.3 – Pagamento e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Exercício de 2010

1. Restos a Pagar Processados

No valor inscrito de R\$ 6.443.220,22:

- R\$ 5.485.529,89 (85,14%) foram realizados dentro do prazo de vigência;
- R\$ 957.690,33 (14,86%) foram cancelados em virtude da devolução de compra de trigo(produto reprovado pelo controle de qualidade).

2. Restos a Pagar Não Processados

No valor inscrito de R\$ 707.373,69:

- R\$ 362.473,32 (51,24%) foram realizados dentro do prazo de vigência
- R\$ 344.900,37 (48,76%) foram estornados em virtude do cancelamento de serviços de transportes contratados.

12.2.4 – Análise Crítica

Em síntese, verifica-se que os valores inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados, relativos aos exercícios de 2010, foram realizados e/ou cancelados dentro dos prazos de execução previstos.

Em relação aos valores inscritos referentes ao exercício de 2011, constata-se que estão dentro da normalidade e a expectativa é que se realizem nos prazos de vencimento previstos.

Conclui-se, portanto, que os valores registrados em Restos a Pagar Processados e Não Processados de ambos os exercícios, encontram-se de acordo com os procedimentos normais de execução.

12.3 - Transferências Recebidas e Realizadas no Período

As descentralizações orçamentárias/financeiras recebidas para execução de atividades tais como o Programa de Aquisições de Alimentos-PAA; a aquisição de gêneros alimentícios, a formação e a distribuição de cestas de alimentos e outras, são recebidas na UG-135100 e repassadas para as diversas UGs da Conab para o desenvolvimento dos trabalhos

12.4 - Transferências mediante convênios

Em 2011, a Conab não realizou descentralizações orçamentárias/financeiras mediante convênios para outros órgãos públicos.

12.5 – Demonstrações Contábeis Prevista na Lei nº 6.404.76

12.5.1 Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

ATIVO	2011	2010
CIRCULANTE	4.735.555.770,99	5.212.315.145,43
DISPONÍVEL	1.060.620,29	972.426,41
Aplicações Financeiras	1.060.620,29	972.426,41
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.049.032.903,78	702.486.519,56
CRÉDITOS A RECEBER	751.495.446,69	578.264.288,00
Devedores por Fornecimento	56.500.746,34	26.622.370,92
Créditos Tributários	241.839.835,13	285.535.734,14
Recursos a Receber	255.652.866,06	89.431.178,90
Créditos Diversos a Receber	197.501.999,16	176.675.004,04
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	292.645.279,10	119.415.257,35
Entidades Devedoras	9.357.615,19	25.244.207,00
Créditos Parcelados	333.691,76	31.542,66
Recursos da União	282.953.972,15	94.139.507,69
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.892.177,99	4.806.974,21
Adiantamentos a Pessoal	4.891.922,99	4.456.974,21
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	255,00	0,00
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	0,00	350.000,00
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS	0,00	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	3.685.418.718,01	4.508.832.121,49
Estoques para Alienação	3.198.418.642,31	4.138.198.154,24

Estoques de Distribuição	833.496,89	1.821.338,22
Estoques Internos - Almoxarifado	2.361.623,43	1.163.790,54
Títulos e Valores em Circulação	297.510,99	67.890,17
Materiais em Trânsito	10.953.770,27	3.240.040,96
Compra Antecipada - Entrega Futura	472.553.674,12	364.340.907,36
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	43.528,91	24.077,97
Valores Pendentes	43.528,91	24.077,97
ATIVO NÃO CIRCULANTE	573.912.136,02	567.647.970,33
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	317.083.667,52	307.205.272,55
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	131.473.814,53	120.748.569,96
Recursos Vinculados	131.473.814,53	120.748.569,96
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	185.609.852,99	186.456.702,59
Devedores - Entidades e Agentes	18.009.747,77	15.347.849,42
Créditos Diversos a Receber	167.600.105,22	171.108.853,17
INVESTIMENTOS	80.222.308,20	80.262.840,30
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	52.419.017,32	52.459.549,42
IMOBILIZADO	176.527.368,99	180.147.857,48
Bens Imóveis	283.851.400,50	275.770.754,07
Bens Móveis	78.406.481,55	73.372.988,03
Depreciações	(185.730.513,06)	(168.995.884,62)
INTANGÍVEL	78.791,31	32.000,00
TOTAL	5.309.467.907,01	5.779.963.115,76

PASSIVO	2011	2010
CIRCULANTE	4.952.025.232,72	5.446.379.747,49
DEPÓSITOS	117.196.011,03	30.625.802,58
CONSIGNAÇÕES	2.085.251,58	1.858.851,68
Pensão Alimentícia	7.857,41	4.006,06
Planos de Seguros	171.862,58	199.216,17
Empréstimos	318.626,29	241.634,99
Outros Tributos e Consignações	1.586.905,30	1.413.994,46
RECURSOS DA UNIÃO	17.168.338,92	17.077.860,98
Recursos Fiscais	3.992.906,67	7.500.722,89
Recursos Previdenciários	13.175.432,25	9.577.138,09
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	97.942.420,53	11.689.089,92
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.834.829.221,69	5.415.753.944,91
OBRIGAÇÕES A PAGAR	177.842.494,99	59.009.233,29
Fornecedores	141.725.112,72	55.179.709,89
Pessoal a Pagar	23.155,73	6.491,17
Encargos Sociais a Recolher	1.081.527,22	984.653,38
Obrigações Tributárias	5.514.065,85	48.724,95
Débitos Diversos a Pagar	22.014.777,50	350.401,69
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	7.483.855,97	2.439.252,21
PROVISÕES	242.630.604,68	243.404.292,41
Provisão para Férias	28.907.028,79	26.582.748,81
ICMS s/Mercadorias para Revenda	948.502,50	571.652,59
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	142.621.396,31	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13

Provisão p/IRPJ e CSLL	3.631.971,12	7.976.030,89
Encargos Sociais sobre Provisões	10.802.033,97	9.932.791,82
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	617.049.103,45	549.222.334,34
Entidades Credoras	617.049.103,45	549.222.334,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
Operações Especiais	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	6.606.203,92	15.754.080,72
Adiantamentos de Clientes	6.606.203,92	15.754.080,72
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	3.899,48	2.652,71
OUTRAS OBRIGAÇÕES	23.958,52	18.968,52
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	18.228.235,37	15.360.005,51
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	18.158.815,37	15.290.585,51
OBRIGAÇÕES A PAGAR	18.158.815,37	15.290.585,51
Entidades de Previdência Complementar	17.628.171,34	15.162.764,10
Entidades Federais	530.644,03	127.821,41
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	339.214.438,92	318.223.362,76
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
RESERVAS	92.323.612,21	50.501.495,63
Reservas de Capital	26.544.719,04	26.544.719,04
Reservas de Lucros	65.778.893,17	23.956.776,59
LUCROS A DESTINAR	23.710.327,86	44.541.368,28
TOTAL	5.309.467.907,01	5.779.963.115,76

12.5.2 – Demonstração do Fluxo de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	35.142.943,63	18.246.566,50
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(16.445.192,33)	(68.690.715,84)
Depreciações	16.748.494,11	12.822.928,03
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(47.196.622,59)	(20.190.414,15)
Redução nos Créditos Tributários	49.251.717,85	9.562.102,02
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(166.221.687,16)	23.525.519,21
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(173.023.690,24)	(43.700.636,04)
Aumento em Pessoal e Encargos	(320.418,61)	(1.089.322,24)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	40.715,09
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(19.450,94)	(300.168,03)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	65.743.977,21	138.391.164,22
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	108.441.168,54	(156.189.720,72)
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	86.253.330,61	(2.799.002,87)
Aumento (Redução) nas Provisões	(4.405.658,85)	16.788.173,63
Aumento nas Entidades Credoras	67.826.769,11	19.576.690,69
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	(8.797.876,80)	12.973.139,84
Aumento nos Recursos Vinculados	(10.725.244,57)	(78.101.884,52)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	18.697.751,30	(50.444.149,34)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		

Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	40.532,10	11.297.980,64
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(13.174.796,93)	(32.176.342,17)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(13.134.264,83)	(20.878.361,53)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos a Pagar	(7.483.855,97)	(2.439.252,21)
Aumento de Dividendos a Pagar	5.044.603,76	(2.588.565,13)
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	(3.036.040,38)	8.063.857,72
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(5.475.292,59)	3.036.040,38
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	88.193,88	(68.286.470,49)
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	88.193,88	(68.286.470,49)
No Início do Exercício	972.426,41	69.258.896,90
No Final do Exercício	1.060.620,29	972.426,41

12.5.3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		CORREÇÃO MONET.D.O CAPITAL	TRANSF. P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO		
SALDO EM 01/01/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	11.872.793,86	11.570.455,95	29.159.753,94	302.328.221,64
LUC.A DEST.DE EXERC.ANTERIORES							8.063.857,72	8.063.857,72
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.270.535,61	
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								7.317.756,62
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513.526,78		(513.526,78)	513.526,78
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(2.439.252,21)	0,00
SALDO EM 31/12/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	(40.246.567,95)	
LUCROS A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							(3.036.040,38)	(3.036.040,38)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		(1.575.548,63)	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(7.483.855,97)	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92

Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

12.5.4 – Demonstração do Valor Adicionado

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	2011	%	2010	%
1.RECEITAS	1.520.987.917,36	244,72	394.013.198,77	78,22
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.512.002.701,94	243,27	389.423.364,37	77,30
1.2 - Outros Resultados	8.985.215,42	1,45	4.589.834,40	0,91
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.412.640.897,96	227,29	412.356.496,76	81,86
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.250.111.215,84	201,14	272.239.284,51	54,04
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	162.529.682,12	26,15	140.117.212,25	27,81
2.3 - Perda/Recuperação de Valores Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	108.347.019,40	17,43	(18.343.297,99)	-3,64
4.RETENÇÕES	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
4.1 - Depreciação	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	91.296.982,35	14,69	(33.550.651,02)	-6,66
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	621.527.868,55	100,00	503.750.481,01	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	621.527.868,55	100,00	503.750.481,01	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	466.503.587,64	75,06	428.496.864,47	85,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	117.452.488,38	18,90	54.900.889,63	10,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.428.848,90	0,39	2.106.160,41	0,42
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	35.142.943,63	5,65	18.246.566,50	3,62
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	2.651.679,50	0,43	5.825.184,24	1,16
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	980.291,62	0,16	2.150.846,65	0,43
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	31.510.972,51	5,07	10.270.535,61	2,04
8.8 - Dividendos	7.483.855,97	1,20	2.439.252,21	0,00
8.9 - Destinação para Reserva Legal	1.575.548,63	0,25	513.526,78	0,00
8.10 - Lucros Retidos	22.451.567,91	3,61	7.317.756,62	1,45

12.5.5 – Composição do Capital Social

Composição do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

**José Carlos de Andrade
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC DF 005969/0-5**

12.5.6 – Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2011

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	11	Recursos Vinculados
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	12	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária	13	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	14	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	16	Operações de Créditos
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	17	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	18	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	19	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Devedores – Entidades e Agentes	20	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
		21	Convênios/Cooperação Técnica

NOTA 1

CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei n.º 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e se encontram em fase

de estruturação – e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA 2

ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei n.º 11.638/07, na Lei n.º 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU n.º 117/2011, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados da Bahia/Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Roraima, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

NOTA 3

ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

NOTA 4

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

4.1 Equivalente de Caixa: Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

4.2 Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

4.3 Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/04.

4.3.1 Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

4.3.2 Valor Presente dos Estoques: Em face das mudanças introduzidas pela Lei n.º 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2.ª quinzena de dezembro de 2011, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/2004.

4.4. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

4.5 Almoxarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

4.6 Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.056 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

4.7 Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

4.8 Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto n.º 3.000/99 e Instrução Normativa n.º 162/98.

4.9 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): No exercício de 2011, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

4.10 Benefícios a Empregados: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

4.11 Ajustes de Exercícios Anteriores: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei n.º 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2011 totalizaram a cifra de R\$3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor foi absorvido pela equalização dos estoques governamentais.

4.12 Reconhecimento da Receita:

4.12.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

4.13 Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$142.621 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2011, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

4.14 Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

NOTA 5

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Descrição	Exercício		Em R\$ mil
	2011	2010	
ICMS a Compensar	241.699	285.410	
IRRF a Compensar	36	33	
Contribuições Outros Impostos	105	93	
Total de Créditos Tributários Circulante	241.840	285.536	

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA 6

LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

O montante de R\$215.581 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2012, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

NOTA 7

RECURSOS A RECEBER DO TESOUREIRO NACIONAL

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$447.491 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

1. R\$5.587 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2011, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;

2. R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2011, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);

. R\$413.562 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2012.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas "11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO" e "11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA".

NOTA 8

DEVEDORES POR FORNECIMENTO

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$56.501 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

NOTA 9

CONTAS A RECEBER

O total de R\$364.922 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros, em cobrança na justiça federal.

O montante acima citado está sendo cobrado via judicial e administrativamente, sendo que do total, 95% dos processos estão ajuizados e o restante em cobrança administrativa.

Os créditos ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 038/2004 e estão assim demonstrados:

9.1 Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Créditos por Alienação de Bens	4.081	4.377
Créditos por Cessão de Pessoal	743	706
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	12.497	10.860
Créditos por Infrações Legal/Contratual	180.181	160.732
Subtotal – Circulante	197.502	176.675

Em R\$ mil

9.2 Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Créditos por Alienação de Bens	7.546	10.548
Títulos a Receber	30.188	29.902
Outros Créditos	635	656
Créditos a Receber em Poder da Justiça	129.051	130.003
Subtotal – Não Circulante	167.420	171.109
Total – (Circulante + Não Circulante)	364.922	347.784

NOTA 10

DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e termo aditivo n.º 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

10.1 Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Devedoras - Federais	9.358	25.244
Créditos Parcelados	334	31
Recursos da União - Equalização	282.954	94.140
Total – Circulante	292.646	119.415

10.2 Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Federais	17.628	15.163
Créditos Parcelados	307	102
Créditos a Recuperar	75	83
Total – Não Circulante	18.010	15.348

NOTA 11

RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$131.474 mil.

NOTA 12

BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$472.554 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2011; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei n.º 11.420/06, que em seu art. 3.º acrescenta o art. 15-b à Lei n.º 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Estoques de Mercadorias	3.198.419	4.138.198
Estoques de Almoxarifado	2.659	1.232
Materiais em Trânsito	10.954	3.240
Compra Antecipada - CPR	472.554	364.341
Estoques de Distribuição	833	1.821
Total	3.685.419	4.508.832

Em R\$ mil

12.1 – Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, n.º 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2011, as equalizações totalizaram R\$554.555 mil.

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2011, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$4.952.026 mil.

NOTA 14

DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R\$97.942 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

NOTA 15

CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Passivo Contingente – Provável

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

□ **Trabalhistas:** Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.

□ **Tributárias:** Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.

□ **Cíveis:** Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os planos econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CMV n.º 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Descrição	Em R\$ mil			
	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.445	57.034	212.373	65.003
Trabalhista	348.328	41.068	350.788	51.116
Tributária	8.052	8.109	16.346	23.490
Total	422.825	106.211	579.507	139.609

Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

□ **Cíveis:** São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.

□ **Trabalhistas:** São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.

□ **Tributárias:** São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	118.234	129.517	131.747	152.336
Trabalhista	115.478	79.302	111.007	107.708
Tributária	108.621	108.704	108.892	109.123
Total	342.333	317523	351.646	369167

Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

□ **Cível:** Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.

□ **Trabalhista:** Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

□ **Tributária:** Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CVM n.º 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.446	311.182	210.756	792.718
Trabalhista	348.328	241	350.768	235
Tributária	8.052	212	18.346	56
Total	422.826	311.635	579.870	793.009

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2011, corresponde a R\$3.790.673 mil.

NOTA 17

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 Capital Social: O capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

17.2 Provisão para CSLL e IRPJ: As provisões relativas ao 4.º trimestre do exercício findo em 31/12/2011, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevaletes, no valor de R\$980 mil e R\$2.652 mil, respectivamente.

17.3 Reserva Legal e Dividendos: Foram calculados e provisionados, em conformidade com o disposto nos incisos I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R\$1.575 mil e R\$7.484 mil, respectivamente.

○ **Resultado do Exercício:** O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2011, a Companhia apurou o lucro de R\$35.143 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$31.511 mil.

NOTA 18

DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no Estado de Goiás. No exercício de 2011, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições na rubrica “**1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR DANOS OU PERDAS**”, o saldo do grupo aumentou para R\$34.997 mil.

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2010	31.357
2011	34997

NOTA 19

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

19.1 Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao
RELATÓRIO DE GESTÃO 2010 - SUREG/SP

participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o n.º 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2011 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2011, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2011 e 2010, respectivamente, foi de R\$40.407 mil e R\$26.986 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

19.2 Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2011, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$21.490 mil, beneficiando 4.474 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2011, referente à participação financeira dos empregados é de R\$12.165 mil.

NOTA 20

REMUNERAÇÃO E SALÁRIOS MÉDIOS DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS

De acordo com a Resolução n.º 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1.º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2011 e 2010, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Em R\$ mil

Remunerações	Exercício	
	2011	2010
Maior Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29
Menor Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29
Maior Remuneração Empregado	25.170,39	19.961,80
Menor Remuneração Empregado	884,31	884,31

Em R\$ mil

Salários Médios	Exercício	
	2011	2010
Dirigentes	23.884,29	23.884,29
Empregados	2.642,62	2.559,69

NOTA 21

CONVÊNIOS/ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

21.1 Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e, e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2010 e 2011, foram executadas com recursos próprios da Conab e da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ.

O montante dos recursos repassados está assim demonstrado:

Em R\$ mil

Descrição	Exercícios	
	2011	2010
Repasse – Recursos Próprios	2.420	3.058
Repasse – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	798	521
Total de Repasses	3.218	3.579

21.2 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.342 municípios e 106.600 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 285 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei n.º 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos n.º 6.447, de 07/05/2008 e n.º 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$451.036 mil no ano de 2011.

12.6 – Composição dos Investimentos da Empresa

Quadro XXXVIII - Composição Acionária da UJ como investidora

INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES					
UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2011					
Denominação completa:					
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB					
Ações Ordinárias - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)	31/12/2011 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	23	CONAB	3,16	3,16	3,16
Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253,224	CONAB	6.480.083,63	6.480.083,63	6.480.083,63
Fund. Nac. de Desenvolvimento – FND (1)	1.110.475,12	CONAB	69.074,55	69.074,55	69.074,55
Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	BNDES	739.574,91	739.574,91	739.574,91
Banco da Amazônia S/A (1)	600.989	CONAB	137.559,31	137.559,31	137.559,31
Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	CONAB	541.998,85	541.998,85	541.998,85
Banco do Nordeste do Brasil S/A (1)	82.746	CONAB	81.444,72	81.444,72	81.444,72
Cia Integrada Des. Agrop. de AL. - CIDADAL	1.099.730	CONAB	78,18	78,18	78,18
Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	CONAB	96.486,58	96.486,58	96.486,58
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	742.667.252	BNDES	3.784.748,87	3.784.748,87	3.784.748,87
Cia Bras. De Participação Agroin. - BRASAGRO	1.723.142.393	CONAB	13.441,19	13.441,19	13.441,19
Lafarge Brasil S/A	6.946	BNDES	12.584,40	12.584,40	12.584,40
Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	CONAB	180.016,28	180.016,28	180.016,28
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (2)	19.203	CONAB	840,02	840,02	840,02
Logasa Indústria e Comércio S/A	11.840	BNDES	5.262,30	5.262,30	5.262,30
Federal de Seguros S/A	1.225.365	CONAB	63,44	63,44	63,44
Hotel Morada do Sol S/A	10.072	CONAB	34.694,02	34.694,02	34.694,02
CEAGESP - Cia de Ent. Arm. Gr. de S. Paulo	108.858	BNDES	962.333,73	962.333,73	962.333,73
Cia Desenv. Agrop. Do Paraná – CODAPAR	159.025,149	CONAB	2.918.437,66	2.918.437,66	2.918.437,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	64.137	BNDES	1.047,43	1.047,43	1.047,43
CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	BNDES	9.251,20	9.251,20	9.251,20
CESA - Cia Est. de Silos e Arms.	341.082,874	BNDES	8.214.743,55	8.214.743,55	8.214.743,55
Total	11.246.571.800	=====	24.283.767,98	24.283.767,98	24.283.767,98

Ações Preferenciais - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)	31/12/2011 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	21.841	BNDES	838.265,17	838.265,17	838.265,17
Sanyo da Amazônia S/A	225.439	BNDES	840,02	840,02	840,02
Ribeiro Cordeiro Ind. Com. – Ricosa	4.244	BNDES	334.135,09	334.135,09	334.135,09
Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	CONAB	7.260,99	7.260,99	7.260,99
Frigorífico Vale do Tocantins S/A	696	CONAB	232.646,57	232.646,57	232.646,57
Vicunha Têxtil S/A	10	BNDES	1.720,50	1.720,50	1.720,50
Agrícola Vale do Mangereba Ltda	24.034	CONAB	35.304,54	35.304,54	35.304,54
Cicanorte - Ind. de Conservas	1.581	BNDES	8.411,24	8.411,24	8.411,24
CCN - Cia de Coco do Nordeste	70.229	BNDES	4.906,60	4.906,60	4.906,60
Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	BNDES	1.395,27	1.395,27	1.395,27
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	1.963.531.952	BNDES	10.006.467,00	10.006.467,00	10.006.467,00
Logasa Indústria e Comércio S/A	78.040	BNDES	34.684,95	34.684,95	34.684,95
Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	BNDES	394,02	394,02	394,02
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	6	BNDES	840,03	840,03	840,03
Ciama Exp. Ind. e Exportadora Ltda	141.008	CONAB	4.542,66	4.542,66	0,00
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	214.806	BNDES	3.508,03	3.508,03	3.508,03
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A	11.374	BNDES	48.691,22	48.691,22	48.691,22
Refinadora Catarinense S/A	356	BNDES	16.513,39	16.513,39	16.513,39
Total	1.967.220.957	=====	11.580.527,29	11.580.527,29	11.575.984,63

Observação: Título em poder do BNDES e CONAB

- (1) Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Fundo de Investimento da Amazônia e do Nordeste
(2) Quotas do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

Em conformidade com a legislação Societária, os Investimentos em participação no capital social de outras Empresas, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando esta estiver comprovada como permanente (art. 183 da Lei nº 6.404/76), com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Os Investimentos em Coligadas e Controladas pelo método da equivalência patrimonial (art. 248 da Lei nº 6.404/76), com a redação dada pela Lei nº 11.941/09. Os Investimentos da Conab são todos avaliados pelo Método do Custo, pois não possui investimentos em coligadas ou controladas.

Grande parte dos Investimentos da Conab, está em poder do BNDES (Gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND), em cumprimento ao Plano de Desestatização, em conformidade com as determinações da Lei n.º 9.491, de 09/09/1997 e Decreto n.º 1.068, de 02/03/1994.

Encontra-se mensurada a PROVISÃO PARA PERDAS PROVÁVEIS, no total de R\$8.056.461,73, assim discriminados:

CNPJ	Investida	Quantidade	31/12/2011 (R\$)
01556240000130	Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	6.480.083,63
02534914000168	Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE -	2.000.000	96.486,58
04043493000106	Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	739.574,91
049334460000120	Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	7.260,99
050226330000114	Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-	367.252,99	541.998,85
16260788000105	Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	1.395,27
28137800000178	Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo -	334.774.835	180.016,28
28167955000157	Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	394,02
83807586000128	CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	9.251,20
TOTAL			8.056.461,73

Fonte: Sucon

12.7 – Informação sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário

Imóveis sob a Jurisdição da Sureg-SP

Sede da Regional

- Endereço:Al. Campinas nº 433 – Cerqueira César
- São Paulo/SP
- Descrição: imóvel comercial com 5 andares de
 - salas administrativas, 1 elevador exclusivo e 36
 - vagas de estacionamento de veículos, sendo que
 - o 1.º andar (térreo) e o 1.º subsolo são de uso
 - exclusivo da Conab.
 - 2.º Subsolo** – 16 vagas para estacionamento de
 - veículos.
 - 1.º Subsolo** – 20 vagas para estacionamento de
 - veículos.
 - Dependências: 2 sanitários (6,07 m²), salão



- 1º SS (74,37 m²), hall (9,90 m²), Guardados (14,3 m² e 6,60 m²), hall do jardim (50,27 m²).
- **Térreo** – Auditório (147,50 m²), 3 sanitários e copa (23,31 m²).
- **2.º Pavimento** – Salão CJ 22 (154,36 m²), salão CJ21 (97,51 m²), 5 sanitários, copa e depósito (34,54 m²)
- **3.º Pavimento** – Salão CJ 32 (163,99 m²), salão CJ31 (97,72 m²), 4 sanitários, copa e depósito (25,54m²).
- **4.º Pavimento** – Salão CJ 42 (166,28 m²), salão CJ41 (97,72 m²), 4 sanitários e depósito (20,98 m²).
- **5.º Pavimento** – Salão CJ 52 (76,05 m²), salão CJ 51 (68,60 m²), área comum (23,80), 4 sanitários e copa (16,12m²), terraço descoberto 1 (31,38 m²) e terraço descoberto 2 (102,33 m²).

Justificativa

Objetivando criar ambiente interno participativo e motivado, conforme previsto no *Mapa Estratégico* da Conab, desde o início do exercício de 2005 a Sureg-SP priorizava assuntos relacionados com a iniciativa denominada “*Melhoria Física do Ambiente de Trabalho nas Unidades Administrativas*”.

No caso da Sureg/SP, os escritórios estavam instalados no interior de um armazém da extinta UC São Paulo, local que apresentava várias goteiras, bem como, não possuía boa ventilação e iluminação natural, tornando-se um ambiente de trabalho insalubre.

Atualmente, a Sureg está localizada no principal centro financeiro da cidade, destacando-se não só como pólo econômico, mas também como de infraestrutura básica, devido à grande quantidade de sedes de empresas, órgãos públicos, bancos, hotéis, hospitais etc.

Quanto ao aspecto de “qualidade de vida”, a região possui diversos restaurantes e uma ampla rede de transporte público, com destaque para a linha 2 do Metrô Paulista, o que certamente facilita os deslocamentos dos empregados da Conab (residência x trabalho), dos usuários e visitantes, bem como, agiliza o acesso ao aeroporto de Congonhas e às rodoviárias da cidade.

UA. BAURU:

Identificação

- Endereço: Avenida Sorocabana, Quadra 01,
- Vila Industrial, Baurú/SP
- capacidade estática: 68.100 t. e 6.900 t.
- Edificações Utilizadas: armazéns I e III, escritório, balança rodoviária, vestiário da tropa, ala de laboratório e 3 residências.



Justificativa/Importância:

Localizada no centro do Estado e na qualidade de unidade estratégica, tornou-se unidade importante para o recebimento e a distribuição de cestas de alimentos às famílias de comunidades quilombolas, indígenas, terreiros e acampadas cadastradas pelo **INCRA-SP**.

A unidade também foi **importante** no recebimento de produtos de pequenos produtores da região (café e feijão), além de outros programas governamentais (PGPM , AGF e CDAF, etc).

UA. BERNARDINO DE CAMPOS:

Identificação

- Endereço: Rua Manoel Augusto Plantiel, s/nº
- Bernardino de Campos/SP
- Capacidade estática: 34.600 t.
- Edificações Utilizadas: 1 armazém, escritório, vestiário e 2 residências



Justificativa/Importância:

Desde o início das operações, ocorrida em setembro de 2004, a unidade vem contribuindo na segurança alimentar, no desenvolvimento e no fortalecimento da agricultura da região, sendo um importante *Pólo de Compra* de produtos da *Agricultura Familiar*, inclusive para atender municípios vizinhos.

No caso de doações de produtos oriundos da agricultura familiar, por sua localização estratégica no Estado, a unidade adquiriu e entregou farinha de mandioca e feijão a diversas entidades/Órgãos, dentre os quais podemos destacar prefeituras, fundos sociais, bancos de alimentos, associações, creches, asilos, igrejas, etc.

No contexto de localização, em 2011 a unidade foi fundamental no recebimento e expedição de açúcar das Usinas da região, influenciando diretamente na composição dos custos de exportação do produto.

Destacamos, também, que a unidade recebeu produtos da PGPM e da AGF e da CDAF.

UA. GARÇA

Identificação:

- Endereço: Av. dr. Gastão Vidigal, s/nº - Vila
- Salgueiro
- Garça/SP
- capacidade estática: 31.000 t.
- Edificações Utilizadas: armazém, escritório, vestiário e 2 residências.



Justificativa/Importância:

A unidade vem suprindo as necessidades dos cafeicultores da região, principalmente em decorrência do fechamento da GARCAFÉ, atendendo principalmente os pequenos produtores da região.

UA. CARAPICUÍBA:

Identificação:

- Endereço: Av. Jussara nº 1.250 - Jardim Santa
- Cecília - Barueri/SP



- capacidade estática: 23.900 t.
- produção da região: industrial
- Edificações Utilizadas: 10.000 m² do armazém,
- balança rodoviária, escritório, vestiário e 2 residências.

Justificativa/Importância:

Localizada no município de Barueri, a unidade encontra-se próxima do corredor do porto de Santos (exportação e importação) e das principais rodovias do Estado, inclusive do rodanel, tornando-se um excelente ponto de distribuição (PD), além da possibilidade do armazém ser transformado em alfandegado. Entretanto, a **Conab** administra apenas 10% da área total do armazém, uma vez que existe um instrumento contratual entre o **DECAF** e uma empresa privada, cujos termos (valor, prazo, etc.) a Sureg desconhece.

IMÓVEIS COM CESSÃO DE USO

Municípios

➤ Araraquara

Descrição do Imóvel

•nºs patrimônio: 801151 (prédio) e 801141 (terreno)

•endereço: Rua Miguel Bucalem, 340
Bairro Iguatemi, Araraquara/SP

•área do terreno: 20.040,00 m²

•área construída: 5.002,87 m²

•situação: Regularizado

•tipo de imóvel: Convencional

•tipo de utilização: Cessão de uso do imóvel

•comodatária: Prefeitura Municipal de Araraquara

•Laudo de Avaliação nº 11.511/2008, o imóvel foi avaliado pela Câmara de Valores Imobiliários do Estado de São Paulo em R\$ 2.120.000,00, sendo o valor aprovado através do Voto DIAFI nº 005/2009, na REDIR nº 886, de 27/01/2009



Destinação:

Localizada na região central do Estado de São Paulo, o município de Araraquara é um importante centro agroindustrial e pólo regional comercial de atacado e varejo, além de contar com uma gama enorme de empresas prestadoras de serviços.

Grande parte do PIB envolve valor agregado à atividade do comércio e o restante dividido entre agricultura, pecuária e indústria, sendo parte dessa atividade industrial voltada para a agricultura, com destaque para a indústria de suco de laranja (Cutrale).

Assim, considerando que a região não justifica uma unidade armazenadora da Conab, em 07/11/2003 foi formalizado um contrato de cessão gratuita de uso com a Prefeitura Municipal de Araraquara, com opção de compra, instrumento contratual com renovação anual, sempre com opção de venda. Entretanto, em 2008 a AUDIN constatou a instalação de uma empresa comercial sem a concordância da Conab. Questionada pela Sureg, a cessionária alegou que tratava-se de uma

ocupação por tempo determinado, porém a empresa continuou utilizando o imóvel na mesma situação irregular.

Diante de tal fato e após diversas tratativas evasivas com a Prefeitura, em 06/03/2012 a Sureg emitiu o Ofício SUREG/SPNº 571/2012, estipulando o prazo de 30 (trinta) dias para desocupação do imóvel, sob pena de ajuizamento de medida judicial para a retomada do imóvel.

Diante do exposto, a Sureg/SP mantém a posição de alienação do imóvel, através de Concorrência Pública, uma vez que a Prefeitura Municipal de Araraquara nunca manifestou interesse na compra desse imóvel de propriedade da Conab.

➤ **Rio Claro**

Descrição do Imóvel

- nºs patrimônio: 801160 (prédio) e 801156 (terreno)
- endereço: Av. 58 A, nº 600 – Bairro Jardim América, Rio Claro/SP
- área do terreno: 6.320,00 m²
- área construída: 1.440,00 m²
- tipo de imóvel: Convencional
- Utilização: Cessão de uso do imóvel



•comodatário: Prefeitura Municipal de Rio Claro - Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Silvicultura.

•Laudo de Avaliação de 31/10/2008: O imóvel foi avaliado em R\$ 900.000,00, sendo o valor aprovado através do Voto DIAFI nº 002/2009, de 26/01/2009, na REDIR nº 886, de 27/01/2009.

Destinação:

O município de Rio Claro está localizado no Centro-Leste do Estado de São Paulo, região em que a economia é baseada na indústria de vários setores cerâmicos e de pisos, metalúrgicas, indústrias têxteis e até de eletrodomésticos e estamparia, não justificando qualquer atuação governamental por parte da CONAB.

Diante das características do município e da região, em 25/06/2003 a CONAB formalizou com a Prefeitura Municipal de Rio Claro um contrato de cessão gratuita de uso, com renovações anuais de prazo, sempre com opção de compra e venda.

Assim, considerando as diversas oportunidades de compra, inclusive apresentada pelo Grupo de Trabalho do Plano de Desimobilização (Matriz), a Sureg/SP mantém a posição para alienação do imóvel através de Concorrência Pública, principalmente pelo fato da Prefeitura Municipal de Rio Claro nunca ter manifestado interesse pela compra.

➤ **São Paulo – Capital**

Descrição do Imóvel

- nºs patrimônio: 3060001 (terreno) e 3060002 (prédio)
- endereço: Av. Indianópolis, 189 – Bairro Moema, São Paulo/SP



- área do terreno: 560,0 m²
- área construída: 574,74 m²
- tipo de imóvel: Sobrado
- Utilização: Cessão de uso do imóvel
- comodatário: INMET - Instituto Nacional de Meteorologia

• Laudo de Avaliação de 14/10/2008: O imóvel foi avaliado pela Câmara de Valores Imobiliários do Estado de São Paulo em R\$ 2.140.000,00, sendo o valor aprovado através do Voto DIAFI nº 001/2009, na REDIR nº 886, de 27/01/2009.

Destinação:

O imóvel foi cedido em 20/09/2004 ao Instituto Nacional de Meteorologia – INMET, mediante formalização de Termo de Rescisão Contratual da Permissão Remunerada de Uso, com opção de compra e venda.

Durante este período de utilização, o imóvel sofreu várias reformas e adaptações em função das características das atividades do INMET, tais como: instalação de computadores de grande porte, equipamentos de meteorologia, etc.

Em 22/08/2011 foi firmado um novo contrato de cessão de uso com o INMET, com prazo de vigência de 2 anos. Entretanto, de acordo com a Cláusula Décima do contrato, o INMET tem o direito à compra do imóvel, o qual deverá ter início do seu exercício em até 180 (cento e oitenta) dias antes do término contratual, mediante formalização da opção de compra. Caso o Cessionário deixe de formalizar esta opção de compra no prazo sobredito, o imóvel deverá ser restituído desocupado à cedente, improrrogavelmente, ao final do prazo de cessão de uso.

Considerando que a vigência do instrumento de cessão de uso expira em 21/08/2013, os gestores da Sureg entendem que todas as cláusula e condições acordadas devem ser cumpridas até o encerramento, inclusive pelo fato de constar a opção de compra do imóvel.

➤ Santos

Descrição do Imóvel

- Denominação: Terminal Público Pesqueiro de Santos
- Processo nº 0935/2003
- Endereço: Av. Rei Alberto I, 450 Santos/SP



Destinação

Em 15/08/1989, a extinta Companhia Brasileira de Armazenamento - CIBRAZEM e a empresa Terminal Pesqueiro de Santos Comércio e Indústria - TPS celebraram um contrato de locação do imóvel Entrepasto de Pesca de Santos. Entretanto, em 2003 a Conab retomou judicialmente a posse do Entrepasto de Pesca, conforme ação civil pública proposta pelo Ministério Público, que rescindiu o contrato de locação do imóvel .

No intuito de incentivar o setor pesqueiro, em 16/01/2004 a Conab e a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP/PR firmaram contrato de cessão de uso do imóvel de propriedade e/ou posse da cedente, abrangendo as respectivas instalações, equipamentos e acessórios, com prazo de vigência indeterminado.

Dando continuidade, em 01/12/2010 foi assinado o Termo de Cooperação entre o MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura e a CONAB, para operacionalização da Gestão Compartilhada do Terminal Pesqueiro Público do Município de Santos, por meio da Superintendência de São Paulo, com vistas à otimização dos resultados operacionais e financeiros, melhoria dos serviços prestados aos usuários e transmissão de conhecimento e *know-how* entre as partes.

Assim, o Termo de Cooperação firmado entre o MPA e a Conab tem como objetivo definir um modelo padrão de gestão dos entrepostos de pesca do Brasil, definindo as atividades a serem desenvolvidas, planos de manutenções (corretiva e preventiva), planejamentos de investimentos e composições de indicadores de desempenhos.

Em síntese, o MPA fará uma dotação orçamentária na data de início das operações, designada como dotação inicial, seguido de outros aportes financeiros, para que a Conab fique encarregada pela administração, operacionalização e comercialização das atividades, bens e serviços do Terminal, bem como a responsabilidade fiscal e tributária oriundas das atividades mercantilistas.

Considerando a relevância da atuação da Conab no Termo de Cooperação assinado com o MPA, presumimos que não há motivo para se alterar a condição de uso do imóvel, inclusive pelo fato do MPA ressarcir todas as despesas do TPPS. Entretanto, em virtude da importância e da abrangência desse projeto, entendemos que a transferência de titularidade do imóvel deve ser discutida na esfera da diretoria da Conab e dos Ministérios envolvidos.

➤Cananéia

Descrição do Imóvel

- Denominação:Terminal Pesqueiro de Cananéia
- Processo nº 01.013/2003
- Endereço: Rua Dom João III

Cananéia/SP

Destinação

Em 27/03/1973, a extinta CIBRAZEM e a CEAGESP celebraram um contrato particular de comodato, pelo prazo de 30 anos, cujo encerramento ocorreu 26/03/2003.

No intuito de incentivar o setor pesqueiro da região, em 16/01/2004 a Conab e a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP/PR firmaram contrato de cessão de uso do imóvel de propriedade e/ou posse da cedente, abrangendo as respectivas instalações, equipamentos e acessórios, com prazo de vigência por tempo indeterminado.

Em face da natureza das atividades deste Entrepasto de Pesca, o MPA acena que, no futuro, deve ser implantada a operacionalização de Gestão Compartilhada, nos mesmos moldes do Termo de Cooperação firmado para o entreposto da cidade de Santos.

Assim, também entendemos que a transferência de titularidade do imóvel deve ser discutida na esfera da Diretoria da Conab e dos Ministérios envolvidos.

MOORE STEPHENS

adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

6- As Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 (Medida Provisória nº 449/08), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008, alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e resultou em mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. A companhia não efetuou análise detalhada dos impactos das alterações sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/dez/11, consequentemente, não foi possível avaliarmos se os ajustes às demonstrações contábeis seriam ou não necessários em decorrência das alterações introduzidas.

7- Até a data de emissão deste parecer não havíamos recebido as informações requeridas através de procedimentos de circularização dos assessores jurídicos da Companhia, acerca de contingências contra e/ou a favor da Companhia, bem como, a posição dos depósitos vinculados a litígios. Desta forma, considerando que tais informações poderiam alterar os resultados da empresa, não obtivemos evidências suficientes das contas de depósitos vinculados em litígio.

Opinião

8- Em nossa opinião, exceto quanto aos parágrafos 6 e 7, cujos efeitos poderão alterar sobremaneira as posições contábeis ao final do exercício de 2011, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB em 31 de dezembro de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditorias especiais realizadas pela Controladoria Geral da União - CGU

9- Registramos a conclusão do Relatório de Auditoria Especial da Controladoria Geral da República – CGU, nº. 201203850, emitido em 09 de março de 2012, em foram constatadas irregularidades que requerem providências de ressarcimento ao Erário no valor de R\$ 12.196.159,25 (doze milhões, cento e noventa e seis mil, cento e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos) e apuração de responsabilidades.

10- Registramos, também, as conclusões levadas a efeito no curso dos trabalhos de auditoria especial realizadas pela Controladoria Geral da República – CGU, nº. 00190.021911/2011-41-A, em que evidenciaram deficiências estruturais e pontuais nas áreas de gestão administrativa e operacional da Companhia Nacional de Abastecimento, compreendidas no escopo da auditoria, com destaque para os atos voltados à

142

13 – Governança e Controles

13.1 – Informações sobre o Controle Interno

Quadro XXXIX – Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		X			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Considerações gerais:					

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

13.2 - Providências Adotadas para Atendimento das Deliberações dos Órgãos de Controle Interno e Externo

13.2.1 - Demandas do TCU

A SUREG/SP não sofreu quaisquer deliberações desse Órgão, no exercício de 2011.

13.2.2 - Demandas do Órgão de Controle interno - CGU

A SUREG/SP não sofreu quaisquer deliberações desse Órgão, no exercício de 2011.

13.3 – Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna

A SUREG/SP não recebeu Auditoria, no exercício de 2011.